

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 80
Brasília, sexta-feira, 19 de abril de 2024

Sumário

Seção 3

Requerimentos.....	3
Ata Circunstanciada da 28ª Sessão Ordinária.....	13
Ata Circunstanciada da 29ª Sessão Ordinária.....	15
Ata Circunstanciada da 30ª Sessão Ordinária.....	38



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fabio Felix
Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Dayse Amarílio

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa
Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Seção 3

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº DE 2024

Do Sr. Deputado Thiago Manzoni

Requer a criação e o registro da Frente Parlamentar da Nefrologia.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. Os deputados que este subscrevem requerem a V.Ex^a. o registro de criação da Frente Parlamentar da Nefrologia, entidade suprapartidária, constituída nos termos da Resolução nº 255/2012.

JUSTIFICAÇÃO

A Nefrologia é uma especialidade que cuida das doenças renais e vem passando por sérias dificuldades, e necessitamos criar uma frente parlamentar que possa atuar em apoio a essa especialidade, da qual tantas pessoas necessitam para sobreviver. No Brasil, há mais de 144.779 pessoas em programa crônico de diálise (hemodiálise ou diálise peritoneal), procedimentos estes que substituem parcialmente a função dos rins, quando estes não funcionam mais. A diálise é, portanto, uma terapia essencial para a manutenção da vida destes pacientes. Em nosso país há 834 unidades de diálise e cerca de 82% dos tratamentos são financiados pelo Sistema Único de Saúde. Os valores que o SUS paga para as sessões de diálise estão defasados há décadas, e apesar da inflação anual e do reajuste periódico dos insumos e salários dos trabalhadores, o último reajuste ocorreu em 2015, muito abaixo da inflação do período, e anteriormente já havia muitos anos que também não era reajustado.

Com a pandemia de COVID-19, que trouxe uma escalada de preços de insumos e materiais nunca vista, as unidades de diálise, que já trabalhavam com extrema dificuldade, entraram em colapso e já não conseguem se manter, trazendo risco ao tratamento dos pacientes que dependem dessa terapia. Alguns dados refletem essa situação: a inflação de insumos médicos cresceu 5 vezes acima do IPCA, e nos últimos 20 anos ocorreram 9 reajustes de valores no valor da sessão da hemodiálise, totalizando 107,5%, enquanto no período o salário mínimo foi reajustado em 601,47% e a inflação anual acumulada nesses anos foi de 309,38%, uma diferença de 201,85% para o reajuste acumulado do valor da sessão de hemodiálise. Além disso, em média 45.000 novos pacientes entram em programa de diálise a cada ano, o que vem sobrecarregando o sistema. A grande maioria dos centros de nefrologia atende apenas a pacientes do Sistema único de Saúde, o que agrava ainda mais a situação e exige uma solução rápida para o problema. Além disso, em nosso país, o diagnóstico da maioria dos pacientes é feito de maneira tardia, por isso, o exame periódico de

urina (tipo 1) e creatina, são fundamentais para mudar esse quadro. Temos que fomentar a política de prevenção e conscientização. Estima-se que cerca de uma em cada dez pessoas na população tenha doença renal, em grande parte não diagnosticada.

Diante do caos que o setor vive e do colapso que já está enfrentando, conclamo os meus colegas a participar desta Frente Parlamentar, que poderá atuar em apoio a tantas pessoas com doenças renais que dependem destes tratamentos para sobreviver.

Certo do apoio dos nobres pares, apresentamos o presente requerimento e, em anexo, o Estatuto e a Ata da Frente Parlamentar da Nefrologia.

Sala das Sessões, em ...

DEPUTADO THIAGO MANZONI

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 8 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488082
www.cl.df.gov.br - dep.thiagomanzoni@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 16:19:08, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 16:59:44, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 17:04:38, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA - Matr. Nº 00149, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 17:11:40, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 17:26:46, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 17:52:39, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM DOMINGOS RORIZ NETO - Matr. Nº 00167, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 18:08:24, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 10/04/2024, às 13:58:42, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **115926**, Código CRC: **70f4ddb6**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Thiago Manzoni - Gab 08



ATA Nº DE 2024

Autoria: Deputado Thiago Manzoni

**Requer a criação e o registro da
Frente Parlamentar da Nefrologia.**

ATA DE FUNDAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA NEFROLOGIA

Em vinte e seis de março de dois mil e vinte quatro, na Sala de Reuniões do Gabinete 8, sito na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, em Brasília, Distrito Federal, os Senhores e as Senhoras Deputados(as) Distritais que subscreveram a Lista de Adesão (Requerimento), reuniram-se, remotamente, para fundar e constituir, nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012, que “Dispõe sobre o registro de frentes parlamentares na Câmara Legislativa do Distrito Federal”, a **FRENTE PARLAMENTAR DA NEFROLOGIA** com a finalidade de: 1) acompanhar projetos de lei relacionados ao setor da Nefrologia em tramitação no Distrito Federal, manifestando-se quanto aos seus aspectos mais importantes e a conveniência de sua aplicabilidade; 2) Promover o intercâmbio com instituições semelhantes e parlamentos de outros países e estados da federação, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas atinentes à Nefrologia; 3) Procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à Nefrologia no Distrito Federal, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas da Câmara Legislativa; 4) Conhecer e auxiliar na divulgação de novos métodos e processos que fomentem a Nefrologia no Distrito Federal; 5) Fomentar a Nefrologia no âmbito do Distrito Federal. Pelo consenso dos parlamentares, ficou definido que o **Deputado Thiago Manzoni** assumirá a Presidência. Em seguida, foi lido o Estatuto da FRENTE, resultado de debates e consultas anteriores a parlamentares e entidades representativas da sociedade civil. Colocado em votação, o Estatuto foi aprovado por unanimidade, fazendo parte da presente Ata, e, conseqüentemente, foi declarada criada a **FR ENTE PARLAMENTAR DA NEFROLOGIA**. Foi assentado também que os ocupantes dos demais cargos previstos pelo Estatuto serão escolhidos em Reunião futura da Frente Parlamentar, sendo prevista a inclusão de outros representantes da sociedade civil organizada. Por fim, decidiu-se que o **Presidente, Deputado Thiago Manzoni**, representará a Frente perante os órgãos da Casa e será o responsável por todas as formalidades perante a Mesa Diretora, especificamente quanto ao registro e publicação da entidade. Não havendo mais nada a ser deliberado, o Presidente deu por encerrado os trabalhos, tendo determinado a lavratura da presente ata, a qual, após lida e, achada conforme, foi aprovada ao seu final e assinada pelo Presidente, Deputado Thiago Manzoni, e pelas Senhoras e Senhores Deputados Distritais que subscreveram a Lista de Adesão (Requerimento) à **FRENTE PARLAMENTAR DA NEFROLOGIA**.

THIAGO MANZONI
Deputado Distrital

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 8 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488082
www.cl.df.gov.br - dep.thiagomanzoni@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 04/04/2024, às 17:29:03, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 16:59:44, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 17:04:38, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA - Matr. Nº 00149, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 17:11:40, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 17:26:46, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 17:52:39, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM DOMINGOS RORIZ NETO - Matr. Nº 00167, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 18:08:24, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 11/04/2024, às 10:43:33, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **115929**, Código CRC: **6d71e65f**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Thiago Manzoni - Gab 08



ESTATUTO Nº DE 2024

Autoria: Deputado Thiago Manzoni

ESTATUTO Nº, DE 2023

FRENTE PARLAMENTAR DA NEFROLOGIA

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E DA NATUREZA

Art. 1º – A Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN) é entidade associativa, constituída por representantes de todas as correntes de opinião política da Câmara Legislativa do Distrito Federal e tem como objetivo principal a reunião de todo o setor da Nefrologia do Distrito Federal, bem como a busca por maior assertividade na construção de políticas públicas de interesse da Nefrologia.

§ 1º. Com o apoio da FPN, poderão ser indicados representantes da Frente Parlamentar da Nefrologia no Distrito Federal, com a participação dos Deputados Distritais, representantes das regiões administrativas e da sociedade civil organizada.

§ 2º. A FPN, que tem sede no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e com a duração pelo período da legislatura, sendo necessária a sua renovação a cada legislatura.

Art. 2º. São finalidades da Frente Parlamentar da Nefrologia:

I - Acompanhar projetos de lei relacionados ao setor da Nefrologia em tramitação na Câmara Legislativa do Distrito Federal, manifestando-se quanto aos seus aspectos mais importantes e a conveniência de sua aplicabilidade;

II - Promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao desenvolvimento seguro do setor da Nefrologia no Distrito Federal, divulgando seus resultados;

III - Promover o intercâmbio com instituições semelhantes e parlamentos de outros países, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas atinentes à Nefrologia;

IV - Procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à Nefrologia, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V - Conhecer e auxiliar na divulgação de novos métodos e processos que fomentem a Nefrologia no Distrito Federal; e

VI - Fomentar a Nefrologia no âmbito do Distrito Federal.

Art. 3º. Integram a Frente Parlamentar da Nefrologia:

I - Como membros fundadores: os Deputados Distritais que integram a legislatura vigente e assinaram a adesão para a constituição da frente parlamentar e manifestaram o desejo em atuar efetivamente das atividades relacionadas à frente ;

II – Como membros efetivos: os parlamentares que subscreveram o Termo de Adesão em data posterior à sua criação e manifestarem interesse em participar ativamente;

III – Como membros colaboradores: Senadores, Deputados Distritais, Governador, Ministério Público, Judiciário, conselhos, fóruns, entidades, associações e organizações sociais setoriais da Nefrologia, instituições públicas e privadas relacionadas com os objetivos dessa Frente Parlamentar, como empresários, acadêmicos e trabalhadores do setor que se interessem pelos objetivos da FPN;

Parágrafo único: A FPN poderá conceder títulos honoríficos aprovados em assembleia a parlamentares, autoridades e pessoas da sociedade em geral que se destacarem nas análises e na prática de política para o desenvolvimento da Nefrologia do Distrito Federal.

Art. 4º - São órgãos de direção da Frente Parlamentar da Nefrologia:

I – Assembleia Geral: órgão pleno da Frente Parlamentar, composta por todos os membros fundadores e efetivos, filiados a essa Frente Parlamentar;

II – Comissão Executiva: composta por 1 (um) Presidente; b) 1 (um) Vice-presidente; c) Coordenadores setoriais e temáticos; e d) Secretaria Executiva.

III – A Secretaria Executiva, a ser exercida pela Seção Regional do DF da Sociedade Brasileira de Nefrologia – SBN-DF .

§ 1º. A Comissão Executiva poderá designar as atribuições, para os integrantes da Frente Parlamentar, para representá-la junto aos órgãos públicos e entidades privadas do Distrito Federal, inclusive no âmbito internacional;

§ 2º. A primeira Assembleia Geral será convocada pelo parlamentar primeiro signatário e será constituída pelos parlamentares que a subscreveram, com a seguinte finalidade:

a) Constituir a Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN);

b) Aprovar o Estatuto da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN); e,

c) Eleger o Presidente e Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Nefrologia.

Art. 5º. Compete à Assembleia Geral :

I – Propor e aprovar modificações e revogações, totais ou parciais, ao estatuto da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN);

II – Zelar pelo cumprimento da missão e finalidade da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN);

III – Propor convênios e parcerias à Comissão Executiva;

IV – Debater proposições e questões relacionadas às missões e finalidades da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN);

V – Eleger a Comissão Executiva, permitida a recondução;

VI – Homologar termos e convênios, de parcerias e de contratos firmados pela Comissão Executiva;

VII – Admitir ou demitir membros, conceder ou cassar títulos honoríficos, homologando atos da Comissão Executiva, desde que pela maioria absoluta dos votos;

VIII – Apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Comissão Executiva ou por qualquer de seus membros;

IX – Homologar, analisar e aprovar o Plano de Trabalho da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN), a ser proposto pela Comissão Executiva;

X – Apreciar e/ou deliberar sobre proposições que sejam apresentadas por qualquer dos seus Membros, as quais serão enviadas à Comissão Executiva para os devidos encaminhamentos.

Parágrafo único: a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, anualmente, em mês a ser determinado pela Comissão Executiva, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente.

Art. 6º. O Presidente da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN) convocará a Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, com antecedência mínima de três dias, através de divulgação nos serviços de comunicação da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou por meio eletrônico, sem prejuízo dessa divulgação ocorrer simultaneamente por outros meios possíveis, diretamente aos parlamentares e aos demais Membros dessa Frente Parlamentar.

Parágrafo único: A Assembleia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença mínima de metade mais um dos seus Membros e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número de Membros presentes.

Art. 7º. Compete à Comissão Executiva:

I – Definir a periodicidade das suas reuniões ordinárias e extraordinárias;

II – Instituir grupos de trabalho, atribuir funções externas e requisitar apoio logístico e de pessoal à Câmara Legislativa do Distrito Federal;

III – Deliberar, aprovar e encaminhar sugestões de proposições que sejam apresentadas à Frente Parlamentar de Nefrologia (FPN);

IV – Apreciar e aprovar propostas do plano de trabalho anual da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN), tanto como as contas e a gestão dos recursos financeiros;

V – Elaborar boletins, publicações e comunicados da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN); e,

VI – Aprovar a participação de novos membros à Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN).

§ 1º. O Presidente da Frente Parlamentar (FPN) convocará os membros da Comissão Executiva para as suas reuniões ordinárias ou extraordinárias, com antecedência mínima de três dias, através de divulgação por meio eletrônico, diretamente aos membros dessa Frente Parlamentar sem prejuízo da divulgação por outros meios possíveis.

§ 2º. A Comissão Executiva reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença mínima de metade mais um dos seus integrantes e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número de membros presentes.

Art. 8º. Compete ao Presidente da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN), com o apoio da Comissão Executiva:

I – Marcar audiências públicas, seminários, simpósios, debates e demais eventos e atividades distritais da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN);

II – Aprovar a proposta de Plano de Trabalho Anual da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN) e promover a sua execução;

III – Aprovar as propostas de pauta das reuniões da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN);

IV – Aprovar e planejar as suas ações prioritárias e preparar as propostas dos Planos de Trabalho da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN);

V – Manter contato com as Mesas Diretoras e com as Lideranças Partidárias da Câmara Legislativa dos Deputados, assim como sugerir iniciativas e procedimentos legislativos que se refiram às ações em prol dos objetivos da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN) ;

VI – Manter contato e buscar a colaboração com os órgãos dos demais poderes da União, dos Estados, Distrito Federal, Municípios, os quais possuam relação com as finalidades da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN);

VII – Estabelecer a interlocução com os membros dos Grupos de Trabalhos e demais parceiros ;

VIII – Promover a execução das atividades programadas para a Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN).

Parágrafo único: O Presidente assumirá as funções da Comissão Executiva em caso de omissão ou ausência dos seus membros .

Art. 9º. Compete à Secretaria Executiva:

I – Elaborar a proposta de Plano de Trabalho Anual e auxiliar na execução das atividades e trabalhos da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN) ;

II – Elaborar propostas de pauta das reuniões da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN);

III – Definir ações prioritárias e executar as ações previstas no respectivo Plano de Trabalho da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN);

IV – Organizar e divulgar as atividades, programas, projetos e eventos da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN);

V – Operacionalizar as atividades técnicas e administrativas da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN) e gerenciar os recursos financeiros disponíveis para a execução do plano de trabalho anual; e ,

VI – Assessorar as atividades dos Coordenadores Temáticos e apoiar a gestão de conteúdo e encaminhamentos.

Art. 10. Para efeito de instalação e trâmites legais da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN) será designado Presidente o primeiro signatário do Ato de Criação, com mandato coincidente à legislatura.

I - Após a criação e instalação da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN), o Presidente indicará o Vice-Presidente e os Coordenadores, para constituírem a Comissão Executiva.

Parágrafo único: após o encerramento do mandato, o Presidente será escolhido por meio de eleição pelos filiados à Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN), desde que tenham participação assídua nas atividades desenvolvidas da frente parlamentar durante o ano vigente.

Art. 11. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua homologação, na primeira Reunião Plenária da Assembleia Geral de Constituição da Frente Parlamentar da Nefrologia (FPN).

THIAGO MANZONI
Deputado Distrital

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 8 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488082
www.cl.df.gov.br - dep.thiagomanzoni@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 04/04/2024, às 17:29:28, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 16:59:44, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 17:04:38, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IOLANDO ALMEIDA DE SOUZA - Matr. Nº 00149, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 17:11:40, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 17:26:46, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 17:52:39, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM DOMINGOS RORIZ NETO - Matr. Nº 00167, Deputado(a) Distrital**, em 09/04/2024, às 18:08:24, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 11/04/2024, às 10:43:56, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: 115930, Código CRC: 942d75f6



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria Legislativa



DESPACHO

A Mesa Diretora para publicação (RICL, art. 153, **art. 1º da Resolução nº 255/12**), atendidos os requisitos dos arts 2º e 3º da referida Resolução.

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 23.141

Assessor Especial

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8275
www.cl.df.gov.br - seleg@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS - Matr. Nº 23141, Assessor(a) da Secretaria Legislativa**, em 12/04/2024, às 09:42:27, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>
Código Verificador: **117642**, Código CRC: **16a3540b**

Ata Circunstanciada da 28ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 28ª
(VIGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 11 DE ABRIL DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H18MIN

TÉRMINO ÀS 15H34MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Está aberta a sessão ordinária de quinta-feira, 11 de abril de 2024, às 15 horas e 18 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido por esta presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 27ª Sessão Ordinária, de 10 de abril de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Comunicado do deputado Max Maciel: “O deputado Max Maciel participará do lançamento da pedra fundamental do *campus* Sol Nascente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, um evento de extrema importância para a comunidade. Sendo assim, ele não poderá estar presente na sessão ordinária do dia 11 de abril de 2024”.

Esse comunicado é extensivo a diversos outros parlamentares desta casa, que, justamente neste momento, estão no lançamento da pedra fundamental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, no Sol Nascente. O plenário, nesta tarde, está esvaziado por conta da participação desses deputados, inclusive do nosso querido presidente, deputado Wellington Luiz, no citado evento.

A presidência vai suspender os trabalhos até às 15 horas e 30 minutos, por não haver quórum.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h22min, a sessão é reaberta às 15h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Declaro reaberta a sessão ordinária desta quinta-feira, 11 de abril de 2024, às 15 horas e 33 minutos.

Vários dos nossos deputados estão, neste momento, participando do lançamento da pedra fundamental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no Sol Nascente. Entres os deputados presentes a esta grande solenidade está o deputado Max Maciel; o deputado Wellington Luiz, nosso presidente; o deputado Chico Vigilante; o deputado Gabriel Magno; o nosso vice-presidente, deputado Ricardo Vale; e outros deputados também. Por isso, a ausência dos nossos deputados.

Não havendo quórum regimental, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 15h34min.)

Ata Circunstanciada da 29ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 29ª
(VIGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 16 DE ABRIL DE 2024.**

INÍCIO ÀS 15H06MIN

TÉRMINO ÀS 17H10MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Declaro aberta a sessão ordinária de terça-feira, 16 de abril de 2024, às 15 horas e 6 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a deputada Paula Belmonte a secretariar os trabalhos da mesa.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para verificação de quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Estão presentes 6 deputados, havendo, portanto, quórum regimental.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pela senhora secretária.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 27ª (sic) Sessão Ordinária, em 11 de abril de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Mensagem do deputado Pepa: “Excelentíssimo senhor deputado Wellington Luiz, eu gostaria de expressar a minha gratidão especialmente aos meus pares pelas manifestações de carinho e solidariedade demonstrados após sentir um mal-estar enquanto cumpria uma agenda em Planaltina.

Quero agradecer também o empenho dos profissionais de saúde do Hospital Regional de Planaltina que prontamente me atenderam, bem como os demais profissionais envolvidos.

Por orientação médica, não estarei presente na sessão desta terça-feira, dia 16.

Reitero o meu compromisso com o Distrito Federal e agradeço a Deus pela bênção da vida.”

Esta é a mensagem do nosso querido deputado Pepa, líder do Partido Progressista, meu partido, nesta casa. De igual modo, também a trazemos aqui e estimamos melhoras. Conversei com ele hoje por 2 vezes. Oramos por ele para que Deus o abençoe e restabeleça a sua saúde por completo.

De igual modo, também registro a ausência do querido deputado João Cardoso, que está se recuperando de um procedimento que fez, mas também está bem, graças a Deus. Continuemos todos orando e rezando pela vida dos nossos queridos deputados.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero cumprimentar meus amigos; o presidente deputado Pastor Daniel de Castro – é uma honra muito grande; a nobre deputada que leu com muita maestria, nossa querida deputada Paula Belmonte; os demais deputados que aqui se fazem presentes. É um privilégio muito grande poder estar aqui.

Hoje, pela manhã, estivemos na Sessão Solene da Valorização da Extensão Rural Governamental, promovida pelo nosso nobre deputado e amigo deputado Roosevelt, que teve a honra de conduzi-la. Essa sessão foi muito legal, hoje pela manhã, da qual participaram a Emater, a Secretaria de Agricultura e outros órgãos, bem como a comunidade agrícola e os servidores da Emater.

Eu quero ressaltar a minha alegria de poder ter protocolado, nesta casa, deputado Chico Vigilante, um projeto de lei que já está em evidência no estado de São Paulo, que é muito importante e é chamado de Abrigo Amigo.

O Abrigo Amigo é uma espécie de tecnologia avançada que dá alguma segurança às mulheres; às pessoas com deficiência; aos idosos, que, às vezes, se sentem desamparados, desprotegidos no período noturno. O projeto chamado Abrigo Amigo já está instalado no estado de São Paulo. Nós tivemos a ideia de fazer uma cópia dele no Distrito Federal. Esse projeto tem grande importância para o Distrito Federal e para o nosso país. Nós sabemos pelo que nós estamos passando: o país e o mundo vivem uma situação bastante desagradável com relação à insegurança. Dentre as situações que mais acontecem, há estupro; há violência contra a mulher; há violência contra o idoso e há violência contra a pessoa com deficiência. E isso acontece, geralmente, nos abrigos.

Nós tivemos essa ideia com o auxílio da minha assessoria legislativa, do Adriano e da Elaine. Eles tiveram o trabalho de juntos construírem esse projeto muito importante para o Distrito Federal, o chamado Abrigo Amigo. O Abrigo Amigo, que nós prevemos que seja instalado pelo Governo do Distrito Federal, é uma proposta bastante importante e interessante, por meio da instalação de alguns totens que serão acionados pelo sistema.

Está no visual da Câmara Legislativa, para todos que quiserem ver: Abrigo Amigo, pontos de ônibus que vão oferecer auxílio virtual a passageiros em situação de risco. Trata-se de um projeto magnífico, que já está caminhando no estado de São Paulo. Nós o trouxemos para cá e queremos, o mais rápido possível, vê-lo tramitando, sendo apreciado e indo à sanção do governador, a fim de imediatamente ser efetivado para a segurança das mulheres do nosso Distrito Federal, para as pessoas idosas e também para as pessoas com deficiência, no geral.

Tenho certeza de que esse projeto vai fazer com que nós tenhamos mais segurança. O totem será instalado em algumas paradas. Entre meia-noite e 5 horas da manhã, no momento em que a pessoa sair do trabalho, for pegar o ônibus e o ônibus estiver demorando, ela, enquanto estiver esperando, poderá trocar ideia com outra pessoa na plataforma: "Como você está? Você está bem? Está vendo se há alguém ao redor que a ameace? Alguém suspeito?" Aquela pessoa trocará ideia até que seu ônibus chegue e ela se desloque à sua casa. Isso realmente trará àquela pessoa que está naquele abrigo uma sensação de alívio, de proteção. Por isso, o projeto é chamado de Abrigo Amigo.

Então, eu quero já comungar com todos os nossos amigos deputados para que coloquemos este projeto em votação o mais rápido possível, para que ele já possa estar em execução no Distrito Federal e assim termos um resultado positivo para mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência do nosso Distrito Federal.

Peço, senhor presidente, deputado Pastor Daniel de Castro, que V.Exa. peça regime de urgência urgentíssima, se for possível, para que este projeto esteja imediatamente no plenário desta casa, e assim possamos atender a essa demanda, que é muito urgente.

Muito obrigado, senhor presidente. Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Iolando. Parabéns pelo projeto e parabéns pelo pronunciamento!

Quero fazer um agradecimento. Esta casa hoje está sendo visitada pelo pároco Agenor, o pároco da Catedral Metropolitana de Brasília. Ele passou no meu gabinete e me deu de presente, deputada Paula Belmonte – acho que ele está dando isso para todo mundo –, uma réplica da catedral. Ele pediu aos deputados que pudéssemos ajudá-lo com um pequeno fomento, porque ele vai fazer a festa da catedral. Eu falei que irei ajudá-lo. Quero agradecer o mimo que ele trouxe e registrar a presença do pároco Agenor, um grande amigo. Ele foi padre na capela de Vicente Pires. Ele fez um trabalho extraordinário lá, e, quando eu era administrador, nós tivemos uma grande parceria. Quanto

aos pedidos que ele fazia, eu sempre o ajudava. Trata-se de um homem que tem Deus no coração e tem feito um grande trabalho. Parabéns, padre Agenor!

Convido para fazer uso da palavra a deputada Paula Belmonte.

Passo a presidência ao nobre deputado Ricardo Vale. Peço que assuma a presidência para conduzir a sessão ordinária.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Assumo a presidência.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde a todos. Que Deus abençoe todos nós, abençoe esta casa legislativa.

Eu gosto de falar e de lembrar sempre que esta casa legislativa é a representação da população, mas a representação da esperança da população, porque, aqui, temos a responsabilidade de valorizar as pessoas. Eu creio que a autoridade é constituída por Deus e constituída pelo povo para que possamos fazer a transformação das pessoas. Aqui, cada um de nós representa uma parcela da população, mas também podemos ser unidos para termos políticas públicas voltadas à população.

Nesse sentido, presidente, nós estamos na casa com alguns projetos muito importantes para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal, como o do PPCUB. Por que eu digo desenvolvimento econômico? Porque, com certeza, esse projeto vai trazer, sim, uma regularização de algo que nós precisamos atualizar na nossa legislação.

Na semana passada, nós da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle começamos a fazer um debate nesta casa, em uma sessão geral (*sic*). Nesta semana, haverá outro debate, por meio da Comissão de Constituição e Justiça. Na semana que vem, haverá outros.

Nós precisamos nos debruçar sobre isso. Por quê? Porque a população precisa entender: houve essa sessão geral (*sic*), na semana passada, ficamos aqui praticamente quase 5 horas debatendo, e vimos como a população ainda não está satisfeita com esse projeto que veio à casa. Cabe a nós, parlamentares, olharmos e entendermos todas as suas *nuances* para que não façamos um engessamento, como foi dito aqui – tombamento não é engessamento –; mas temos de ter cuidado com o tombamento da cidade.

Eu tenho feito esse trabalho e tenho certeza de que todos os parlamentares estão debruçados sobre este projeto, um projeto de fundamental importância para o desenvolvimento da nossa cidade e também para a preservação da cidade com relação ao tombamento.

Quero falar também, presidente, a respeito de algo importantíssimo. O deputado Iolando tem uma boa parcela do seu eleitorado em Brazlândia, uma cidade que eu digo que representa algo como se fosse o interior do Distrito Federal – com a sua geografia, também com o seu turismo religioso, mas, principalmente, com a sua ruralidade. Há a Festa do Morango, há a Festa da Goiaba, há vários produtores ali que escoam a produção para o Distrito Federal inteiro. Nós precisamos dar uma atenção muito especial à Brazlândia.

Estivemos no DER-DF falando a respeito da BR-097, uma rodovia que traz economia de tempo. São 10 quilômetros de distância a mudança de percurso para as pessoas que pegam a Estrutural. Não teríamos a inversão que existe hoje na Estrutural. Isso vai facilitar muito para a população vir de Brazlândia ao Plano Piloto como para ir do Plano Piloto à Brazlândia. Isso vai ter um impacto muito grande. Nós conversamos com o presidente Fauzi sobre a importância dessa estrada, que nós estamos renomeando como Estrada Parque Brazlândia.

Nós estamos pedindo o apoio de todos os parlamentares para que isso seja realizado o mais brevemente possível. Trata-se de um anseio da sociedade, principalmente dos moradores, tanto de Brazlândia quanto de Santa Luzia e do 26 de Setembro. É um anseio da população que essa estrada aconteça. Hoje ela existe em péssimas condições, em que não se tem asfaltamento.

Então, vamos batalhar juntos, todos os 24 parlamentares, para entregar isso à população, nomeando essa rodovia como Estrada Parque Brazlândia.

Presidente, eu também quero falar a respeito do projeto que foi colocado aqui, que é de suma importância, o Abrigo Amigo. Com certeza, isso vai fazer com que a nossa cidade tenha mais segurança.

É fundamental que as pessoas possam entrar na parada de ônibus – e eu falo, aqui, no lugar, principalmente, de nós, mulheres. Muitos de nós ficamos muito vulneráveis, às vezes, em uma parada que não tem iluminação. Os arbustos, as árvores, muitas vezes deixam as mulheres vulneráveis. Então, é fundamental que tenhamos isso, sim.

Porém, eu quero pedir, também, que façamos com que o GDF mostre o horário dos ônibus, porque isso é algo...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Rapidamente, presidente, nós podemos fazer com que os ônibus tenham um GPS e que esse GPS seja conectado a um sistema de informação à população para que a população saiba, exatamente, em quanto tempo o ônibus vai chegar. Isso já está sendo utilizado, há muitos anos, por vários países. Já há iniciativas tanto em São Paulo quanto em Minas Gerais, e nós precisamos colocar isso na capital federal. Isso, verdadeiramente, trará para a população, primeiramente, previsibilidade, segurança e transparência de onde os ônibus estão. Isso também mostrará quanto tempo a pessoa ficará esperando na parada de ônibus e fará com que esses ônibus cheguem no horário certo.

Essa é a nossa batalha.

Eu estou vendo aqui o presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Espero que possamos fazer com que todas as paradas de ônibus tenham um painel de informações, dizendo quais são os próximos ônibus a chegar e qual o horário eles chegam, presidente.

Grata.

Que Deus abençoe todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Deputado Thiago Manzoni, V.Exa. vai falar?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Ok.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, amigos servidores, profissionais da imprensa, demais cidadãos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital, muito obrigado. Sempre é um prazer me comunicar com a população de Brasília por meio da tribuna desta casa, que é o nosso parlamento, onde fazemos a comunicação.

Quero primeiro começar meu discurso, ressaltando a importância do nosso governo, do governador Ibaneis, a bondade do seu coração; o trabalho da secretária de Estado de educação do Distrito Federal, Hélvia Paranaguá, que hoje definiu 6 escolas para aquela região de Águas Claras, Vicente Pires e 26 de setembro. Cada uma receberá 2 escolas. A licitação sairá ainda neste ano, e, nos anos de 2025 e 2026, serão feitas essas entregas para a população que as clama há muitos anos.

Vicente Pires passou por um processo de transformação que continua. Falei com o governador hoje. Provavelmente, nos próximos dias, ele vai à cidade para autorizar o início das obras na avenida da Misericórdia, na avenida Contorno Taguaparque, na avenida do Governador e na rua Flor da Índia. Trata-se de um pacote de obras de 60 milhões de reais. Já foi feita a licitação. Agora será liberado o canteiro de obras. O consórcio que ganhou essa licitação entrará na cidade para entregarmos mais um pacote de obras para Vicente Pires.

Também entregaremos para o 26 de setembro. Hoje houve um evento maravilhoso no Lide, onde estava a Neoenergia Internacional e a Neoenergia Brasília. Lá me foi comunicado que já, já eles começam a obra da nova energia no 26 de Setembro, onde eu coloquei emenda do montante de 2 milhões de reais, e o governo aportou mais 1 milhão e meio. O início das obras custará 3 milhões e meio.

São benefícios que o deputado leva para a população. Quero parabenizar os líderes do Lide, porque foi um evento maravilhoso. Também quero falar do evento da Casa de Chá, na Praça dos Três

Poderes. Nós estivemos hoje com o governador em uma parceria com o Sistema Fecomércio, onde o Sesc cuidará daquele lugar trazendo melhoras para a população do Distrito Federal. Parabéns por todas essas ações!

Presidente, eu também não poderia de deixar de falar de uma situação que há mais de 1 semana nós acompanhamos: as publicações do empreendedor Elon Musk. Embora eu continue aguardando o desenrolar dos fatos para eu poder me posicionar sobre o assunto, há um componente nesse conflito sobre o qual algo deve ser dito. Falo, senhoras deputadas e deputados, da coerência, ferramenta necessária à atividade política. É exatamente por esse motivo que o despreço a esse requisito tende a revelar com muita clareza potenciais abismos entre retórica e prática, entre aquilo que é justo e defensável e aquilo que se revela oportuno e conveniente. Exemplifico aqui a minha fala. Eu quero parabenizar o deputado federal Pedro Paulo, vice-líder do governo federal, o qual, mesmo sendo da base, alertou a Câmara dos Deputados sobre o jabuti que foi colocado no projeto que recriou o DPVAT. Aliás, o ex-presidente Bolsonaro extinguiu essa obrigação no primeiro ano do seu mandato, o que bem demonstra por que milhões de brasileiros realmente estão sentindo a falta do ex-presidente Bolsonaro. Onde ele vai é ovacionado por multidões.

Pois bem, feito esse registro, o deputado federal Pedro Paulo advertiu seus pares que, no projeto que recriou o DPVAT, alteraram o arcabouço fiscal, o que era grave, e não se mostrava correto alterar critérios de responsabilidade fiscal ao sabor de qualquer governo que fosse. O deputado afirmou ainda que essa alteração ampliou os gastos em 15 bilhões de reais para o orçamento de 2024 e provavelmente esse aumento também seria considerado na LDO para 2025. Além disso, ele comparou o total empenhado em 2022, último ano do governo Bolsonaro, com o que foi empenhado em 2023, primeiro ano do governo Lula, e constatou que houve uma ampliação de gastos na monta de 300 bilhões de reais.

Senhoras e senhores parlamentares, a situação é grave. O Portal Poder360 de hoje, dia 16 de abril, informa que a dívida bruta já subiu 1 trilhão de reais desde o início do governo Lula. A projeção é que essa dívida chegue a absurdos 80% do PIB em 2025 – ou seja, o Brasil está afundando, isso é uma constatação real.

Veja para onde o atual governo está conduzindo o país com essa política imprudente de aumento incontrolável de gastos e sanha insaciável de aumentar impostos. A conta não fecha, e o povo, mais uma vez...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – ... assim como aconteceu durante outros governos, o governo de Lula e o da Dilma, vai ter que pagar essa conta.

O governo Lula fala em crescimento econômico, em geração de emprego, em pacificação do país, em defesa da democracia; mas suas ações revelam exatamente o contrário do que é pregado. Durante a campanha, o presidente Lula prometeu picanha e cerveja para o povo, mas parece que a tal picanha vai para a China. Aliás, poucos dias atrás, ele declarou que colocaria o nome dele na picanha que seria exportada para a China pela JBS. Porém, aqui, para os brasileiros – conforme matéria vinculada na *Gazeta do Povo*, em 7 de maio de 2023 –, o governo anunciou, apenas nos 5 primeiros meses de sua gestão, 12 medidas para arrecadar mais impostos, e, há poucos, dias recriou o DPVAT. Ele afirmou defender a saúde, a educação e a segurança, mas, conforme matéria da *Folha de S. Paulo*, datada de 11 de abril de 2024...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – ... o governo Lula cortou verba do Ministério da Saúde, cortou verba do Ministério da Educação, das bolsas universitárias. Ele cortou verba da educação básica, diminuiu recurso do financiamento de comunidades terapêuticas. Conforme matéria do Poder360 de ontem, dia 15 de abril, o governo Lula também cortou mais de 400 milhões de reais do Ministério da Defesa, da Polícia Federal e da Abin. Isso sem falarmos das reiteradas fugas dos presídios federais.

Durante a campanha, o presidente Lula acusou o governo Bolsonaro de ser negacionista, embora o intervalo de tempo entre a primeira pessoa vacinada no mundo e a primeira pessoa a receber a dose contra a covid no Brasil tenha sido de apenas 40 dias. Margaret Keenan foi vacinada no Reino Unido no dia 8 de dezembro de 2020 e Mônica Calazans recebeu a primeira dose no Distrito Federal, aqui em Brasília, em 17 de janeiro. Agora, a realidade nos mostra que ultrapassamos, deputados, 3 milhões de casos de dengue.

Conforme matéria do portal G1, de 28 de janeiro de 2024, a vacina estava chegando – pasmem os senhores! – a apenas 10% das cidades. Além disso, e lamentavelmente, dados vinculados pela mídia revelam que houve 2 anos seguidos de recorde de mortes causadas pela dengue.

Para concluir, senhor presidente, o que importa ao atual debate público não é a origem do senhor Elon Musk ou o que ele faz com a sua fortuna, o que interessa a esse debate é a verdade dos fatos. Em vez de o governo e sua base atacarem o mensageiro, eles devem provar que a mensagem não é verdadeira. Esse é o ponto. Nesse caso, não há como deixar de citar a matéria da revista *Oeste*, de 10 de abril de 2024, a qual revela que o senhor Felipe Neto, que fez campanha aberta em favor do atual presidente, tinha acesso privilegiado ao...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Estou terminando, presidente.

A sociedade tem direito à verdade, seja ela qual for.

Para preservar a minha coerência, devo dizer que a minha função, como parlamentar, é apresentar fatos e cobrar esclarecimentos. Assim continuarei fazendo para honrar o voto daqueles que me deram uma cadeira nesta casa.

Para finalizar meu discurso, digo que, agora, o presidente está colocando um interlocutor para o segmento evangélico: o ministro do desenvolvimento social, Wellington Dias, que é evangélico e foi governador do Piauí. No Piauí, as igrejas estão do mesmo modo: inconformadas com o presidente Lula, porque tudo o que ele fala é contrário aos seus gestos. Ele não tem respeito pelo segmento evangélico no Brasil – não tem!

Embora, na campanha, ele tenha feito um direcionamento, escrito uma carta dizendo que era contra o aborto, contra a liberalização das drogas; agora, ele faz justamente tudo ao contrário. É aí que reside a sua desaprovação dentro do segmento evangélico...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – ... que bate o patamar de 75% de rejeição. Por quê? Porque somos coerentes. E olhem que nós, há um tempo, até andamos com eles, até votamos nele, mas as falas do Lula são diferentes das suas ações. Ele não respeita o segmento evangélico. Essa é a verdade nua e crua, doa quem doer.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

Passo a presidência ao presidente desta casa, deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria de agradecer a Deus o dia de hoje e a melhora dos 2 deputados que passaram mal recentemente, o deputado João Cardoso e o deputado Pepa. Eles estão melhorando, fico muito feliz com a notícia.

Eu gostaria de falar de 2 assuntos.

Em agosto do ano passado, fiz um ofício – o ofício foi feito no dia 25 de agosto – e encaminhei uma indicação, pedindo a intensificação da segurança nos horários de pico dos restaurantes comunitários. Devido à gravidade do problema, tentei também avançar nesse assunto com o secretário de segurança pública, alertando-o sobre essa situação.

O aumento do fluxo de pessoas nos restaurantes comunitários coloca em risco as pessoas que estão nas filas, que estão almoçando, jantando, tomando café com as suas famílias, porque são lugares onde há pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Isso pode ser um risco para a população.

Infelizmente, deputado Chico Vigilante, no domingo passado, o Manoel Pereira, que tinha 60 anos de idade, foi assassinado a facadas enquanto estava na fila do restaurante comunitário do Recanto das Emas. O crime aconteceu às 17 horas – era dia ainda. A polícia chegou à conclusão de que o assassino não teve nenhum motivo aparente, ele estava em surto. O assassino matou-o, porque estava em surto. Manoel morreu, porque não havia segurança adequada nos restaurantes comunitários.

Eu quero mandar os meus sentimentos para a família do senhor Manoel Pereira, porque foi um crime que poderia ter sido evitado. E eu falo que o crime poderia ter sido evitado, deputado Thiago Manzoni, deputada Paula Belmonte, porque o criminoso, o assassino, que cometeu isso, tinha 41 passagens pela polícia. Ele tinha 41 passagens pela polícia! Ele ficou sendo solto, de forma repetida, e quem pagou o preço foi um inocente que estava na fila do Rorizão para poder comer. Eu jogo a culpa disso não no policiamento ou no governo, mas jogo a culpa na justiça brasileira. O que o sistema, deputado Thiago Manzoni, estava esperando para manter esse homem preso, depois de tê-lo soltado 41 vezes? Matar alguém? Agora ele matou. Eu espero que dessa vez ele fique preso.

O segundo assunto em que eu gostaria de tocar é relacionado à saúde e à crise de saúde que estamos enfrentando no Distrito Federal. Antes de falar disso, eu gostaria de ler rapidamente algumas matérias. Em fevereiro de 2022: "Ocupação de leitos de UTI para crianças é de 100%. Não tem vagas no DF." (Adaptado.) Em abril de 2023: "UTIs pediátricas estão com 100% de ocupação no DF após surto de gripe". E, ontem, no mesmo mês: "Mãe luta por vaga de UTI para salvar a vida de bebê com pneumonia no DF".

Gente, todo ano acontece o mesmo problema: doenças respiratórias no inverno e doenças relacionadas à dengue no período em que há o crescimento de chuva. Precisamos nos preparar de forma adequada, porque, no ano que vem, haverá as mesmas notícias. Em abril do ano que vem, haverá a mesma matéria: há uma criança que está com pneumonia, que está sofrendo, que está morrendo; uma mãe, um pai, desesperados, e não há vaga.

Por isso, deputado Thiago Manzoni, eu apresentei um projeto de lei para instituir o protocolo de gestão de crise no enfrentamento de doenças sazonais no Distrito Federal. O deputado Jorge Vianna e a deputada Dayse Amarilio não estão aqui ainda – eles são oriundos da saúde –, mas eu tenho certeza...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – ... de que todos os parlamentares concordam que é muito mais importante e é muito mais eficaz prevenir que remediar. Por que vamos esperar o período de dengue, com gente morrendo, com hospital cheio, para fazer contratação emergencial? Por que vamos esperar o período de seca chegar para cuidar de nossas crianças? A minha filha está tossindo bastante em casa, está doente, mas sabemos que isso acontece em todo o DF.

Esse cronograma vai auxiliar na aquisição de vacinas, na contratação de fumacê, de tendas, na construção de hospitais de campanha, já vai preparar médicos temporários, contratação e nomeação antecipada de profissionais da saúde. Sabemos que há um período determinado de iminência para enfrentarmos crises na saúde. Então, vamos deixar a casa arrumada. É por isso que eu quero pedir ajuda de todos os parlamentares aqui, gostaria de apelar para a sensibilidade do governador Ibaneis Rocha e da vice-governadora Celina Leão para sancionarmos esse projeto. Assim, no ano que vem, não haverá as mesmas notícias aterrorizando o nosso Distrito Federal: uma mãe chorando em uma UPA, porque não consegue transferir o filho para uma UTI ou um pai – isso aconteceu na Secretaria de Atendimento à Comunidade – chegar desesperado, porque o filho está em coma induzido, esperando uma vaga na UTI – ele está na UPA da Ceilândia.

Precisamos nos organizar, e isso não é difícil, porque os próprios profissionais da saúde já sabem do cronograma, o povo já sabe do cronograma. Chega alguém gripado, doente, e eles falam: "Não, nessa época, é isso mesmo". As pessoas já sabem. Basta agora nos organizarmos para corrigir isso e para que esse problema não aterrorize mais o DF em 2025.

Muito obrigado.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Boa tarde, deputado Joaquim Roriz Neto. Boa tarde a todos e a todas. Sejam muito bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Justifiquei minha ausência. Estive em uma reunião do Lide; depois, em uma reunião com o setor produtivo, e acabei me atrasando um pouquinho.

Já se encerraram os Comunicados de Líderes?

Gente, eu nunca vi a esquerda e a direita tão ensaiadas, foram todos juntos.

Depois de um tratamento tão respeitoso como esse, veremos quem vai falar agora.

Deputado Chico Vigilante, eu queria, publicamente, antes de V.Exa. falar, fazer um registro de

agradecimento e parabenizá-lo.

Nós estivemos em um evento do presidente Lula – aliás, parabéns pela iniciativa! – e houve uma situação lamentável: aquelas vaias à nossa vice-governadora, Celina Leão. Houve 2 gestos que me chamaram a atenção. O primeiro foi o do presidente Lula, que, independentemente de questão partidária, ideológica, quando começaram a vaiar a nossa vice-governadora, juntamente com V.Exa., se colocou ao lado dela, em uma demonstração de extremo respeito. Eu queria aqui agradecer em meu nome – eu sou amigo dela. Não acho isso justo, mas as pessoas se manifestam conforme o seu sentimento. Isso é natural. Acho que a postura do presidente Lula e de V.Exa. demonstram a grandeza de políticos que nos honram.

Então, eu não poderia, jamais, deixar de parabenizá-lo e de agradecer a V.Exa. Depois, todos nós – eu, o deputado Gabriel Magno e o deputado Max Maciel – fomos à Celina Leão. Aquele gesto de V.Exa. e do presidente Lula fica registrado na nossa memória como um gesto de enorme grandeza. Parabéns!

Tive oportunidade de agradecer ao nosso presidente Lula. Falei com a Celina Leão, e ela se sentiu honrada. Depois, ela disse que recebeu, inclusive, uma ligação do presidente Lula, que agradeceu a presença dela.

Então, quero, publicamente, agradecer ao deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, muito obrigado.

O meu gesto e o do presidente Lula foi exatamente para mostrar que a Celina Leão era uma convidada dele. Aquela era uma atividade importante, e ela era uma convidada.

Agora há pouco, um deputado falou que aumentou o gasto público. Infelizmente, S.Exa. saiu. Antes, deputado Gabriel Magno, S.Exa. havia falado de obras que estão acontecendo em Vicente Pires.

Presidente deputado Wellington Luiz, é importante dizermos que os gastos públicos estão aumentando exatamente porque estão sendo dados reajustes para servidores públicos, que ficaram, por 4 anos, a ver navios, sem nenhum tipo de reajuste, e porque as obras estruturantes voltaram.

Inclusive, a presença de V.Exa. no Sol Nascente, a uma festa bonita, foi para o lançamento do Instituto Federal de Educação no Sol Nascente. Isso é gasto público, é dinheiro público sendo investido naquela população que mais precisa.

As obras que acontecem em Vicente Pires são do PAC. É gasto público, que está sendo aumentado. O deputado Iolando ficou muito feliz com a duplicação da DF-080, a Rodovia da Morte. Essa duplicação foi gasto público, que tem que ser aumentado.

Portanto, as pessoas que defendem que não haja gasto público dizem que não tem que haver obra, geração de emprego ou investimento na segurança. Muitas vezes, as pessoas falam isso, porque o tal mercado diz que há aumento de despesa com servidores. Mas o mercado, deputado Thiago Manzoni, não diz o quanto leva de lucro indevido.

Investidores que vêm ao nosso país não investem na produção e, como disse o presidente Lula, não plantam um pé de capim e levam todo o lucro. Há gente que os defende. Eu, não. Eu defendo o investimento em gastos públicos para dar dignidade e qualidade de vida às pessoas. Acho importante pontuarmos isso.

Foi lançado o Instituto Federal do Sol Nascente.

V.Exa. já está convidado para o lançamento do Instituto Federal de Sobradinho II, nos próximos dias. O deputado Ricardo Vale, que é da região, sabe da importância desse instituto.

Portanto, é importante deixarmos isso claro.

Quero abordar outro ponto: o preço dos combustíveis. Os empresários tinham aumentado a gasolina, que estava sendo vendida a R\$5,99. Fomos à luta, mostramos que era um absurdo, e hoje eu abasteci o meu carro com gasolina a R\$5,49. Essa é a demonstração de que não precisava haver o aumento que houve.

Agora, é importante dizermos também que houve a quebra da paridade com os preços internacionais. Paridade que foi uma determinação do governo, que é o acionista majoritário da Petrobras. Quebrou-se essa paridade com os preços internacionais. Estamos vendo agora os

importadores, ou seja, essa raça que gosta de ganhar dinheiro fácil, dizendo que nós estamos com uma defasagem de 19% no preço. Se tivéssemos mantido o preço internacional, essa defasagem iria para o bolso de meia dúzia de especuladores.

Isso que eles estão chamando de defasagem favorece a população como um todo. É a população que está sendo beneficiada. Se não tivesse havido a quebra dessa tal paridade internacional, a gasolina hoje estaria por volta de 7 reais.

Portanto, o trabalhador brasileiro recebe em real e os equipamentos aqui são comprados em real. Por que deveria haver paridade com o dólar? Por que deveria acompanhar o preço internacional?

Aí vêm falar que vai quebrar a Petrobras. Vai quebrar coisa nenhuma. Uma empresa estatal existe exatamente para ajudar o povo do nosso país, e é essa linha que a Petrobras vai continuar sustentando, porque é essa a visão de um governo que se preocupa com o povo.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Deputado Thiago Manzoni, está confirmada a comissão geral de amanhã para tratar do PPCUB? É amanhã, não é? Quero parabenizar o deputado pela iniciativa. A realização dessas audiências públicas tem repercutido muito bem – viu, deputado.

A deputada Paula Belmonte fez uma na semana passada. Agora, é a CCJ. Portanto, ninguém pode alegar que esta casa não está discutindo o PPCUB na sua amplitude. Parabéns aos 2 deputados.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Antes de mais nada, eu lhe agradeço. A nossa audiência pública vai ser realizada amanhã, às 15 horas. É uma audiência pública promovida, na verdade, pela Comissão de Constituição e Justiça.

Eu aproveito a oportunidade para convidar a população do Distrito Federal, em especial a população que mora aqui no conjunto urbanístico de Brasília e que vai ser muito impactada pela legislação que será aprovada nesta casa, a participar da audiência pública para debatermos os projetos, em especial aqueles pontos mais importantes.

Eu pedi a palavra só porque fui mencionado pelo deputado Chico Vigilante durante o discurso dele. S.Exa. falava de gasto público quando me mencionou. Eu até poderia entrar no embate e tal, mas eu só quero lembrar à população que gasto público significa utilização de dinheiro público.

Dinheiro público é, na verdade, dinheiro do cidadão que foi retirado coercitivamente do bolso dele. Então, o cidadão trabalha, gera riqueza para si mesmo e para a sua família, o Estado vai lá e retira do bolso dele, sem que o cidadão possa se negar a pagar, pois é coercitivo, é obrigatório.

Esse negócio de gasto público é, na verdade, dinheiro do pagador de imposto que está sendo gasto e, muitas vezes, na maioria esmagadora das vezes, o Estado gasta esse dinheiro de maneira porca, de maneira a não atender os interesses da população.

Então, gasto público, dinheiro público é um negócio que não existe; o que existe é dinheiro do pagador de imposto, que tem sido, infelizmente, muito mal administrado pelo Estado.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix, pelo bloco PSOL-PSB.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, deputados, deputadas, boa tarde. Boa tarde a quem assiste à TV Câmara Distrital, aos servidores e servidoras que acompanham esta sessão e a quem nos acompanha na galeria.

Presidente, eu queria fazer uma fala sobre 2 temas muito rapidamente. O primeiro deles é que hoje, pela manhã, eu estive em um ponto de apoio feito pela Uber, no aeroporto, para os motoristas de aplicativo.

Tenho acompanhado essa pauta há muito tempo. Fui o autor da lei aprovada na legislatura passada que garante os pontos de apoio no Distrito Federal. Foi a primeira lei do país que enfrentou os aplicativos no sentido de que eles garantam alguma coisa para os trabalhadores que atuam nas ruas, tanto aos entregadores quanto aos motoristas de aplicativo.

Fiquei abismado porque é vergonhoso o que a Uber fez com os trabalhadores. Deputados, não há um banheiro, uma edificação de um banheiro para os motoristas de aplicativo usarem. São 3 banheiros químicos, porcos por dentro, para os motoristas usarem, sem nenhuma infraestrutura. Eles estão chamando aquilo de ponto de apoio.

Ponto de apoio, conforme a lei, tem que ter vestiário, tem que ter banheiro, tem que ter espaço de descanso, tem que ter tomada porque eles trabalham com celular e precisam carregar o celular para trabalhar. Tem que ter o mínimo de estrutura um ponto de apoio, tem que ter micro-ondas porque as pessoas levam quentinha e param para almoçar.

Os trabalhadores de aplicativo param naquele ponto de apoio para pegar a próxima corrida para o aeroporto, para transportar as pessoas da cidade. Eles são trabalhadores. Eles usam o aplicativo. A Uber diz que ela não é empresa de mobilidade, mas uma empresa de tecnologia, que ela criou só um aplicativo; mas não é, porque ela organiza hoje trabalhadores e trabalhadoras neste país. Ninguém está falando que eles sejam celetistas, deputada, mas que haja um ponto de apoio. Há cerca de 40 mil pessoas que trabalham por aplicativo no Distrito Federal.

Então, fiquei envergonhado com o fato de uma empresa do porte da Uber ter um ponto de apoio porco para os trabalhadores e motoristas que atuam na região do aeroporto. Isso é inaceitável. Eles têm que cumprir a legislação.

Estou tocando nesse tema porque há uma lei no DF sobre isso e o Governo do Distrito Federal tem que multar a Uber. Ela está descumprindo a exigência de ponto de apoio para os motoristas de aplicativo e os requisitos previstos na lei, porque há uma série de requisitos para a constituição do ponto de apoio.

É um absurdo a situação em que esses motoristas estão. Eles podem contar conosco porque vamos denunciar, em todas as instâncias, aquilo que está acontecendo não só com esse ponto de apoio, como com outros – alguns poucos – falsos pontos de apoio espalhados pela cidade, pois não cumprem os requisitos da lei. Há lei.

Olhe o que ouvi, deputada, que é muito interessante, do porta-voz da Uber: “Acreditamos que essa lei é inconstitucional”. Eles foram à justiça e não conseguiram derrubar a lei, mas, mesmo sem derrubá-la, eles não a cumprem porque não acreditam que seja constitucional. Agora a empresa se tornou uma instância do Judiciário porque ela não conseguiu derrubar a lei na justiça e ela não quer cumprir a lei.

Ninguém está querendo garantir direito trabalhista para o aplicativo. Nesse caso, a legislação do DF quer garantir ponto de apoio para eles carregarem o celular, terem uma hora de descanso, utilizarem um banheiro. Isso é o mínimo da dignidade humana, que está sendo desrespeitada por um aplicativo que tem uma operação gigantesca no Brasil, uma operação de 40 mil pessoas que, hoje, são motoristas de aplicativo no Distrito Federal.

Além disso – não toquei no tema ainda –, essa situação abrange também os entregadores de aplicativo, que usam outras plataformas. Mas, no caso, a minha visita hoje, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, foi ao ponto de apoio do aeroporto aos motoristas de aplicativo.

Nós temos algumas empresas que operam no DF, são 3 as principais empresas. Uma delas eu citei algumas vezes neste pronunciamento.

Senhor presidente, o segundo tema em que eu queria tocar: fiz uma denúncia ao Ministério Público de Contas e ao Tribunal de Contas do DF sobre a questão da Arena BSB. O complexo esportivo da cidade todo mundo conhece. Ele reúne o Mané Garrincha, o Nilson Nelson, as piscinas, toda aquela área. Foi assinado um contrato. A concessionária se chama BSB, Arena BSB. O *naming rights* hoje é chamado e conhecido pela cidade de Arena BRB.

Eles assinaram um contrato, deputado Chico Vigilante, em julho de 2019. Eles deveriam fazer cerca de 200 bilhões de investimentos. Nós estamos no quinto ano da concessão, do contrato assinado, e não houve nem início de obra de edificação predial naquela região.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Existe gente que é enlouquecida com concessão e privatização, gente que ama concessão, como se o privado fosse fazer correto sempre e fosse agir de boa-fé sempre.

A Arena BSB não fez os investimentos que estavam previstos no contrato. Nós passamos nessa área hoje e ela está esvaziada. Era para haver ciclovia; era para haver obra de calçamento; era para

haver cuidado.

Ontem, sabe quem estava recapeando ali, deputado Chico Vigilante? A Novacap. Ali é área privada, e a Novacap a estava recapeando. A TV Globo fez uma excelente matéria sobre o tema e pegou, em flagrante, a Novacap fazendo o recapeamento da área.

Eles fazem grandes *shows* ali. Todo mundo elogia isso, dizendo que é bom para a cidade que haja grandes *shows*, grandes empreendimentos, mas eles são altamente elitizados. Eles estão praticamente isolando a área pública. As pessoas não conseguem utilizá-la. Para estacionar lá, há muito tempo, custava 30 reais; agora, custa 15 reais. E o único complexo de bares e restaurantes que existe lá, deputados, já existia, eles só o reformaram.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eles assinaram o contrato. Há projeto. Não trouxe as fotos para mostrar para os parlamentares, mas vou compartilhá-las no grupo dos deputados e com as assessorias também. A Terracap fez um concurso público de qual projeto seria instalado ali. Seria um projeto com bulevar enorme, cinema, teatro – 200 milhões de investimentos da concessionária. Isso parece muito, mas são 35 anos de concessão no contrato assinado. E a Arena BSB não tem cumprido o contrato. As razões eles precisam apresentar urgentemente para o poder público, porque essa situação é inaceitável, é grave.

A população quer saber: por que há aquela confusão viária – ninguém sabe onde entra, onde sai –; por que há grade invertida e as pessoas não podem acessar os estacionamentos; por que as estruturas provisórias de *shows* passam a semana ali, enfeando a cidade; por que não há o cuidado necessário com a região. Não é esse tipo de concessão que queremos.

Eu trago esse tema, deputado Max Maciel, porque nós debatemos aqui a questão da Rodoviária do Plano Piloto. Qual será a concessão que será feita lá?

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Que o governo aprovou nesta casa sem o nosso voto. Qual será a concessão feita? O que a concessionária fará na rodoviária? É esse tipo de concessão?

Então, nós queremos esclarecimentos sobre o descumprimento do contrato. Afinal, como bem falado aqui, aquela era uma área pública. Trata-se de dinheiro público, e dinheiro público é dinheiro da população, do cidadão, da cidadã. No concreto, vamos trabalhar para fiscalizar o dinheiro público do Distrito Federal? Essa é a nossa função como deputado distrital. Onde está o dinheiro da concessão? Uma área foi concedida, assinou-se um contrato e não estão executando as benfeitorias para a população do Distrito Federal. Nós queremos os esclarecimentos. Representamos junto ao Ministério Público de Contas e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal para que façam o procedimento.

Deputada Paula Belmonte, nós também queremos saber se a Terracap está fiscalizando. Há o executor de contrato. Há um fiscal do contrato que vai lá e diz: “Está tudo bem feito, está tudo certinho, está tudo maravilhoso aqui”. Não é assim, aquela é uma área pública gigantesca, um complexo esportivo gigantesco, que deveria estar a serviço da população do Distrito Federal.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Hoje, não me parece que é esse o caso. Eu queria trazer essa denúncia para os meus colegas parlamentares e vou compartilhar essa documentação com todos, tanto a representação quanto as fotos do projeto. O projeto é lindo, é de encher os olhos, mas até agora nada foi feito naquela região.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Boa tarde, uma boa semana para V.Exa. e para todos e todas que nos acompanham.

Senhor presidente, 4 assuntos me trazem hoje a esta tribuna. O primeiro é que, mais uma vez, há um indício que revela para o país a farsa do esquema criminoso por trás da operação Lava Jato. Uma vez eu falei sobre isso aqui e tentaram defender a operação. Hoje há mais uma denúncia que vem à tona: o CNJ suspendeu a juíza que substituiu o juiz ladrão, o Moro, no processo da Lava Jato em Curitiba, a Gabriela Hardt, a mesma que não quis e que deixou passar a investigação do pai, que ficou bilionário no esquema de espionagem industrial da Petrobras. Agora, senhor presidente, suspenderam

a juíza Gabriela e desembargadores do TRF 4, onde a Lava Jato foi julgada em 2ª instância – inclusive o desembargador Thompson Flores, que chegou a dizer que a decisão do Moro era irretocável.

O esquema é do *cashback* da Lava Jato. A juíza e desembargadores combinaram as sentenças com alguns promotores do Ministério Público, abriram uma empresa para ganhar dinheiro, para ficarem ricos, deputado Chico Vigilante. O que aconteceu no país é um absurdo e está sendo passado a limpo. É por isso que o Moro e o Dallagnol estão morrendo de medo. Não é da cassação, é da prisão: roubaram, meteram a mão no dinheiro público em nome de uma falsa, de uma hipocrisia no combate à corrupção. Nunca combateram a corrupção, eram e são os agentes da corrupção! Fizeram isso acomunados com partidos e com o campo político para tirar o Lula da eleição – foi o que permitiu a eleição do genocida. Mas, agora, a história e a verdade, presidente, vêm à tona, e a verdade mostra aqueles que tentaram golpear e surrupiaram o dinheiro da Petrobras e do povo brasileiro, o *cashback* da Lava Jato.

Presidente, amanhã, 17 de abril, haverá comissão geral. Amanhã será o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Quero parabenizar não só o MST, mas vários movimentos no Distrito Federal, como a Contag, o MATR, que compõem o campo unitário e que lutam diariamente para cumprir o que está na Constituição: fazer a reforma agrária neste país.

O presidente Lula anunciou, nesta semana, o programa Terra da Gente, que pretende, até o final do seu governo, assentar 295 mil famílias, mapeando terras e terrenos disponíveis do poder público. É preciso avançar também para cumprir o que está na Constituição e desapropriar, tomar aquelas terras improdutivas, hoje, do grande latifúndio. É preciso fazer a reforma agrária. Nós marcamos o dia 17 de abril como um dia de luta, porque relembra o massacre de Eldorado dos Carajás, em que foram assassinados lutadores, que ainda sofrem muita perseguição, presidente.

Para concluir, quero tratar de 2 assuntos do Distrito Federal. Foi lido agora, no início desta sessão, o Projeto Lei nº 1.065/2024, que amplia, mais uma vez, o Iges, transfere para o Iges os serviços de cardiologia e transplante no Distrito Federal. É mais um absurdo, é vergonhoso! Enquanto isso, a saúde no Distrito Federal está um caos: o governo não responde, não nomeia os servidores, não cumpre acordos com as categorias; tem estrangulado, inclusive, o Instituto de Cardiologia do Distrito Federal nos últimos anos, promovendo o caos para, novamente, dizer que a solução é a terceirização e o Iges, mas não é! Nós estamos vendo o desastre que é o Iges nesta cidade, não resolve os problemas, não é mais eficiente. Pelo contrário, há uma série de denúncias – faltam transparência e atendimentos –, inclusive de corrupção. Vimos nos últimos anos tanto o presidente do Iges ser preso como o secretário de saúde.

Então, eu quero pedir, presidente, que esta casa tenha muita tranquilidade e muita responsabilidade ao apreciar a discussão deste Projeto de Lei nº 10.065 (*sic*), que acabou de ser lido. Não é possível ser votado em regime de urgência. Mais uma vez, o governo não faz aquilo que é para ser feito e desmonta um serviço para depois vender, para depois terceirizar, porque essa fórmula está dando errado – deu errado na primeira gestão do governo Ibaneis, e agora a história, mais uma vez, está se repetindo, como uma tragédia anunciada na saúde.

Portanto, eu quero pedir, na condição de presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que tenhamos muita responsabilidade e não cometamos mais esse erro gravíssimo de transferir esse serviço tão importante da cardiologia e transplantes para o Iges, que tem demonstrado uma completa falta de organização e de eficiência, o que foi prometido no início do governo Ibaneis.

Para encerrar, presidente, quero reforçar o pedido à Secretaria de Cultura, que não fez e não se cadastrou na primeira chamada do projeto CEU da Cultura, que disponibilizava até 2 milhões de reais...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – ... até 2 milhões de reais por equipamento cultural para as suas unidades federativas. Esse é um programa do Ministério da Cultura e do governo federal. Só 3 estados não credenciaram o projeto: Minas Gerais, São Paulo e o Distrito Federal.

Foi aberta agora a segunda chamada do CEU da Cultura até o dia 30 de abril. Que a Secretaria de Cultura e o Governo do Distrito Federal se inscrevam na segunda chamada para podermos reformar e ampliar, deputado Max Maciel – que tem tido uma grande atuação na luta pela cultura desta cidade –, os equipamentos culturais no Distrito Federal, principalmente nas regiões administrativas fora do centro da cidade, que hoje não possuem um equipamento público cultural. Em várias outras cidades há equipamentos, mas estão fechados, como por exemplo: o Teatro da Praça, em Taguatinga, e o Cine Itapuã no Gama.

Então, faço este pedido, presidente: que o governo se credencie na segunda chamada do CEU da Cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, estou atendendo um vereador de Águas Lindas, inclusive ele é do PL; mas eu estava ouvindo quando o deputado Chico Vigilante fez um rebatimento da minha fala sobre a questão das obras.

É verdade que algumas obras de Vicente Pires são do PAC, mas quero dizer ao deputado que o dinheiro não é do Lula. O dinheiro é do Estado, de governo. Então, ele não faz mais do que a obrigação dele. Aliás, deveria dar muito mais para outras cidades. Mas muito recurso em Vicente Pires foi fruto de grandes acordos de lotes vendidos na cidade, dinheiro arrecadado pela Terracap e investimento da Terracap. Então, quero deixar isso claro. Eu trouxe dados!

A verdade é que o governo Lula, presidente, a cada dia que passa, vai de mal a pior! O Brasil é um titanic desgovernado depois de bater em um *iceberg*, prestes a naufragar! Isso é uma verdade. O que o governo está fazendo? Lula está viajando!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, trato todas as pessoas com o maior respeito. Agora, não dá para ouvir determinadas asneiras. Dizer que o governo Lula é um titanic desgovernado? Um governo que está recuperando a credibilidade deste país?

O presidente Lula hoje está na Colômbia tratando das questões da América Latina. As obras que estão acontecendo é porque há um governo que investe, efetivamente, em obras; um governo que tem preocupação efetiva com a população; um governo que conseguiu fazer uma aliança de governabilidade, e o único partido que não está no governo é o PL. O PL tem autoridade para falar de oposição porque não está no governo! Os outros todos estão no governo. O governo do deputado que me antecedeu tem 3 ministérios. Parece-me que o MDB tem 4 ministérios. Portanto, não dá para ouvir determinadas coisas aqui.

É um governo que tem uma preocupação efetiva, que está governando, e governando bem. É só verificar o que a população acha efetivamente do governo e das melhorias que estão sendo feitas. Portanto, não dá para ouvir esse tipo de asneira aqui.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) –Presidente, realmente não dá para ouvir asneira. Eu acho que o deputado Chico Vigilante está no mundo da lua. Só pode ser isso, porque ele acabou de falar uma asneira. Pelo amor de Deus! Um governo que já tinha 70 bilhões em caixa e já ultrapassou 300 bilhões, nós estamos falando em quase 500 bilhões de déficit nesta nação. Que governo sério é esse, deputado Chico Vigilante? Por favor! É questão de razoabilidade, é questão de pensar. Agora, se o meu partido está lá no seu governo, eles não me consultaram. Se tivessem me consultado, o meu voto seria contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde aos parlamentares que estão aqui presentes. Boa tarde às nossas equipes

de assessoria, aos jornalistas que estão aqui e à população que assiste a nós pela TV Câmara Distrital e por meio do YouTube.

Eu começaria com a pauta do Distrito Federal, que parece que não é a pauta de hoje, que foram as 3 tentativas de feminicídio do final de semana; mas parece que depois que o governo federal manteve a saidinha, a pauta do feminicídio ficou um pouco de lado porque não é interessante falar disso hoje.

Eu preciso começar pelo que estava sendo discutido aqui. Dizer que o governo federal atual, o governo do pai da mentira, tem preocupação com o povo pode até ser verdade. Acontece que tem que ter um pouquinho de conhecimento de matemática básica, senão a preocupação com o povo leva o país à falência, e é o que está acontecendo de novo. O Brasil está indo à falência. É um titanic desgovernado mesmo, que já bateu no *iceberg*, e o nome do *iceberg* é Lula. Vai afundar. Vai afundar. Não consegue fazer conta de mais e menos. O déficit do Brasil, a dívida pública do Brasil vai bater 80% do PIB. Vai falir. É conta de mais e menos. As crianças da terceira ou quarta série, do quarto ou quinto ano já sabem fazer isso.

Preciso também tocar em outro assunto. Empresário não é bandido. Empresário não é bandido. Empresário é alguém que acumula capital e assume o risco para gerar emprego no país. Quem gera emprego numa nação é só empresário. Só. O Estado não gera emprego. Quem paga os salários dos deputados e das equipes de assessoria é o povo trabalhador e o empreendedor de Brasília e do Brasil. Estado não gera 1 real. Nenhum.

Então, tratar empresário como se fosse bandido, chamar de especulador e de outros jargões, querendo criminalizar quem tem coragem de empreender num país que tem burocracia absurda, que tem uma tributação que parece um manicômio, tentar criminalizar quem tem coragem de empreender para gerar emprego e riqueza e tratá-lo como se fosse bandido não dá para admitir. E é isso que o PT faz. E é por isso que o PT leva o país e estados à falência. Basta olhar quais são os estados mais pobres do Brasil, à exceção do Maranhão, que foi governado, infelizmente, muitas vezes, pelo PCdoB, inclusive pelo atual ministro do Supremo Tribunal Federal, ministro Flávio Dino. Contudo, os outros são mais pobres, normalmente, porque possuem uma herança maldita petista.

Tendo feito esse necessário desagravo, preciso entrar no tema do final de semana: houve 3 tentativas de feminicídio, assassinato de mulheres. Numa delas, na cidade do Sol Nascente, o ex-companheiro de uma mulher jogou álcool nela e num bebê de 4 meses. Ela conseguiu escapar. Graças a Deus, ela e o bebê estão bem.

O segundo caso aconteceu em São Sebastião, quando um rapaz, um homem, desferiu golpes com uma garrafa no pescoço de uma mulher.

O último caso aconteceu na Asa Norte, quando um homem, morador de rua, esfaqueou no peito uma mulher. Esse homem que esfaqueou no peito a mulher... Aliás, eu irei abrir um parêntese para fazer uma observação: eu estava pela manhã no gabinete do nosso presidente, deputado Wellington Luiz, e eu observei um *banner* lá em que está escrito uma frase que ele já falou aqui: "Covarde bate. Homem protege". Isso é uma verdade. Então, esses covardes que tentaram contra a vida dessas mulheres deveriam estar todos em cana, presos. São vagabundos. Não merecem conviver em sociedade.

Pois bem, esse último já passou pela polícia e já foi preso 9 vezes. Só em 2024 esse vagabundo – eu fico pensando: será que podemos chamar de vagabundo um sujeito que esfaqueia no peito uma mulher? Fico pensando que pode ser "vagabundofobia" – passou 7 vezes pela polícia. A polícia o tirou das ruas 7 vezes, e nas 7 vezes ele foi solto novamente e agora tentou esfaquear uma mulher e assassiná-la. Graças a Deus, ela sobreviveu.

E por que eu trago esse assunto hoje? Primeiro, porque me chama muito a atenção que os inúmeros projetos de lei para resolver a questão não são suficientes.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Essa não é uma questão... (Falha na gravação.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito que vejam o que está acontecendo com o som da tribuna.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Retomando o raciocínio: esse cara havia sido preso pela polícia por 7 vezes, somente este ano. Há inúmeras leis de proteção às mulheres aqui, e as tentativas de feminicídio continuam acontecendo, porque esse não é um problema legislativo. Esse é um problema cultural. Nós temos uma geração de homens covardes que atacam as mulheres e atentam

contra as suas vidas. O problema, portanto, é cultural. O problema passa por um governo federal que fomenta o cometimento de crimes e que publiciza, para que todos ouçam, que roubar um celular, por exemplo, para comprar uma cerveja, um pedaço de picanha e de abóbora está tudo bem. Um governo que diz que o encarceramento não resolve a situação.

Eu quero dizer que o encarceramento desse vagabundo – que já tinha sido preso 9 vezes – resolveria o problema da mulher que levou a facada no peito. Esse problema teria sido evitado. O atual governo federal quer manter as saidinhas, alegando que isso é para o bem das famílias, para que o preso possa visitá-las. Ah! Faça-me o favor!

Eu quero dizer à população do Distrito Federal que eu defendo as famílias da vítima. O vagabundo – que é preso 9 vezes – que fique preso, que pague pelos crimes que cometeu. Esses indivíduos que tentaram matar essas mulheres... O cara jogou gasolina no corpo de uma mulher e de um bebê de 4 meses e ia atear fogo. Que ele fique preso. Ele tem mais é que se ferrar, passar anos na cadeia. Agora, ficamos aqui tendo que ouvir discursos desse tipo.

O governo federal teve a coragem de dizer que liberou a saidinha novamente para defender as famílias. Eu não quero defender família de bandido. Que a família de bandido conviva com o fato de que há um bandido nela e que ele está preso. Eu quero defender a família de quem é vítima do bandido; do cidadão de bem que sai de casa para trabalhar; da menina que sai de casa para pegar o ônibus e, quando está escuro, é estuprada – é a família dela e ela que eu quero defender. Eu quero defender o trabalhador que não pode usar um relógio, porque vai ser assaltado na rua – é a família dele que eu quero defender. Eu quero defender a família do policial que morre trocando tiro com bandido que saiu na saidinha e comete homicídio – é a família da vítima que eu quero defender.

A cultura brasileira está errada. Os parâmetros estão errados. É esse caldo de cultura maldito que glamourizou o bandido – uma espécie de “bandidolatria” – que está nos fazendo ver isso na população do Distrito Federal, no seio da sociedade do Distrito Federal. As nossas mulheres estão sendo atacadas. Isso tem que acabar e isso passa pela cultura.

Então, essa cultura de ódio que a esquerda planta, de “bandidolatria”, tem que acabar e, para isso, vocês podem contar comigo como deputado de direita na CLDF.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni. Agradeço a V.Exa. e o parabenizo pelo pronunciamento.

Pergunto se mais algum deputado deseja fazer uso da palavra.

Vamos permitir aos deputados que estão inscritos e que ainda não falaram se pronunciarem: deputado Max Maciel, deputada Dayse Amarílio, deputado Rogério Morro da Cruz e deputado Pastor Daniel de Castro.

Deputado Chico Vigilante, só vão falar esses 4 deputados que mencionei.

Deputado Pastor Daniel de Castro, V.Exa. pode assumir a presidência?

Tenho que atender o padre Agenor, que está aqui do lado, mas já passo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, boa tarde.

Quero saudar todas e todos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital e pelo plenário desta casa.

A fala que me antecedeu fez referência a bandido. Eu tenho uma lista aqui – de janeiro de 2024 até agora, abril – de uma série de bandidos. Graças à Polícia Civil, presidente, deputado Wellington Luiz, e à Receita Federal, conseguiram mapear essas figuras. Há um histórico.

Em janeiro, a Receita Federal identifica sonegação de um grupo atacadista e de comércio alimentício de 526 milhões de reais. Em fevereiro e março, 28 milhões de reais em mercadorias foram apreendidas com sonegação. Em abril deste ano, outro grupo, foram 43,7 milhões de reais em sonegações com empresas fantasmas, lavagem de dinheiro. Há 5 dias, outro grupo de roupa, de açougue, de tudo – o negócio era vasto –, foi identificado. Eu quero parabenizar toda a equipe da Polícia Civil do Distrito Federal e também os auditores fiscais da Receita Federal pelo belíssimo trabalho.

Identificou-se que esse grupo também sonegou em média 45 milhões de reais. Sabe o que essa turma tem em comum? Essa é a turma que anda nos almoços de quarta-feira, de grupo de

liderança desta cidade. Eu quero olhar para a câmara e dizer para quem votou em mim: Eu não sento com essa turma, não tenho acordo com essa turma, não me interessa o que eles comem, não me interessa o restaurante a que eles vão. Não negocio com esses camaradas. Essa turma precariza o trabalhador na ponta, essa turma fica chantageando a população dizendo que gera emprego. Essa é a turma que representa aquela mesma pessoa que construiu um prédio na QNL, na M Norte, e depois ficou querendo se passar por um cidadão de bem porque construiu uma escola no Sol Nascente à custa da justiça e não à custa da benesse da empresa dele. Não tiro foto com essa turma. Não me reúno com eles porque isso é um câncer que está inserido nesta cidade e nós temos que romper na política esse tipo de coisa também.

Não adianta vir à tribuna, ir ao jornal ou a qualquer lugar e dizer que faz política séria, que política de verdade se faz com combate, se ainda almoça com esse tipo de gente, se se reúne com esse tipo de gente, que, no fundo, faz negociata com as empresas e com o sistema do Governo do Distrito Federal. Essa é a turma que tira bilhões de reais de impostos que iam para a saúde, que iam para a educação, que poderiam reformar nossas escolas, nossos parques, os nossos bosques, mas esses ainda têm crachá liberado de acesso em palácios, em tribunais e também em câmaras que rodam por aí.

Dizemos isso só para frisarmos o nosso compromisso com a classe trabalhadora e com a população do Distrito Federal e não com esses grupos e com essas pessoas que se enriquecem de forma ilícita e que, depois, vêm pagar de santinhas na cidade como se fossem os benfeitoras.

Presidente, o outro assunto, líder deputado Robério Negreiros, é que há no Distrito Federal 80 escolas do campo, as quais, reunidas, contam com aproximadamente 24 mil alunos. Eu tomei uma tarefa de rodar nessas escolas. Pegamos o carro e fomos a Sobradinho, Paranoá, Planaltina, Ceilândia, Gama. Uma coisa nos chamou a atenção nessas 80 escolas: é que, por estarem em área rural, o acesso à escola ainda é em chão de terra. Deputado Gabriel Magno, presidente da Comissão de Educação, eu sei que V.Exa. acompanha esses casos. Nós quase atolamos em 2 desses trechos. Agora, imaginem um ônibus que não tem tração, que não consegue subir e acaba atolando. Então, tem que chamar o trator, os alunos têm que descer. Esses são os relatos que recebemos de diretores como denúncias. E então nós fomos atrás de informações. Ora, existe um projeto chamado Caminho da Escola, projeto esse que está sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, o DER. E nós ficamos pensando: "Então deve estar faltando recurso para melhorar o caminho da escola".

Achamos uma escola em que foi feito o caminho, a Escola do Pípiripau. Está lá bonitinha a plaquinha: "Acesso à escola". Mas às outras escolas não há acesso, não, deputado Fábio Félix. A meninada às vezes não consegue acessá-las quando acontece esse período de chuva.

Olha só o que nós descobrimos! Nós estamos apresentando um requerimento de informação ao DER...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – ... para que o órgão nos apresente os recursos que estão disponíveis, o cronograma de execução e a explicação de por que os caminhos não foram feitos até agora. Só da senadora Leila, do PDT, existem, no caixa do DER, empenhados, liberados, R\$23.438.000,00. Desde 2020 esse dinheiro está na conta do DER, e até agora nós não conseguimos executá-lo.

Bem, nós sabemos que na área rural há várias ações que são passíveis de regularização, que há problemas com a questão local e até de preservação do meio ambiente, mas em 4 anos daria para termos acesso a esse tipo de problemática. O que não dá é para prejudicar os 24 mil estudantes que acessam esse tipo de escola.

Essas escolas são belíssimas, gente! Visitem a Escola do Campo. Elas têm uma pedagogia maravilhosa, uma equipe multidisciplinar linda, acesso a uma educação bem diferenciada. Mas é preciso garantir qualidade tanto para os professores quanto para os pais e alunos acessarem a escola.

Nós temos dinheiro, nós temos recursos para essas escolas. Eles estão lá no DER. Então, estamos pedindo encarecidamente esclarecimentos ao DER. Mas que não nos respondam com um "Sei lá o que está travado", não. Nós não queremos convocar ninguém a dar esclarecimento, não. Facilitem o nosso trabalho e respondam como a lei diz que tem que ser respondido: com cronograma, com o valor e com quais são os impasses em cada uma das escolas que impeçam a execução, por exemplo, das emendas da senadora Leila, de mais de 23 milhões de reais.

É isso, presidente, muito obrigado. Grato.

(Assume a presidência a deputada Dayse Amarilio.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputado Max Maciel.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Uma ótima tarde, senhora presidente; uma ótima tarde a todos os companheiros. Rogo a Deus pela saúde do nosso irmão e amigo deputado Pepa e também pela saúde do meu amigo e irmão deputado João Cardoso. Graças a Deus os 2 estão bem melhor. Saúde! Que Deus possa abençoar cada um de vocês!

Senhora presidente, nesta oportunidade quero defender os frentistas do Distrito Federal, mesmo porque já fui frentista. Estiveram hoje em meu gabinete representantes do sindicato de frentistas de postos de gasolina de Brasília, que nos relataram o fato de que o setor patronal tem negado à categoria um reajuste salarial justo e digno que seja condizente com suas necessidades e com os riscos aos quais são submetidos diariamente. A categoria é integrada por 8 mil profissionais, que saem cedo de suas casas para garantir o pão para suas famílias. Eles trabalham incansavelmente, mas não são reconhecidos e respeitados pelo setor patronal na hora das negociações.

Quero fazer, presidente, um apelo para que o sindicato patronal possa se sentar à mesa de negociações com uma proposta adequada aos interesses de seus empregados, de maneira que eles possam ter uma vida digna. Então, esse é um pedido de um ex-frentista. Eu sei muito bem quais são as dificuldades desses profissionais.

Apresentei também um projeto de lei que, se Deus permitir, brevemente, vamos ter notícias boas para todos esses profissionais. Está aqui o projeto e, em breve, ele vai ser aprovado, que trata da questão do botão de pânico. Sabemos do risco de assaltos a esses profissionais

Na minha época, presidente, deputada Dayse Amarilio, quando eu atuava como frentista – esse foi o meu primeiro emprego de carteira assinada, em Planaltina, ali, no posto, em frente à matriz, no Posto BR –, havia muito cheque sem fundo. As pessoas abasteciam o carro e passavam uma “chequita” lá, e o prejuízo, deputado Max Maciel, era eu quem assumia. Graças a Deus acabou isso. Já melhorou, mas é necessário melhorar mais com a valorização desses profissionais. Não estou desrespeitando, de forma alguma, quem gera emprego e renda, que são os empresários. Mas precisamos que os empresários possam valorizar esses profissionais.

Muito obrigado pela oportunidade.

Desejo paz e bem a todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputado Rogério Morro da Cruz, que já foi várias coisas, não é deputado Rogério Morro da Cruz? Também foi vendedor de picolé – não vou falar a empresa, não. Sei como é, porque eu também já fui cobradora de lotação. V.Exa. já foi cobrador de lotação também?

Passo a palavra para o meu querido deputado Fábio Félix, nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, obrigado.

Primeiro, ouvimos tantas coisas nesta casa. Falam de idolatria, aqueles que são do partido, presidido pelo Valdemar Costa Neto. Isso gera em nós algumas reflexões sobre como as pessoas tratam a questão criminal no país e como há uma ignorância e um emburrecimento no debate da política criminal e da política de segurança pública.

Cabe às pessoas, muitas vezes, construir um cenário de dualismo: demonização, satanização, sem discussão concreta da realidade, da política penal, do sistema prisional, da política de segurança pública, porque isso dá muito mais likes no TikTok. Pessoas, que, às vezes, não têm um debate de política pública, que não conhecem a história do Sistema Penal Brasileiro e do Distrito Federal, podem achar, numa abstração, numa reflexão rápida, que aquilo é a solução para o problema da realidade, da segurança pública.

Em 1990, neste país, havia 90 mil presos. Em 2024, este país tem 800 mil presos e não se resolveu o problema da segurança pública, porque a desigualdade social e os próprios problemas da segurança pública são produtos de uma sociedade, são produtos da ausência do Estado, da falta de educação, da falta de saúde, da falta de cultura, da falta de acesso à política pública. Você pode encarcerar 10 milhões de pessoas, você pode encarcerar metade da população brasileira que não vai resolver o problema da segurança pública. Isso é uma ignorância tremenda. Uma ignorância para

ganhar *likes* no TikTok e no Instagram. Isso vai dar certo lá, mas isso é um desserviço para o diálogo social, para a construção de um debate real sobre política criminal e sobre segurança pública. Essa é a realidade.

Vamos falar, agora, de saída sistemática, que ficou conhecida como *saidinha*. Afinal, um dos maiores usuários do sistema penal e das progressões do sistema penal talvez tenha sido o próprio Valdemar Costa Neto, presidente do Partido Liberal, que usou todos os instrumentos de progressão da justiça penal neste país. Vamos falar, então, de *saidinha* do sistema prisional.

Eu não vou fugir dos meus princípios porque o populismo penal tem maioria na sociedade, maioria simplista, equivocada. Não é porque existe uma maioria social que acredita nesse sistema penal e que aposta no punitivismo que eu vou abrir mão dos meus princípios.

Nosso país não tem pena de morte. Nosso país não tem prisão perpétua. É melhor o quê para a segurança pública? Que as pessoas saiam melhores ou piores do que entraram? Melhores, é óbvio! Tem que haver oportunidade, tem que haver educação, tem que haver saúde, tem que haver possibilidade. A saída é um processo de progressão que elas enfrentam no sistema prisional. A política penal tem uma lógica, e é óbvio que tem que se levar em consideração se a pessoa cometeu crime com grave ameaça à pessoa e violência, tem que haver seriedade, tem que haver rigidez, tem que haver responsabilização. O que não pode é o agente público emburrecer o debate público. O que não pode é o agente público tratar com ignorância a discussão de uma política pública que é séria, que tem que ser debatida, humanizando-se as pessoas, pensando a realidade social.

E mais, presidente, quero fazer um desagravo às famílias das pessoas que estão no sistema prisional. As famílias de pessoas que estão no sistema prisional não são bandidos. Meu respeito às mães, aos pais, às irmãs e irmãos, às companheiras e companheiros, que não têm nada a ver com a atividade criminosa. São famílias que precisam ser respeitadas e não podem ser desrespeitadas como foram aqui, nesta casa. As pessoas não pagam a pena do outro. As pessoas não têm culpa pelo comportamento do outro, como aqui foram colocados, numa mesma cesta, num mesmo comportamento.

Este é o debate que nós temos que fazer: como é que nós vamos tratar os crimes com menor ofensa social? Colocar na cadeia também? É isso? Colocar todos na cadeia? Então, é um absurdo o que nós estamos falando aqui.

E vieram falar, aqui, dos dados do feminicídio, como se a culpa fosse do governo Lula. Os dados do feminicídio no governo Bolsonaro estavam piores do que os dados do feminicídio hoje. Isso é lamentável. Isso é mentira sendo falada o tempo inteiro. O problema do feminicídio é um problema estrutural relacionado ao machismo, à objetificação das mulheres, à falta de debate de gênero nas escolas, à mudança de uma geração. Uma geração, sim, que é covarde. É covarde e é ensinada a ser covarde, não como elemento moral, mas como elemento cultural, estrutural, das relações humanas.

Então, enfrentar o feminicídio é enfrentá-lo independentemente de governo, de bandeira partidária, fazendo uma discussão sobre direitos das mulheres.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Tentar trazer isso para o debate de um governo é algo que, além de lamentável, é uma mentira deslavada, uma desonestidade intelectual. É isso que nós vimos – infelizmente – sendo falado, não só na Câmara Legislativa, mas na Câmara dos Deputados, até porque o auge do feminicídio no Distrito Federal foi na legislatura anterior, no governo do senhor Jair Bolsonaro. Foi ali o auge do feminicídio no Distrito Federal.

Agora há um silêncio ensurdecido dos grandes corajosos para apontarem o dedo para o governo Lula quando se fala dos problemas do governo Ibaneis ou do governo passado. Aí, eles calam a boca, ficam em silêncio, bem quietinhos, ouvindo.

Nós temos que fazer um debate de realidade. Nós não fomos eleitos para falar somente aquilo o que é óbvio, mas para falar, muitas vezes, aquilo que as pessoas do senso comum acreditam. Temos que ter coragem para fazer um debate de realidade sobre política pública, enfrentar as grandes discussões sociais.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu acho que se acovardar é não ter coragem de fazer esse debate com o mínimo de reflexão crítica. Muitas vezes, vemos isso acontecendo aqui.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Quero só reforçar também, deputado Fábio Félix, a brilhante fala e falar da hipocrisia desse setor da política, porque, na hora de defender o Brasão, os milicianos, na hora de defender aqueles que atentaram contra a democracia, deputado Fábio Félix, parece que a extrema direita reivindica o devido processo legal, mas, no dia a dia, na sua fala, é a lógica do punitivismo para os pobres, para aqueles que têm menos condições de acessar a própria justiça brasileira. É preciso inverter essa lógica. Foi dito aqui inclusive que empresário não é bandido. De fato, não é. São aqueles que sonegam imposto. Esses são criminosos, que a justiça brasileira infelizmente não consegue colocar atrás das grades e que geram, no Brasil, 417 bilhões de reais por ano de prejuízo por conta da sonegação.

Então, registro aqui meu repúdio ao que tem sido feito neste país para aumentar ainda mais o encarceramento em massa e o nosso repúdio à tentativa de aprovação da PEC que está no Congresso Nacional que muda a lei de drogas. Sabemos qual é o objetivo por trás da PEC. O objetivo é aumentar o encarceramento da juventude negra que hoje lota as prisões, enquanto aqueles que consomem drogas nas suas festas, nos seus bairros ricos e privilegiados vão continuar impunes.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

(Assume a presidência o deputado Fábio Félix.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Continuando os Comunicados de Parlametes, concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigado, presidente.

Hoje parece um dia atípico nesta casa. Temos alguns projetos para votar, inclusive projetos do governo, projetos importantes orçamentários, projetos de deputados. Estamos aqui firmes e fortes. A oposição está marcando presença aqui. É um dia atípico, mas, não muito surpreendentemente, chega aqui, nesta casa, uma mensagem, inclusive em tramitação de urgência, que “dispõe sobre a estruturação do serviço de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal”, passando agora para a gestão do Iges.

Esse projeto chega aqui, deputado Fábio Félix, em regime de urgência. Mas eu acho que urgente é termos as respostas que temos pedido desde 2017. Urgente é chegar aqui o novo contrato de gestão, chegar a repactuação das metas. Temos metas subdimensionadas, que inclusive nem são cumpridas por esse Instituto de Gestão Estratégica, que, há anos, estamos pedindo, deputado Max Maciel, e que, até agora, não chegam. Urgente, deputado Max Maciel, é resolver o problema, por exemplo, do Samu, que está no mesmo contrato de todos os outros carros, com praticamente uma USA só para todo o Distrito Federal, que é uma ambulância avançada com um médico só para todo o Distrito Federal – USA é uma ambulância avançada com 1 médico apenas –, e tudo mais o que temos visto. Fico muito preocupada com um projeto desse, inclusive, chegar em regime de urgência.

Sabemos da importância... Eu tenho muita consciência do que vou falar aqui, porque não sou irresponsável. Sei da importância do Instituto de Cardiologia do Distrito Federal. Ele é um ente que faz transplante. Praticamente, só ele realiza alguns procedimentos. Dentre esses procedimentos, o próprio transplante, as cirurgias pediátricas, a parte da hemodinâmica, que é tão forte e que, inclusive, hoje ele faz mais que o próprio Hospital de Base. Mas fico muito preocupada, porque havia um termo de acordo de cooperação administrado por uma fundação, a Fundação Universitária de Cardiologia – FUC, com vários entes dentro desse acordo de cooperação, entre eles, o Hospital das Forças Armadas, a Senado, a própria Secretaria de Saúde do Distrito Federal e a Câmara dos Deputados.

Fala-se que precisamos fazer uma intervenção, porque os procedimentos começaram a parar. Se dizia que o orçamento que a secretaria estava passando estava subdimensionado em relação à quantidade de procedimentos e ao valor desses procedimentos que eram feitos lá. Foi-se parando de fazer, e inclusive houve atraso de pagamento. Sabemos que houve denúncias de não transparência desses recursos que eram transferidos para esse ente, que, inclusive, administra outros hospitais.

A minha pergunta é: isso está sendo investigado? Onde está sendo investigado? Por que vamos passar uma coisa tão preciosa ao Distrito Federal para um instituto que não mostrou a que veio? Não

se vê resultado do Instituto de Gestão Estratégica. Como vai ser isso? Como vão ser essas metas? Como vai ser o processo seletivo? Vai ser o mesmo do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde, de que não sabemos quem passa no processo seletivo ou não, como se passa no processo seletivo ou não?

Eu quero chamar a atenção, finalizando a minha fala, a uma coisa que me chamou a atenção na fundamentação do projeto. Ele fala assim no item nº 5: "Nessa linha, após análise da documentação colacionada aos autos, infere-se da manifestação da área competente que o projeto de lei, que dispõe sobre a estruturação do serviço de cardiologia e transplantes do Distrito Federal, não ocasionaria impacto orçamentário, razão pela qual declaro que a edição do normativo não gera gastos de recursos públicos".

Então, eu pergunto para o Iges... Eu quero que fique registrado este horário e este dia. Hoje existe um repasse da Secretaria de Saúde para o Instituto de Cardiologia. Eles falavam que esse valor não era suficiente e, por isso, foi falindo. Aguardem, que vocês vão ver que, daqui a pouco, vai chegar um valor orçamentário dizendo que não é possível tocar o setor, porque já foi parando, porque se disse que o valor era pouco. Vai passar para o Iges... Na justificativa do projeto, fala-se que não terá impacto orçamentário de gastos públicos. Reparem que vamos voltar a este dia e vamos ver que, ao passar o ICDF para o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde, vamos votar nesta casa um projeto para aumentar o repasse para o ICDF, porque eu não sei como vão conseguir manter isso...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – ... se diziam que lá já não estava dando. Agora só não sei onde está a transparência desses dados: qual era o valor que era repassado, para que era repassado, se era para a cardiologia, se era para transplante.

Fica aqui a minha indignação e o meu pesar com a chegada desse projeto em tramitação de urgência.

Só peço que esta casa faça o seu dever de se debruçar sobre esse projeto. Independentemente de sermos base ou oposição, temos um dever com a vida das pessoas do Distrito Federal; e a saúde é um grande gargalo.

Nós não aguentamos mais ver pessoas morrerem em leitos de hospitais, esperando vagas de UTI, esperando o Samu para pegá-las, ao passo que projetos como este chegam a esta casa e passam de qualquer maneira, em regime de urgência, sem serem discutidos, sem que nós façamos a nossa função, que é fiscalizar aquilo que está sendo feito na saúde do Distrito Federal, que é um completo sucateamento.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Quero registrar e saudar a presença dos estudantes e professores do CEM 2 de Brazlândia. (Palmas.)

Agradecemos a presença de vocês, que participam do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Bem-vindos, bem-vindas à Câmara Legislativa do DF. A casa é de vocês. Muito obrigado pela presença.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – O expediente lido vai a publicação.

Esta presidência informa que, em razão da aprovação do Requerimento nº 1.271/2024, de autoria da CCJ, a sessão ordinária de amanhã, quarta-feira, dia 17 de abril de 2024, será transformada em comissão geral para a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 41, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências.

Informo ainda que, em razão da aprovação do Requerimento nº 1.276/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, a sessão ordinária de quinta-feira, dia 18 de abril de 2024, será transformada em comissão geral para debater o surto de dengue no Distrito Federal.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero só

reforçar o registro da escola de Brazlândia. Tive a prazerosa oportunidade de estar lá na semana passada, quando quase almocei com a escola.

Sejam muito bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Quero ser convidado para ir a Brazlândia sempre, porque é uma honra e um prazer estar lá, colando com vocês, em São José, em todos os bairros de Brazlândia. Bem-vindos sempre!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Também quero cumprimentar os alunos, os professores, o diretor – se ele estiver aí –, do Centro de Ensino Médio 02 de Brazlândia. Parabéns a vocês! Sejam bem-vindos a esta casa.

Presidente, eu não poderia deixar de trazer esta pauta. Fiz questão de esperar para ser um dos últimos a falar, porque sei que é uma pauta polêmica, mas eu sou o presidente da Frente Parlamentar Brasil, Brasília e Israel. Eu sou presidente dessa frente, com o deputado Iolando e o deputado Thiago Manzoni, pois são 7 deputados que compõem essa frente.

E eu quero começar fazendo uma reflexão sobre a luta pela sobrevivência. Enquanto muitas nações gastam fortuna discutindo projetos periféricos, que pouco interferem na vida das pessoas, Israel é uma das únicas nações que precisa lidar com a ameaça à sua existência quase que diariamente. É por causa da sua história e da ameaça que sofreu ao longo da existência que Israel luta pela sua liberdade e soberania. Como disse certa vez um israelense: “É olhando para o passado que nossa geração se refaz com esperanças de um futuro”. A grande verdade sobre o passado de Israel é que o país precisa lutar pela sua própria sobrevivência.

Na antiguidade da história de Israel, a memória da escravidão no Egito e dos seus exílios se tornou a força propulsora para que Israel sempre lutasse pela sua liberdade. A maior de todas as dispersões durou quase 2.000 anos, quando se iniciou, no Império Romano, a revolta de Bar Kochba, em 132 da Era Cristã, numa luta pela sobrevivência até 1948, quando o jurista e cientista social e diplomata brasileiro, Osvaldo Aranha, desempenhou o papel importante que resultou na criação do Estado de Israel.

Durante todo esse tempo, o povo judeu esteve disperso, desarraigado de suas origens e proibido de habitar em sua própria terra. Na modernidade, não há como pensar a história de Israel sem o Holocausto. E como alertou o ganhador do Nobel, Elie Wiesel, anos atrás: “Esquecer o Holocausto é matar 2 vezes. Independentemente de ser um judeu ou não, há uma obrigação moral de se garantir que nunca mais haja outro Holocausto”. E aqueles que ameaçam varrer Israel do mapa pretendem nada mais do que um segundo Holocausto.

No último dia 13 de abril, vimos uma das maiores ameaças a Israel desde a guerra do Yom Kippur, há 50 anos – talvez mesmo desde a sua fundação, em 1948. É por isso que as nações, em esforço conjunto, de forma imediata, condenaram o ataque feito pelo Irã, inimigo jurado de Israel que, tal como o Hamas, procura a destruição de Israel, pois elas sabem que por trás desse ataque está um declarado propósito de realizar um segundo Holocausto.

E não condenar veementemente tal intento é ser conivente com o seu propósito, isto é, é ser conivente com o intento de um outro Holocausto. Embora tenha havido quase que um esforço geral em parte da mídia ao dizer que o Irã não tentou destruir Israel, mas apenas mandar uma mensagem. Eu fico me perguntando: que mensagem teria chegado se Israel não estivesse, ao longo desses anos, se preparado para defender sua existência e sua soberania?

Eu fico imaginando, tal como no ataque do Irã, como no ataque do Hamas, se Israel não tivesse os seus mísseis para destruir os que o estavam atacando. Seria muito provável que, com os 5 mil mísseis do Hamas e os outros 400 de agora, Israel, hoje, estaria, talvez, banido da sobrevivência humana.

É verdade que a única coisa que o Irã conseguiu foi ferir uma menina mulçumana e elevar a moral do exército de Israel, mas o seu intuito declarado e manifesto é destruir Israel.

O Irã tem interesse claro em ser líder regional e por isso comemorou o congelamento de um acordo histórico com a Arábia Saudita, o que seria um caminho para a paz: os acordos de Abraão. Isso seria uma pedra no caminho do Irã, que rapidamente atuou através dos seus *proxies*, isto é, do grupo

que age por procuração.

O Hamas não tem amor pelos palestinos, o Irã não tem interesse na causa palestina. O que aconteceu no último 13 de abril é um escalonamento do que já tem sido feito através de diversos grupos atuando em nome do Irã, pretendendo destruir Israel, destruir a paz e aproveitar o caos para se estabelecer como grande líder no Oriente Médio.

É importante destacar que, enquanto o Irã, que não é árabe, é persa, luta para se estabelecer tiranicamente no oriente através do medo, da ameaça e do caos, Israel luta pela sua sobrevivência. Se Israel não defendesse o território do ataque sofrido, o próprio povo palestino e outras etnias que habitam ali também seriam destruídos pelos mísseis e drones enviados pelo Irã.

Israel não eliminou apenas os mísseis que caíram em áreas de povoação israelense ou judia. Vale lembrar que o céu de Jerusalém ficou iluminado por causa da defesa de Israel, mas, se o céu não tivesse brilhado, o chão estaria na escuridão, o mundo estaria em luto pelas mortes, não apenas de israelenses, mas de toda variedade de pessoas com diversas nacionalidades que habitam aquela região. A não existência de Israel colocaria em risco toda a população daquele lugar contra as grandes potências que mesmo distantes dali querem dali se beneficiar.

Portanto, presidente, meu desejo é que Israel, especialmente Jerusalém possa incorporar o verdadeiro significado do seu nome, como lugar de paz, que ali as religiões abraâmicas como o judaísmo, o islamismo e o cristianismo possam desfrutar do direito de coexistir em respeito, em harmonia e em paz.

Que haja paz sobre Israel!

Israel é uma nação que está no coração de Deus e é uma nação irmã do Brasil.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Muito obrigado.

Pergunto se mais algum parlamentar deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Parlamentares, não há quórum para dar início à Ordem do Dia.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Presidente, só quero fazer um registro, de novo. Já estou com vergonha de falar sobre o acordo dos agentes comunitários de saúde. Comentei isso, ontem, na reunião do Colégio de líderes.

Esperávamos votar um projeto que faz uma recomposição da LDO, para que pudéssemos cobrar, mais uma vez, o envio do projeto para esta casa. Neste momento delicado de epidemia de dengue, sei o quanto poderíamos valorizar esses profissionais.

Agradeço aos alunos de Brazlândia, pela presença. (Palmas.) O que importa é ter saúde e estudar. Sejam bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Deus abençoe vocês.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Muito obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Eu só gostaria de fazer uma retificação. O presidente deputado Wellington Luiz se referiu à ata com uma numeração incorreta. O correto é: Ata Sucinta da 28ª Sessão Ordinária. A ata já foi dada como lida e aprovada.

Estão presentes o deputado Pastor Daniel de Castro, o deputado Gabriel Magno, o deputado Max Maciel, a deputada Dayse Amarilio e este deputado.

Agradeço as presenças ilustres de vocês de Brazlândia.

Não havendo quórum regimental, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h10min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

Abin – Agência Brasileira de Inteligência
BR – Rodovia Federal Brasileira

Ata Circunstanciada da 30ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 30ª
(TRIGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41/2024,
QUE APROVA O PLANO DE PRESERVAÇÃO
DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA – PPCUB,
DE 17 DE ABRIL DE 2024.**

INÍCIO ÀS 15H03MIN

TÉRMINO ÀS 17H48MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Está aberta a sessão ordinária de quarta-feira, 17 de abril de 2024, às 15 horas e 3 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Na medida em que não há outros deputados presentes, eu mesmo vou secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 29ª Sessão Ordinária, de 16 de abril de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.271/2024, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, a sessão ordinária de hoje, quarta-feira, dia 17 de abril de 2024, será transformada em comissão geral para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, o PPCUB, e dá outras providências.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Solicito que a entrada dos nossos convidados seja franqueada. Convido as senhoras e os senhores deputados, bem como a todos que desejarem participar do debate em plenário.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h06min, a comissão geral é reaberta às 15h19min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Sob a proteção de Deus, nós reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, eu tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debatermos o Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências.

Eu agradeço a presença de todos os senhores aqui.

Convido para compor a mesa junto comigo o senhor secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Vaz Meira da Silva. Agradeço ao senhor, secretário, pela presença. O secretário está aqui quase todos os dias, debatendo.

Convido também o subsecretário do Conjunto Urbanístico de Brasília, Ricardo Augusto de Noronha.

Como a maioria das autoridades confirmadas ainda não está presente – e eu imagino que, por motivos diversos, não poderão comparecer –, convido o presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Fernando Brites, para compor a mesa conosco. Obrigado pela sua presença, presidente.

Estou tentando ser o mais eclético possível aqui. Convido também para compor a mesa a prefeita do Setor Comercial Sul, Niki Tzemos.

Sejam todos bem-vindos! Boa tarde, mais uma vez, a todos os presentes.

Eu inicio cumprimentando o pessoal do Senac que está presente; o presidente do Sindicato dos Combustíveis, Paulo Tavares, que está aqui; o Pedro Ávila, que é diretor da Paulo Octávio e vice-presidente da Ademi-DF – Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal; a Eliana Klarmann, membro do Codese; a Adriana Loiola Oliveira, da prefeitura do Setor Comercial Sul; a Clea Torres, presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte; e, mais uma vez, a Niki Tzemos.

Então, vamos começar a nossa audiência pública.

Pessoal, o PPCUB talvez seja o projeto de maior relevância para a população de Brasília que vai ser votado aqui na Câmara Legislativa neste semestre – se ele for votado neste semestre. Eu espero que seja, senão ele será votado no segundo semestre.

Eu quero cumprimentar também o deputado Pastor Daniel de Castro. Obrigado pela sua presença, deputado. Se V.Exa. quiser compor a mesa, fique à vontade. Eu conversei com o deputado antes de nós iniciarmos a sessão, e ele me pediu desculpas por não compor a mesa. Ele vai precisar fazer um atendimento, mas volta. Obrigado por sua presença. Se V.Exa. quiser fazer uso da palavra, fique à vontade. (Pausa.)

Depois? Depois ele fala, então.

Nós estamos diante do projeto mais importante, talvez, deste ano. Brasília aguarda há alguns anos pela aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. E nós temos a oportunidade de, nesta legislatura, dar uma resposta à população de Brasília, do Distrito Federal. Há o compromisso do nosso presidente, deputado Wellington Luiz, no sentido de que ouçamos a população do Distrito Federal – em que pese audiências públicas já tenham sido realizadas, no âmbito do Governo do Distrito Federal. Ao receber o projeto aqui na Câmara Legislativa, o nosso presidente firmou o compromisso de ouvir a população do Distrito Federal para que possamos legislar da maneira mais adequada, de modo a atender os interesses dos representados que nos colocaram aqui como seus representantes.

Houve um pedido do nosso presidente, deputado Wellington Luiz, para que cada comissão fizesse o requerimento para debater este assunto em uma comissão geral. Nesta quarta-feira, esta comissão geral é realizada pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual tenho a honra de presidir aqui na Câmara Legislativa.

Registro a presença do deputado Chico Vigilante, que chegou. Boa tarde, deputado Chico Vigilante. Se V.Exa. quiser compor a mesa, fique à vontade para estar conosco; se V.Exa. quiser fazer uso da palavra de imediato – não sei se V.Exa. tem outros compromissos –, fique à vontade para fazê-lo também, como V.Exa. achar melhor.

Estamos hoje, aqui, muito mais para ouvi-los que para falar. Eu tenho certeza de que todos vocês têm interesse e têm preocupação com o que vai ser aprovado no PPCUB. É isso que traz os senhores esta tarde a esta casa. Vamos debater, vamos ouvir, vamos tomar nota e, depois de fazer esta discussão com a população do Distrito Federal, doutor Athayde, nós vamos debater como parlamentares. Eu espero, e é o nosso desejo da Câmara Distrital, que o PPCUB seja aprovado o quanto antes para que possamos entregar segurança jurídica e parametrização à população do Distrito Federal a respeito deste plano de preservação.

Eu inicio os trabalhos, secretário Marcelo, passando a palavra ao senhor para que fale pelo prazo de 5 minutos. O senhor pode falar; depois, ao final, haverá também as considerações finais. Concedo a palavra ao senhor Marcelo Vaz Meira da Silva.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA – Boa tarde, deputado. Boa tarde a todos os presentes.

Inicialmente, quero parabenizá-lo pela iniciativa de mais uma vez convocar a população do Distrito Federal, a população de Brasília para discutir este importante projeto, como V.Exa. mesmo colocou, um projeto muito esperado por todos nós e, talvez, um dos projetos mais importantes, de

fato, da legislatura.

Nós estamos sempre à disposição, a Seduh, para esclarecer todos os deputados e todos os cidadãos que tenham dúvidas, que precisem de esclarecimentos sobre este projeto, que foi elaborado pela secretaria.

Cumprimento também o deputado Pastor Daniel de Castro e o deputado Chico Vigilante. Obrigado por estarem aqui também participando desta discussão conosco.

Eu faço aqui até um pedido de desculpas. Peço licença pois há 2 semanas a deputada Paula Belmonte fez também uma comissão geral para discutir o PPCUB; infelizmente, fui convocado no Buriti e não pude estar presente àquela reunião. Mas tenho certeza de que fui muito melhor representado, o Distrito Federal, o Executivo foi muito melhor representado pelo Ricardo Noronha, nosso subsecretário da Scub, que está aqui acompanhado pela equipe técnica. Eu assisti àquela audiência depois. Foram feitas todas as colocações necessárias, os esclarecimentos, então, podem ter certeza de que qualquer um de nós aqui está dominando o assunto e está aqui para ajudar, tanto os parlamentares quanto a população.

Deputado, na minha fala inicial, como o objetivo é muito mais ouvir a população que está aqui, eu acho que é importante destacarmos um ponto que vem sendo muito debatido, muito colocado pela população, que é: qual é o viés principal do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Como eu coloquei, nós fizemos uma reunião com quase todos os deputados há cerca de 1 mês ou 2 meses, eu acho, quando o projeto foi encaminhado à Câmara Legislativa. É importante destacar que esse projeto traz, como o próprio nome diz, um plano de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, normas de uso e ocupação do solo e um plano de desenvolvimento local. São os planos, programas e projetos que constam nas nossas planilhas e no texto da lei.

Se todos pegarem o texto, de fato, do PPCUB, tirando os anexos, verão que pelo menos 80% do texto trata de preservação. Tratar de preservação não é engessar a cidade; pelo contrário, a preservação tem de estar aliada ao desenvolvimento ordenado, ao desenvolvimento sustentável, e é isso que estamos tentando trazer para cá.

Eu acho que foram colocadas, na última reunião, algumas questões como a ausência de normas; muito pelo contrário, hoje, há muitas normas, uma infinidade de normas que, inclusive, dificultam a interpretação, dificultam a correta aplicação daquilo que se busca para preservar. Quando trazemos a norma de uso e ocupação do solo, nós não estamos alterando parâmetros que possam ferir o tombamento da cidade; pelo contrário, estamos mantendo esses parâmetros e deixando-os cada vez mais claros. O que há de novidade no plano de preservação é uma diversificação de uso, o que é desejável.

Se pegarmos, inclusive, o último parecer do Iphan, de 2019, o Iphan deixa claro que a melhor forma de preservação é a ocupação ordenada, é a diversificação de uso, é trazer a sociedade para cuidar daquilo que é dela. O que o PPCUB faz é exatamente isso. É claro que há um corpo muito extenso de normas de uso e ocupação do solo, porque isso não existe até hoje. Isso está sendo feito, exatamente, para trazer essa segurança jurídica necessária para que todos os cidadãos, sejam eles empresários ou cidadãos comuns, saibam o que pode e o que não pode ser feito – principalmente o que não pode ser feito –, mas, ao mesmo tempo, para que consigamos conciliar essa preservação, esse tombamento com o necessário desenvolvimento da cidade.

O que acontece, deputado, é que, se nós não tomarmos essa atitude de atualizar as normas hoje vigentes, inevitavelmente a cidade vai crescer, a população vai crescer, e vai acontecer a ocupação desordenada – que é, exatamente, o que vai de encontro à preservação. Isso, sim, vai ferir a preservação.

Então, eu queria deixar isso claro para iniciarmos o nosso debate, o cuidado da nossa equipe técnica com a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, que é, exatamente, o foco principal desse projeto.

Obrigado a todos. Que tenhamos uma excelente reunião.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, secretário Marcelo.

As inscrições para falar estão abertas. A quem quiser fazer uso da palavra eu peço para procurar a nossa equipe do Cerimonial e se inscrever. A Gabriela está ali atrás, com uma prancheta. Quem quiser, é só se inscrever.

Secretário, o senhor mencionou o Iphan, e eu preciso registrar a presença do Saulo Diniz, que

hoje é servidor aqui desta casa. Eu fiz um esforço danado para trazer o Saulo para a Câmara Legislativa. Ele era o superintendente do Iphan quando essa discussão se deu no âmbito do Iphan. Ele contribuiu bastante, sem dúvida. Então, eu gostaria de registrar a presença dele aqui, o interesse dele pelo tema e o trabalho que fez como superintendente do Iphan, um trabalho que é elogiado pelo Distrito Federal inteiro. Eu o parabenizo, Saulo. Para nós, da Câmara Legislativa, é uma alegria poder tê-lo aqui trabalhando nesta casa de leis.

Registro a presença do meu amigo que eu já mencionei, Athayde Passos da Hora, representando a Fecomércio. Daqui a pouco, teremos 2 escolas aqui. Quando elas entrarem aqui, eu menciono.

Concedo a palavra ao subsecretário do Conjunto Urbanístico de Brasília, Ricardo Augusto de Noronha.

RICARDO AUGUSTO DE NORONHA – Boa tarde a todos.

Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui esclarecendo sobre esse projeto de lei tão importante para a cidade, para o Distrito Federal como um todo. Agradeço o apoio do secretário e a oportunidade de estar aqui, principalmente, tirando as dúvidas que ainda restam sobre o projeto, sobre as questões mais específicas dessa lei tão importante.

Quero ressaltar o trabalho extenso e importantíssimo da equipe técnica ao longo de mais de 10 anos em conjunto com o muito bem citado Iphan. Não foi um trabalho feito a toque de caixa. É um trabalho muito profundo mesmo, um trabalho que vem tentando equalizar todas essas dificuldades que a cidade enfrenta. Como o secretário bem falou, já enfrentamos hoje, nessa ocupação desordenada, essa questão de usos que não temos previsão normativa.

Lembramos que o PPCUB vem para substituir um arcabouço de aproximadamente mil normas. Essas mil normas, como eu falei na outra audiência, muitas delas abrem muito espaço para interpretação, abrem muita discussão em cima da real efetividade, da real aplicação dela, dificulta o trabalho das regiões administrativas na liberação das atividades econômicas. Então, falar disso também é cuidar da preservação, é não permitir que os setores se ocupem de forma equivocada e que isso gere muito transtorno e prejuízo aos empresários e à população como um todo. O que vimos falando é que realmente a norma de uso e ocupação do solo não vem contrária à preservação; ela vem ajudar na preservação, vem confirmar a necessidade de se usar bem a cidade com clareza e com foco no que realmente é preciso.

Volto a destacar a importância que esse projeto tem e a necessidade de que ele seja colocado em aplicação o quanto antes. Precisamos ter esse marco para que... não para pararmos de falar de preservação, mas que tenhamos tranquilidade para continuar a discussão sobre preservação. Não dá para continuarmos conversando, discutindo, procurando o plano de preservação perfeito enquanto não tivermos um. Então, precisamos colocá-lo na rua, precisamos colocá-lo em aplicação e, a partir dele, continuar a discussão, sentar novamente e torná-lo sempre melhor.

Agradeço a oportunidade. Estamos totalmente à disposição para escutá-los e tentar tirar todas as dúvidas que surgirem. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Somos nós que agradecemos, secretário.

Registro a presença aqui do doutor João Accioly e já faço o convite, doutor Accioly, para que possamos nos reunir para tratar deste projeto de lei, na sequência. Hoje o doutor João Accioly vem aqui representando o Sinduscon, entidade da qual ele é vice-presidente.

Registro também a presença do prefeito da SQS 302, Helvídio Nunes; do Roberto Botelho, da Ademi; e do doutor Fernando Caixeta, que está aqui hoje nos prestigiando também.

Eu gostaria só de fazer alguns apontamentos, já aproveitando a fala do subsecretário. O secretário mencionou o excesso de normas em vigor aqui em Brasília. Essa é uma verdade que só quem depende dessas normas é que tem noção do quão difícil é saber, ao menos, o que está em vigor ou não está em vigor. Passamos em nosso gabinete por muitos apuros ao propor projetos de lei que alteram a legislação. É muito difícil encontrarmos quais são as leis que estão em vigor, porque existem tantas leis que versam sobre o mesmo tema, que nós, para alterar uma lei, temos dificuldade de saber qual é a que está em vigor.

Então, isso atrapalha demais Brasília, atrapalha o Distrito Federal, atrapalha o nosso desenvolvimento, efetivamente, e nos coloca atrás das outras unidades da Federação. E o nosso subsecretário Ricardo mencionou aqui – como já havia mencionado o secretário Marcelo – a ocupação desordenada e a necessidade de que tenhamos uma normatização de uso e ocupação do solo. Talvez

este seja o ponto principal do que vamos entregar para Brasília quando a legislação for promulgada: segurança jurídica.

Antes de começarmos a nossa comissão geral, eu era perguntado pela TV Câmara Distrital qual era a minha expectativa em relação ao PPCUB. Eu falei que a minha maior expectativa é que possamos dar à população de Brasília a segurança jurídica que hoje não existe. Isso é fundamental para que Brasília se desenvolva, para que Brasília cresça, com as pessoas e os cidadãos sabendo quais são as regras do jogo e quais são os parâmetros válidos para esse desenvolvimento e esse crescimento.

Dizem, doutora Niki, que a autoridade maior fala por último. Então, como a senhora é a única mulher aqui na mesa, vou deixá-la por último para que fale como a autoridade maior sentada aqui à mesa.

Passo a palavra ao presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Fernando Brites.

FERNANDO BRITES – Boa tarde a todos.

Nobre deputado Thiago Manzoni, o senhor nos surpreende, às vezes, com certas atitudes. Esta de hoje, como o senhor disse, talvez seja uma das coisas mais importantes que nós temos para cuidar do solo e da ocupação do solo no Distrito Federal.

A capital do país, um país de 200 milhões de habitantes, um país rico, quando recebe missões do exterior – como recebemos com muita frequência –, às vezes, temos vergonha de passar com eles em alguns lugares, tendo em vista a falta de cuidado do serviço público. Sabemos que o serviço público vive a reboque de uma entidade que nos prejudica muito: o Ministério Público, que deveria estar aqui para perceber as demandas da sociedade e do setor produtivo do Distrito Federal.

Está aqui a Niki, prefeita do Setor Comercial Sul. Por sinal, Niki, fui eu que fundei aquela prefeitura. Há ali um cenário de catástrofe. Há algum tempo, instalaram-se algumas barracas no Setor Comercial Sul. Ainda hoje existem barracas lá. Existem também barracões nas passagens entre os prédios. São pessoas que não nasceram ali, não trabalham ali, não prestam nenhuma contribuição para aquele local.

O governo, há alguns anos, há uns 8 anos, resolveu instalar ali um tal de Caps, um centro de atendimento a psicod dependentes, que trouxe para o Setor Comercial Sul um público que não nos interessa. Eles podem ser atendidos em outro local. Temos que dar dignidade a todo cidadão brasileiro, porém o Setor Comercial Sul não é o melhor local para atender essa clientela, porque eles não trabalham ali, não moram ali.

Há algum tempo, quando o governador Ibaneis assumiu a primeira gestão, com 45 dias de gestão, eu disse a ele que a Associação Comercial tem um projeto, há 25 anos – naquela época –, capaz de resolver a situação do Setor Comercial Sul: fazer, no local, uma rua 24 horas, com bares, restaurantes e casas noturnas. Depois, com algumas reuniões, resolvemos levar para lá também empresas de alta tecnologia.

O problema é que já temos trazido algumas missões, inclusive a do Polo Tecnológico Piemontese, de Turin, na Itália. Mostramos a eles um prédio onde eles poderiam se instalar, mas quase colocamos viseiras neles, a fim de impedi-los de olharem para o lado, porque, ao lado, existe uma tragédia muito grande.

Fui conversar com o nosso secretário de governo, José Humberto, em 2019. Disse a ele que o Iphan tinha votado uma moção, em 2017, que admitia moradias no Setor Comercial Sul. Ele disse: “Precisamos ver como é que se vai fazer isso”, porque ele conhecia o que havia sido feito em São Paulo. Em São Paulo, construíram cubículos de 10 metros quadrados. Ele disse: “Temos que disciplinar isso, para que o Setor Comercial Sul volte a ser um ambiente nobre para a realização de negócios em Brasília. Não podemos permitir que moradias de 10 metros quadrados sejam feitas ali”. Bastou vaziar essa informação para que alguns políticos se apropriassem da ideia para sugerirem moradia social no Setor Comercial Sul.

O Iphan quando votou essa moção, votou baseado em uma frase deixada por Lúcio Costa de que o Setor Comercial Sul seria destinado prioritariamente para o comércio, até que outras vocações se apresentassem. Muitas vocações já se apresentaram, e esta casa já votou uma alteração de destinação com aproximadamente 300 atividades. Isso nos ajuda muito, mas nós temos, no nosso pé, um negócio chamado Ministério Público, que não permite que se retirem aquelas pessoas que hoje nos incomodam e que são responsáveis...

Isto é sério, isto que eu vou dizer agora é muito sério: perto de 80 pessoas são responsáveis por 1.522 estabelecimentos fechados, que trariam para o Setor Comercial Sul, ou levaram para fora do

Setor Comercial Sul, mais de 9 mil empregos. Nós trocamos 9 mil empregos pela manutenção, naquele espaço, de 80 pessoas que estão incomodando e morando ao relento de forma insalubre. Ninguém gosta de ver uma pessoa, um ser humano naquelas condições.

Outro dia, às 7 horas da manhã, fui surpreendido com um telefonema de alguém dizendo: "Tem aqui uma briga de cachorros; mais de 20 cachorros das pessoas que moram aqui estão brigando". Eu falei: "Só falta agora eu me envolver em briga de cachorro também, não é?" É complicado. Depois ficamos sabendo que também não se pode mexer com os animais.

Eu peço desculpas por estar me estendendo, mas eu acho que o assunto é sério demais.

O Governo do Distrito Federal instalou, no Setor Comercial Sul, uma cidade de segurança: estavam a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Justiça, a Secretaria de Desenvolvimento Social e o DF Legal. Chamavam essas pessoas para uma entrevista, perguntavam onde haviam nascido, o que faziam da vida, se queriam fazer um curso, se precisavam de um documento, se queriam voltar para a terra deles – uma entrevista civilizada. Mas uma entidade instalada no Setor Comercial Sul fez uma representação contra o Governo do Distrito Federal, e o Ministério Público – sempre ele, o Ministério Público – exigiu que esse trabalho fosse parado. E um trabalho que estava dando possibilidade de trazer dignidade àquelas pessoas foi interrompido porque o Ministério Público ainda vive imerso na ideologia. E a ideologia nos nossos dias só traz preocupação e aborrecimento.

Nós precisamos trabalhar com administração por resultado, custo-benefício. Aquilo que está sendo feito ali nos traz um prejuízo muito grande, o custo daquilo é muito alto – eu peço desculpas por ter me alongado um pouco. E isso não ocorre só no Setor Comercial Sul. Nós vemos, agora, uma quantidade grande de pessoas alojadas embaixo dos viadutos, que fazem barracos entre as colunas dos viadutos.

Parece que o Ministério Público autorizou o governo a retirar 70 núcleos de pessoas que estão improvisadas em alguns lugares do Distrito Federal. Que esta decisão do Ministério Público se estenda a todo o Distrito Federal! Não é digno manter pessoas ou seres humanos em total degradação. As pessoas que são drogadas têm que ser entendidas como pessoas vulneráveis e têm que ser tratadas como tal. Não é porque a pessoa não quer ser atendida que o Ministério Público nos impeça de atendê-las, temos que atender todos.

Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, Fernando, que nos trouxe temas sensíveis a quem está naquela região e que certamente serão objeto de muito debate no curso da tramitação do projeto de lei aqui.

Na sequência, passo a palavra à prefeita do Setor Comercial Sul, Niki Tzemos.

NIKI TZEMOS – Obrigada, deputado. É uma honra estar aqui representando os proprietários de imóveis, empresários e trabalhadores do Setor Comercial Sul.

A adição de usos econômicos ao Setor Comercial Sul foi o primeiro grande passo para melhorar a área, requalificar a região – uma região central, nobre, de Brasília –, que precisa, de fato, voltar a ser uma área repovoada por empresas, criando emprego e renda para a nossa população.

Com relação ao PPCUB, eu gostaria de fazer uma sugestão. Eu li a minuta, os usos. Há 2 meses nós fomos procurados por uma empresa de Goiânia, um atacado de produtos hospitalares e equipamentos, que não conseguiu se estabelecer no Setor Comercial Sul. Essa empresa queria montar uma loja conceito, apenas com os produtos, sem estoque, sem logística. Mas, devido ao CNAE, a instalação foi negada, porque esse tipo de atacado não poderia ser instalado no Setor Comercial Sul, deveria procurar o Setor de Indústrias. A justificativa era por ser uma *flagship*: uma loja conceito, onde os produtos são apenas expostos, os hospitais e clínicas vão lá visitar e podem comprar de maneira virtual. Só que ela não conseguiu se instalar no Setor Comercial Sul, que seria uma área importante para ela, porque é uma área central, perto dos hospitais.

Então, um dos nossos pedidos – temos muitos – é que fosse permitida a inclusão dessa CNAE para lojas conceito, sem estoque, sem logística. Não pode entrar caminhão lá, mas pode haver a possibilidade de venda *online* e também da venda do reparo dessas máquinas, que não ocorreria no local, porque o reparo é sempre feito no hospital, na clínica. Esse é um pedido.

Reiterando o que o nobre Fernando Brites falou, há um problema com relação ao Caps ali. O nosso pedido, já de muitos anos, seria de reposicionar o Caps em outra localidade. Há vários locais como sugestão. Então, no dia em que a Secretaria de Saúde puder nos ouvir – quem sabe com a sua intervenção –, poderemos sugerir vários locais interessantes de Brasília, onde se poderia recolocar o

Caps, atendendo aos requisitos da Política Nacional de Saúde Mental, que exige um lugar de grande mobilidade urbana, em que as pessoas e suas famílias sejam atendidas dentro de uma política integral. Então, a realocação do Caps em outra localidade também é um pedido nosso.

Entendo que as pessoas em estado vulnerável são um problema grave e a Secretaria de Segurança Pública está tentando fazer a remoção delas. Meu outro pedido é que o Setor Comercial Sul tenha prioridade nas remoções. Temos notícia de que já foram feitas remoções em outras regiões administrativas, até no Centro POP da 905 Sul, e que o Setor Comercial Sul está no final da fila. O meu pedido é que ele seja prioridade.

Essas são algumas sugestões.

Eu só gostaria de deixar claro que o Setor Comercial Sul é uma área extremamente importante para Brasília. Lá, passam 200 mil pessoas por dia. Permanentemente, a população fixa é de 55 mil pessoas – é mais do que muitos municípios. Então, nós somos quase uma cidade dentro de uma cidade maior. O Setor Comercial Sul é centro, e precisamos, urgentemente, promover a requalificação.

O meu último pedido é a instalação do polo digital no Setor Comercial Sul. Entendemos que a economia digital vai alavancar e trazer muitas empresas para o Setor Comercial Sul, a exemplo do polo digital de Recife, que hoje fatura 4 bilhões por ano. Por que não faturar isso em Brasília, onde estão os maiores consumidores de tecnologia, que são o governo federal e o governo distrital?

Agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, Niki.

Antes de prosseguir, quero registrar a presença dos alunos da Escola do Parque da Cidade – Proem. Sejam muito bem-vindos à nossa Câmara Legislativa. É uma alegria ter vocês conosco. (Palmas.) Eles vêm até aqui por conta do programa Conhecendo o Parlamento, que acontece sob a coordenação da Escola do Legislativo. Em todas as semanas, recebemos algumas escolas. Nós deputados temos a alegria de conviver com os professores e com os alunos das escolas da rede pública de ensino. Muito obrigado pela presença de vocês. Muito engrandece a nossa audiência ter vocês conosco.

Registro a presença da Vanessa Galé Paulino, do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal; dos representantes da Administração Regional do Cruzeiro; e da Giselle Moll Mascarenhas, conselheira do Codese-DF, o Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal.

Antes de passar a palavra para quem fará uso dela na tribuna, eu queria tocar nesse ponto de que o Fernando e a Niki falaram sobre o Setor Comercial Sul.

Um dos primeiros projetos que nós aprovamos na Câmara Legislativa, no ano passado, foi o que definia novas atividades econômicas que poderiam se fixar ali no Setor Comercial Sul. Esse projeto uniu os parlamentares dos campos políticos mais opostos. Eu vou aproveitar a presença do deputado Chico Vigilante para mencionar que ele, um deputado do PT, abraçou esse projeto que alterava as atividades que poderiam ser desenvolvidas lá tanto quanto eu, um deputado do PL, porque era consenso nesta casa. Quer dizer, ele de esquerda, eu de direita, mas havia um consenso na Câmara Legislativa no sentido de que alguma coisa precisava ser feita em relação ao Setor Comercial Sul.

Eu me lembro de uma das reuniões que nós fizemos lá no nosso gabinete, a Niki estava presente; a Ligia também estava presente, como prefeita do Setor Comercial Sul na época.

Eu me formei no Ceub em direito, e nós precisávamos fazer estágio. O nosso núcleo de práticas jurídicas era no Setor Comercial Sul, naquele prédio lá embaixo, perto do Eixinho. Eu andava muito pelo Setor Comercial Sul e me entristecia muito ver a degradação daquela área da cidade.

O Setor Comercial Sul era um quando eu cheguei a Brasília, com 6 anos de idade, em 1990. Em meados dos anos 2000 – 2006/2007 –, já era outra realidade completamente diferente, e a degradação foi se intensificando ao longo dos anos, até chegar ao ponto em que os próprios ocupantes dos prédios do Setor Comercial Sul, os comerciantes, levantaram-se para – eles mesmos – alterarem a realidade daquele local.

Eu enfatizo isso, porque a minha opinião e a minha forma de pensar é que o poder está no indivíduo, o poder está no cidadão.

Os políticos devem apenas dar voz e fazer acontecer aquilo que os cidadãos, os indivíduos colocaram para que eles, políticos, façam lá.

Isso aconteceu no projeto do Setor Comercial Sul. Ainda que não tenha atendido 100% das demandas e do que se esperava, a iniciativa do que foi feito partiu de vocês, e o que aconteceu aqui na Câmara Legislativa atendeu, de alguma maneira, as expectativas que foram geradas e que foram se intensificando ao longo do tempo.

Foi uma alegria, para mim, ter podido participar daquele momento, como vai ser agora participar deste momento do PPCUB.

Nós temos os indivíduos e a iniciativa privada, que são as pessoas que fazem a cidade acontecer de verdade; e, lá na ponta, onde as coisas acontecem, estão os cidadãos, os pais, as mães, os filhos, os avós, os empresários, os trabalhadores. No fim das contas, tudo o que se faz aqui tem como destinatário final o cidadão brasileiro. A nossa intenção é produzir uma legislação que atinja o objetivo de facilitar a vida do indivíduo.

Sempre falo, às vezes em tom de brincadeira, porque é nisso que acredito, que há 15 meses eu me via como parte de algumas soluções na vida, porque eu era da iniciativa privada e, desde 1º de janeiro de 2022, troquei de lado e passei a ser parte do problema, virei político. A verdade é que o poder público muitas vezes é muito mais um problema do que uma solução.

Quero deixar claro para vocês que queremos ser parte da solução junto com vocês. Aquilo que vocês iniciam, aquilo que vocês têm como mola propulsora para o desenvolvimento da vida de vocês, dos negócios de vocês e, como consequência, da nossa cidade, é o que queremos trazer para a Câmara Legislativa e transformar em lei, de modo a atender os anseios da população de Brasília e do Distrito Federal.

Vou abrir a palavra às pessoas que se inscreveram. Se mais alguém quiser se inscrever, fique à vontade. É só procurar a nossa equipe.

Vou tomar a liberdade, doutor Accioly, de começar por você. Você pode falar de onde está ou da tribuna, de onde você achar melhor.

JOÃO ACCIOLY – Obrigado pela deferência, deputado.

Estou como vice-presidente do Sinduscon, representando um segmento da indústria e do setor produtivo. Tivemos a oportunidade de participar da construção desse marco regulatório tão importante para Brasília há quase 15 anos. Eu me lembro das primeiras discussões que começamos a fazer, em 2009, sobre o PPCUB. É um imenso desafio.

Passamos por várias etapas durante esse processo. Acho que todo mundo, como sociedade, independentemente do segmento, como cidadão... Eu sou arquiteto e urbanista. Apesar de ser empresário, ter construtora, também faço projetos e, mesmo sendo arquiteto urbanista, confesso que aprendi muito durante essa caminhada sobre o que é o patrimônio, o que é Brasília e qual o significado do tombamento.

Eu queria destacar a sua fala e a do secretário sobre os aspectos da questão da segurança jurídica. Acho que isso está bem nítido. Precisávamos passar por esse processo. Ele é importante para o tombamento. Clareza, segurança jurídica e desenvolvimento ordenado são fundamentais para garantir a preservação do patrimônio. Estabelecer os limites, como o senhor colocou, e ter as regras do jogo claras, de forma transparente, são fundamentais para a garantia do tombamento. É bom sempre destacarmos isso, porque é o objetivo maior da lei.

Aprendemos muito – até, neste mapa, é interessante ver as 4 escalas: a amarela, a residencial; a azul, a monumental; a vermelha, a gregária; e a verde, a bucólica – e sempre ouvimos essa questão da preservação das escalas do projeto urbanístico, que parece e sempre pareceu um pouco etéreo e um pouco subjetivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Doutor Accioly, posso interromper o senhor por 1 segundo? Eu só preciso receber os nossos alunos do Centro de Ensino Fundamental 214 Sul. Sejam muito bem-vindos! Eles também estão conhecendo o nosso parlamento. (Palmas.) Senhores, é uma grande alegria para esta casa recebê-los.

Nós estamos fazendo uma audiência pública para discutir o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Neste momento, estamos ouvindo o doutor Accioly, que é arquiteto urbanista. Ele estava nos explicando as cores daquele desenho ali. Há 4 escalas diferentes, que falam sobre Brasília: o que Brasília nasceu para ser e o que nós pretendemos preservar, mantendo o desenvolvimento da nossa cidade.

Doutor Accioly, eu devolvo a palavra ao senhor. Obrigado pela gentileza e me perdoe a falta de

educação.

JOÃO ACCIOLY – É uma alegria termos essa interação. Nós estamos, também, com esse desafio de tentar passar esta mensagem para as próximas gerações: preservar e garantir uma qualidade de vida para as próximas gerações.

Eu estava falando sobre as 4 escalas e a relevância da preservação do patrimônio. Aprendemos, ao longo desse tempo, que a materialização, a forma de conseguirmos entender e visualizar bem essas 4 escalas é quando mergulhamos em escalas, às vezes, um pouco menores, que são justamente os gabaritos e as definições dos gabaritos para essa área tombada.

A partir dessas escalas menores de uma superquadra, onde você entende os limites da ocupação, os afastamentos, a manutenção das áreas verdes, as alturas máximas, você começa a compreender exatamente o que representam essas 4 escalas maiores. Elas surgem a partir dessas escalas menores.

Não há como você pensar em um plano de preservação sem ele estar atrelado à norma de uso e ocupação, porque é exatamente essa norma que estabelece esses limites e gabaritos que vão garantir o desenvolvimento e a manutenção do tombamento, que são exatamente essas escalas.

Essa materialização eu acho um ponto interessante para ser destacado, porque fica sempre aquela pergunta: “Como é, como se faz e o que é o tombamento?” Começamos a tentar traduzir isso de uma forma mais objetiva, mais prática.

A questão do plano de desenvolvimento é outro grande desafio, e acho que está muito bem colocado dentro desse projeto de lei. Lá atrás, entendemos que o que justificou esse tombamento foi uma proposta de ocupação urbana feita no final da década de 1950 e que, no final dos anos 1980, há pouco mais de 20 anos, foi apresentada para o mundo, avaliada e entendida pelas pessoas como um modelo de ocupação urbana que deu certo, que funcionou e que traz qualidade de vida para os seus moradores.

Esse modelo o mundo entendeu que deveria ser adotado como referência: vamos tentar preservá-lo. A partir daí, outros modelos similares ao de Brasília também vêm sendo apresentados e desenvolvidos em outros lugares, não nessa escala, não nesse tamanho.

A relevância disso é muito importante. Às vezes só encontramos valor patrimonial em algo muito antigo, mas ainda há muita coisa para mostrar ao mundo. Há o turismo para se desenvolver a partir disso. Há muitos potenciais para desenvolvermos.

Essa é uma consideração que gostaríamos de fazer. Há a preocupação com o tombamento, a preocupação com a segurança jurídica e com o estabelecimento de um ordenamento e um regramento claro e transparente para que a cidade continue se desenvolvendo.

Com certeza há muitos desafios pela frente. A cidade fará agora 64 anos. Há as dificuldades do Setor Comercial Sul assim como as de várias outras áreas da cidade.

O plano começa um processo de melhoria, ele dá condições para que isso aconteça, mas esse processo é um início, ainda há muita coisa para construirmos juntos.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Doutor Accioly, muito obrigado pela sua participação e por suas palavras.

Passo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Boa tarde a todas e a todos.

A primeira questão que temos que verificar é que esta discussão não é nova. Conforme o doutor Accioly disse, há pelo menos 15 anos que nós estamos debatendo sobre isso. Houve um momento em que esse projeto estava pronto para ser votado, mas entramos em um período eleitoral, colocaram alguns jabutis no projeto, e nós preferimos – essa foi uma decisão da Câmara Legislativa – devolvê-lo para que os jabutis fossem retirados e não atrapalhassem o projeto.

Ao longo dessa discussão, nós resolvemos fatiar alguns pontos. Aí entra a discussão feita a respeito do Setor Comercial Sul. A Seduh trabalhou muito bem nisso junto à Câmara Legislativa.

Como surgiu a ideia da discussão do Setor Comercial Sul? Fui procurado pela Ligia, prefeita comunitária, por conta de um lixo que estava tomando conta daquele local. A partir daí, iniciamos essa discussão com a Secretaria de Habitação, a Seduh, e alteramos a destinação do Setor Comercial Sul.

Isso foi muito importante, mas antes já havíamos alterado a destinação do setor gráfico, que

estava praticamente morto. Houve uma ampla discussão aqui, alteramos a destinação sem alterarmos a essência do setor. Ele continua sendo o setor gráfico, mesmo sem praticamente haver gráficas lá. Em qualquer hora que você for hoje ao setor gráfico, verá que ele reviveu, renasceu, verá o tanto de emprego que está sendo gerado ali.

Por que essa discussão não andou aqui? Por causa da questão das quadras 900. O secretário Marcelo sabe disso, não é, Marcelo? E acho que foi importante não colocar isso em discussão. Não estamos discutindo sobre as 900. Se alguém tentar propor emendas a respeito disso, certamente serão rejeitadas, porque essa discussão não está madura.

O PPCUB não avançou também porque nós tomamos uma decisão. Eu sempre gosto de citar a falta que faz o doutor Botelho, certo, Accioly? Muitas vezes as pessoas ficam falando mal dos empresários da construção civil, mas o Botelho, quando nós discutimos a questão da Luos, ele a adotou como uma questão de vida, veio discutir conosco, e nós tomamos uma decisão: convencemos a Câmara Legislativa de que nós tínhamos que votar a Luos. Portanto, nós fizemos a opção política de votarmos primeiro a Luos, que é muito maior, que cuida do Distrito Federal como um todo, e de discutirmos depois o PPCUB. Essa foi a nossa decisão, e ele nos ajudou muito.

Eu creio que, a exemplo do Accioly, que está presente, se o doutor Luiz Carlos Botelho estivesse fisicamente aqui entre nós, estaria nos ajudando muito! É uma pessoa de que eu sinto saudade, que tinha uma preocupação efetiva com esta cidade. Ele não se preocupava com a empresa dele, mas com o bem-estar do Distrito Federal.

Portanto, nós estamos prontos. Essa discussão toda será feita, vamos estar vigilantes, porque o tombamento é importante, senão não teria sido feito. Parece que é a única cidade no mundo que é tombada – não só o Plano Piloto, mas também o Cruzeiro e o Lago. Esse é o cuidado que nós temos.

A alteração do Setor Comercial Sul foi importante, mas o PPCUB não resolve o problema de moradores em situação de rua, não resolve o problema da segurança, porque isso não depende do PPCUB: outras ações serão necessárias. Moradores de rua tomam conta de muitas cidades no Distrito Federal, o que antes era um fenômeno do Plano Piloto hoje está espalhado em todo o Distrito Federal.

Outro dia eu conversava com o ministro da assistência social, e ele tem uma série de ideias de que eu não vou falar aqui ainda, porque cabe a ele anunciá-las. Em uma reunião, ele me confidenciou as medidas que o governo federal vai tomar, junto com os estados e os municípios, para encontrar uma saída para esse drama que as pessoas vivem hoje. Ninguém está na rua porque gosta de estar na rua, aconteceu algo para que esteja na rua e caberá a nós – as autoridades e a sociedade – encontrarmos uma saída para esses seres humanos que estão nessa condição.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, pela sua participação.

Eu vou aproveitar um trecho do que o deputado Chico Vigilante falou. Eu agradeço não só ao Accioly, mas a todos os *experts* que já se disponibilizaram a nos auxiliar na análise do PPCUB, naquilo que vai ser produzido como legislação.

O deputado Chico Vigilante mencionou um assunto que tem sido muito sensível na Câmara Legislativa, que é a questão dos moradores de rua. Essa é uma demanda do Distrito Federal, e nós precisamos solucioná-la.

Se formos a Brazlândia, receberemos essa demanda; se formos a Samambaia, receberemos essa demanda; e será da mesma forma se formos a Taguatinga, ao Cruzeiro, à Asa Sul, à Asa Norte. A todas as regiões administrativas do Distrito Federal que formos, vamos receber essa demanda.

Eventualmente, demoramos a ir a uma região administrativa. Mas postamos que fomos a tal local e recebemos essa demanda. Aí os moradores das outras regiões administrativas entram em contato conosco pelo próprio *direct* do Instagram e pelas outras redes sociais dizendo: “Deputado, pelo amor de Deus, aqui está intransitável, está difícil!” Esse é um problema grave porque, infelizmente, muitas dessas pessoas que moram nas ruas passam a delinquir nas ruas. Esse é um problema gravíssimo que nós estamos enfrentando.

Na Asa Norte, por exemplo – falo porque sou morador daqui e falo com mais propriedade –, as nossas mulheres, em algumas quadras, não podem sair depois de determinado horário. Eu vivi isso no Rio de Janeiro quando eu era criança e vim para cá por causa disso. Os meus pais vieram para cá por causa disso. Esse é um problema grave que vamos ter que enfrentar. Não há alternativa para nós, pois o não enfrentamento dessa questão vai nos levar a viver, daqui a bem pouco tempo, uma realidade de

violência, a qual, tenho certeza, não queremos experimentar.

As nossas crianças hoje não podem sair às ruas; as nossas mulheres, com muito cuidado e dependendo do horário; os homens, com muita preocupação – o que significa dizer que a população está refém. Como bem pontuou o deputado, não é em uma região administrativa só. Esse é um problema no Distrito Federal inteiro e precisamos enfrentá-lo.

O deputado Pastor Daniel de Castro gostaria de fazer uso da palavra. Em seguida, será ao senhor Roberto Botelho.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, saúdo V.Exa. e o parabeno por esta iniciativa, que corrobora o pedido da Secretaria de Habitação e do próprio governo de sermos céleres na análise do PPCUB, para que ele possa ser em breve aprovado. Naturalmente, quando falamos de celeridade, temos que ter cuidado para não atropelarmos todos os trâmites e não ferirmos a questão legal.

Quero parabenizar V.Exa. por esta iniciativa da comissão e cumprimentar toda a mesa na pessoa do nosso secretário Marcelo, um grande amigo, um entendido. Cumprimento o deputado Chico Vigilante, é sempre bom ouvi-lo. Eu aprendi a falar depois dele, porque recebemos uma aula. Querendo ou não, a sapiência do deputado Chico Vigilante é grande: em razão dos vários mandatos, conhece bem a estrutura toda. Sempre estamos nos embatendo quanto às nossas ideologias, mas crescemos demais um com o outro. Há um respeito grande, e é muito bom ouvi-lo.

Presidente, na verdade existe um grupo de trabalho. Os gabinetes estão conversando entre si e com a Mesa Diretora, da qual faço parte como primeiro-secretário. Uma comissão está trabalhando e estudando a fundo essa matéria do PPCUB – uma matéria sensível, porque há todo um conjunto urbanístico tombado. Quando se fala de tombamento, existem alguns entraves que precisam ser superados. A casa está aqui para isso, por meio dos seus 24 deputados.

Aproveito para cumprimentar a nossa querida deputada Doutora Jane, que acabou de chegar. Somos o reflexo da sociedade, e a sociedade espera isto de nós: que tenhamos esse olhar para todo o Distrito Federal.

Eu sei que o debate está sendo feito em torno do PPCUB, e ainda há pouco falávamos muito do Setor Comercial Sul, mas há outro complexo urbanístico tombado. V.Exas. que falaram aqui, todos que me antecederam, falaram muito bem sobre o Setor Comercial Sul. Nós temos que ter um olhar humano. Não há como não ser assim. Eu sei que, às vezes, uma coisa atrapalha a outra; mas, quando falamos de gente, nós também temos que ter esse olhar sensível e humano. O governo tem os instrumentos para dar condição digna a todas essas pessoas e fazer as remoções que forem necessárias com muita dignidade.

Eu trago uma pauta aqui. Está presente neste plenário o presidente da Asbronaut, a Associação Náutica, Esportiva e do Turismo de Brasília, doutor Bertolucci, com quem eu despachei hoje. Presidente, dentro de vários conjuntos, nós aprovamos nesta casa a Lei 7.399/2024, de minha autoria, que libera o lago Paranoá para a pesca esportiva. Nós estamos falando de atividade de turismo, de geração de emprego e de renda. Eu tenho andado pelo Brasil com essa pauta e sempre tive essa vontade de ter esse olhar para o lago Paranoá.

Eu estava hoje estudando a Purp 41, que menciona, nas notas gerais, justamente o lago Paranoá. Menciona sua função de elemento paisagístico e componente de escala bucólica; o importante corpo hídrico responsável pelo equilíbrio bioclimático, que tem o relevante papel de propiciar a recreação, o lazer e os esportes náuticos e deve obedecer ao zoneamento ambiental de área de proteção ambiental, a APA do Lago Paranoá, e o seu plano de manejo.

Na letra e constam também todos os critérios e as possibilidades dos casos dos lotes situados nas regiões administrativas do Lago Norte, do Lago Sul e de outras áreas que fazem divisa com o lago Paranoá. Também menciona as possibilidades de cais, de píer, de quebra-mar e de rampa de acesso.

Essa lei aprovada vai trazer geração de emprego e de renda e vai levar Brasília a outro patamar. A pesca esportiva tem crescido assustadoramente no mundo, e o Brasil também está nesse nível. Nós temos aqui algo em torno de 100 mil pescadores. No Brasil são 10 milhões de pessoas que pescam, por mais que ainda seja pouco. Nos Estados Unidos, 35% da população americana pratica a pesca esportiva. Isso é uma cultura que gera aproximadamente 200 bilhões de dólares/ano nos Estados Unidos. Nós geramos 10 bilhões de reais, que equivale a 2 bilhões de dólares. Nós vemos a grande diferença – e ainda somos o quarto país do mundo em pesca esportiva.

Em Brasília, nós somos a quarta maior frota náutica do Brasil, na parte turística do lago

Paranoá. Eu e o Bertolucci temos uma divergência com relação a isso, porque eu acho que é a terceira, mas ele fala que é a quarta. Eu fico com a posição dele porque ele é um *expert*. Há muitas pessoas que querem vir para cá.

A feira náutica, que acontece em São Paulo, é astronômica. A última gerou 600 milhões de reais em negócios em 3 dias. Pensem bem o tanto de recurso, emprego e renda que isso fomentou. Eles querem muito vir a Brasília também, mas Brasília ainda não tem essa capacidade toda de recebê-los, porque não tem essa cultura – por mais que eu esteja lhes falando que aqui no Distrito Federal e no Entorno haja 100 mil pescadores esportivos.

Eles vão pescar onde? Vão pescar na serra da Mesa, vão pescar no Pantanal, vão pescar no Araguaia, no Amazonas, e nós deixamos os nossos recursos lá. Lá você tem que pagar a carteira náutica, ou seja, deixa o recurso lá.

Eu estive no Circuito Goiano de Pesca Esportiva aqui em Três Ranchos, que é uma cidade que possui 2.950 habitantes. No dia da pesca havia mil pescadores a mais na cidade. Pensem bem: faltou tudo, faltou comida, faltou gasolina, faltou água, porque se gera essa movimentação. É extraordinário. E nós precisamos movimentar o Lago Sul por isso.

Eu peço ao Marcelo – vou encaminhar para você, Marcelo – que dê uma analisada com muito carinho no Edital de Chamamento Público nº 3/2021, para PMI, a fim de escolher a empresa que trabalharia – depois o Bertolucci, que fala melhor que eu, irá explicar – na construção de uma marina, que seria a primeira do Centro-Oeste.

Houve edital público, e já há uma empresa que ganhou esse edital público. Está aqui, olhem. Vocês podem ver aqui. Olhe que coisa linda, presidente. Estamos falando de uma movimentação extraordinária de renda, de turismo e de esporte também.

Haverá no próximo mês de maio um campeonato de pesca esportiva lá no lago Paraná. Serão 200 caiaques, 200 barcos e 700 pescadores. Virão pessoas de fora. Isso vai girar o comércio, o setor hoteleiro. Vão alugar casas, vão alugar apartamentos, vão a hotéis, vão consumir. O consumo de combustível vai aumentar, porque essas lanchas todas gastam muito.

Então, eu quero parabenizar todo o trabalho de V.Exa. e quero pedir, Marcelo, que você dê uma olhada especial. Eu pedi já uma audiência, porque esse projeto teve um ganhador, teve uma licitação, e parece que parou dentro do Palácio do Buriti. Eu já liguei hoje, pedi uma audiência com o secretário da Secretaria de Estado de Projetos Especiais para discutirmos isso. Depois eu quero ir lá junto com o Bertolucci e V.Exa. para discutirmos isso.

Eu tenho sido demandado, já que eu estou viajando a alguns lugares do Brasil. Essas pessoas do mundo da pesca, da náutica estão ávidas por vir para o Distrito Federal, inclusive grandes empresas. Eu estive agora nesse final de semana em Goiás, e há representantes de várias empresas querendo vir ao Distrito Federal para se instalarem aqui, para a venda de motores, de barcos. Sabemos que isso vai gerar emprego e renda.

Então, também quero trazer, além de outras nuances, essa discussão, presidente deputado Thiago Manzoni, para dentro desse contexto, para que possamos fazê-la em conjunto e em acordo. Eu não quero atrasar nada, mas temos perspectivas de fazer algumas emendas nesse contexto, desde que não atrapalhe a celeridade, que eu sei ser necessária ao governo e necessária ao Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Eu estava com o papel para registrar a presença do João Carlos Bertolucci, presidente da Asbranaut, a Associação Náutica, Esportiva e do Turismo de Brasília. V.Exa. já o fez, e eu agradeço.

Na sequência, peço ao doutor João Carlos que aguarde só um pouquinho, porque temos aqui para falar o doutor Roberto Botelho, em nome da Ademi do Distrito Federal.

ROBERTO BOTELHO – Bom dia, deputado. Bom dia a todos.

Quero inicialmente parabenizar o excelente trabalho que a Secretaria de Habitação fez nesse PPCUB, que foi uma compilação.

Quero fazer uma correção ao que disse o meu amigo João Accioly, porque aqui há 2 pessoas, a Eliane e a Giselle Moll, que participaram do governo Roriz na Secretaria de Habitação. Mais ou menos, em 2005 ou em 2006, já se começava a conversar sobre isso. Então, não foi em 2009. Esse assunto está sendo discutido em Brasília há bem mais tempo.

Ficamos até mal impressionados com algumas observações que algumas pessoas fazem a sabor do vento, sem muita responsabilidade com a cidade: de que não houve transparência, de que pessoas não foram convidadas para a discussão. Isso é um verdadeiro absurdo.

A Ademi vem acompanhando todas as discussões dessa matéria desde 2006. Ela passou por diversos governos – não é, deputado? –, como o do PT, o do PSDB, o do PMDB e, agora, o do PMDB de novo. Então, todos os matizes partidários e ideológicos – todos! – conversaram a respeito desse assunto.

Para todas as reuniões realizadas pela Secretaria de Habitação, foram convocadas todas as pessoas que queriam participar da discussão. Se elas não foram à reunião, foi porque não quiseram ir. Esse é um ponto importantíssimo para se destacar, porque acho uma falta de responsabilidade enorme as pessoas virem a público e falarem que não foram convocadas para discutir esse assunto, o que não é verdade.

Fora isso, também é uma pena realmente que não pudemos aprofundar a discussão do Setor Comercial Sul. Entendemos que esse é um problema seríssimo para a cidade. Nós não podemos nos descuidar dessa área, onde há uma infraestrutura completa, onde os prédios – praticamente 100% deles – estão construídos. Não podemos deixar aquela área no abandono.

Em outro dia, eu fui chamado para dar entrevista à Rede Globo. Lá fui dar uma volta com a repórter. Eu falei para ela o seguinte: “É melhor fazermos a coisa organizada do que deixarmos acontecer o que está acontecendo aqui”. Eu mostrei a ela: “Está vendo aquela janela ali? Ali há um fogão, uma cortina e uma televisão. Com certeza, alguém mora ali.” Então, não adianta você achar que as pessoas não vão ocupar só porque a lei não permite. Estão aí o Vicente Pires, o Assentamento 26 de Setembro. A nossa história é essa.

Acho que nós temos que mudar um pouco a postura e entender que o Setor Comercial foi feito para o comércio, mas, como o próprio Lúcio Costa escreveu, o setor não é obrigatoriamente para o comércio. Quando vemos aquela imagem bonita, linda e maravilhosa do nosso avião, do nosso Plano Piloto, temos a escala residencial. Então, na escala residencial, não podemos ter área comercial, as entrequadradas, comércio nas 900?! Tudo é área residencial. Então, a coisa não é rígida dessa maneira. Pode haver comércio com uso preponderante e residência com uso menor, como algo que vai ocupar a área, que vai dar vida àquele local.

Achamos a demanda do Setor Comercial uma demanda importantíssima para a cidade, assim como o SIG, para o qual já foi feita uma ampliação. Claramente, a vocação do SIG hoje não é mais para comércio. Aqui, ao lado, existem prédios – se não me engano, da construtora Bagon – que estavam em construção e que estão parados há mais de 10 anos. As construções estão paradas porque não há clientes para ocupá-las. Se houvesse clientes, os prédios estariam prontos e alugados, porque o empresário quer fazer a coisa rodar.

Quantos mil metros quadrados de área comercial nós temos desocupados hoje no Distrito Federal? Fizemos uma conta rápida outro dia, deputado, e só de área de pavimento (Ininteligível.), chega-se perto de 1 milhão de metros quadrados desocupados. Por quê?

Nos governos anteriores de Lula e Dilma, vinha um crescimento do Estado, então todos esses empresários investiram achando que essa demanda continuaria. A demanda parou, há uma crise fiscal hoje, nós entendemos que não há espaço realmente para o Estado crescer mais, então esses prédios estão abandonados e vão ficar muito tempo ainda abandonados.

Temos que analisar situação por situação para ver realmente a demanda de cada setor e para não ficarmos com essas obras paradas, prédios abandonados. Isso é ruim para a cidade. Passar e ver uma obra abandonada não é bom até comercialmente para os vizinhos etc.

Para finalizar, deputado, eu sei que a Câmara Legislativa vai tratar esse assunto como ele deve ser tratado, com muita responsabilidade. Os deputados aqui presentes são pessoas muito responsáveis, são todos moradores da cidade e amam a cidade como todos nós a amamos. Nós queremos o bem da cidade e o progresso dela.

Muito obrigado por me conceder a palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Sou eu que agradeço, doutor. Obrigado pela participação, pela clareza e por trazer assuntos importantes. Enquanto o senhor falava, doutor Botelho, eu me lembrei de uma vez, há muitos anos – não sei nem se essa lei ainda está em vigor –, lá no Egito, em que a construção inacabada não pagava o imposto predial deles, que eu não vou saber qual é o nome. Nenhuma construção acabava. Os prédios eram todos inacabados. E andar na cidade e ver

aquele monte de coisa abandonada dava uma sensação horrível.

Na sequência, eu concedo a palavra ao doutor Paulo Tavares, presidente do Sindicato de Combustíveis do Distrito Federal.

PAULO TAVARES – Boa tarde a todos. Boa tarde, deputado Thiago Manzoni, na pessoa de quem eu quero agradecer a toda a mesa e cumprimentá-la; cumprimento também todos os presentes. Aproveitando que os alunos das escolas estão aqui, quero dizer, deputado, que eu, durante mais de 30 anos, fui professor de matemática da Secretaria de Educação. Aposentei-me em novembro de 2022, e o que eu venho trazer aqui são números. E contra números é difícil haver argumentos.

Eu tenho viajado por todo o Brasil, porque, além de estar aqui como presidente do sindicato, sou vice-presidente da federação, da nossa Fecombustíveis, e tenho ido a várias capitais. Comparando números, vou trazer aqui um número impressionante.

Eu estive na capital do Mato Grosso. Para se ter uma ideia, o IPTU por metro quadrado lá de um posto de combustível é R\$2,60. Na região central do Distrito Federal, é mais de R\$50,00 por metro quadrado. Então, nós estamos falando aqui, deputado, de um valor que hoje, na revenda nesse setor tombado, representa de 5% a 10% do lucro bruto de um posto de combustível. E, às vezes, não se faz essa conta para comunidade, deputado Pastor Daniel de Castro. Não se faz. E a população nos cobra, nós vemos isso. Então, nós estamos falando de 5% a 10% de um lucro bruto de um negócio.

Hoje, se pegarmos, por exemplo, nos postos do Eixinho as lojas de conveniência, os lava-jatos e os demais serviços estão na clandestinidade, porque nós estamos falando de uma norma de gabarito de 1986, que permite só postos de combustível.

O próprio governo federal apresentou um projeto que foi aprovado, que é o chamado Combustível do Futuro, no qual a matriz energética muda completamente. O que vai ser desses postos daqui a 10 anos? Vão virar o quê? Museu?

Há pouco tempo, um grande revendedor entregou para uma distribuidora de Brasília 2 postos de combustíveis, porque ele não conseguia mais operar vendendo só combustível. Eles se localizam na 210 Norte e na 116 Norte, quem quiser pode passar lá. Nenhum dos grandes revendedores quis operar o posto para vender só combustível. E ele foi totalmente destruído. Outro dia estava, no grupo de WhatsApp que nós temos, a notícia: roubaram até os cabos de energia e quebraram todos os vidros, porque o posto ficou abandonado – eu até abri um chamado na Neoenergia.

Nós estamos falando de 1 metro quadrado por 52 reais no Distrito Federal contra R\$2,60 no Mato Grosso. Aqui, para o imóvel, paga-se 100% do IPTU e só se pode ocupar 25%. Como podemos pagar 100% de IPTU e só ocuparmos 25% do imóvel? É inconcebível isso.

Eu sou filho de Brasília, nasci aqui em 1964. Adoro esta cidade! Esta cidade é linda. Nós não queremos ferir o tombamento, mas queremos uma taxa de ocupação maior. Nós queremos ter novos negócios. Eu quero inclusive agradecer ao Governo do Distrito Federal, na pessoa do secretário, e lembrar o nosso presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido, e seu vice-presidente, Ovídio Maia, que nos ajudaram muito no Conplan, para mudarmos, para melhorarmos. Nós avançamos um bocado. Hoje já podemos ter alguns serviços para carros e lojas de conveniência, mas isso não vai ser o suficiente.

Nós estamos falando de postos que hoje têm uma ocupação de 25%, mas Brasília talvez seja a única cidade do mundo que tenha uma avenida em que só há postos de combustível, que são os Eixos L e os Eixos W. Não há mais nada lá. Às vezes as pessoas pedem um ponto de referência – só se eu falar do pé de jacá que há ao lado do meu posto! Essa é a nossa realidade.

Hoje os postos dos eixos estão na clandestinidade. Seus donos não conseguem alvarás, e os postos funcionam de forma clandestina. O GDF tem nos ajudado nisso. Se o DF Legal for hoje lá, verá que o alvará já está vencido, porque não se consegue tirar CNPJ de nada para posto de combustível no Eixinho, para nenhum tipo de negócio, porque essa é a norma vigente. Então, nós precisamos avançar nessa questão e também nesse modelo de negócio. Isso é o que vai facilitar a questão para nós.

Assim, eu quero muito pedir algo. Nós não temos nada contra o tombamento – muito pelo contrário, somos a favor dele –, mas, como o nobre falou aqui, precisamos revê-lo um pouco. A cidade cresce, as situações mudam. Como eu disse, a matriz energética está mudando, e nós precisamos rever o destino desses imóveis.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Paulo, sou eu quem agradece a sua participação. Obrigado pela presença, obrigado pela participação. Eu tenho certeza de que esse tipo de

participação como a sua, do Botelho, do Accioly e dos demais que vão participar fala muito para a população, porque, no final das contas, o que nós queremos é que a cidade seja funcional. Se perguntarmos para o cidadão que está passando ali na rua: "O que você quer?" Ele vai dizer: "Eu quero que este negócio aqui funcione".

Não me parece que haver só posto no Eixinho L e no Eixinho W seja funcional para a população, não só por conta dos pontos de referência, mas porque não é funcional, mesmo. Às vezes, precisamos de uma farmácia, e não há. Você estava falando, e eu perguntei para o secretário se eles estão liberando alvarás para farmácias. É relevante para a população que isso aconteça.

Registro a presença da deputada Paula Belmonte.

Deputada, se a senhora quiser compor a mesa conosco, está mais do que convidada – vai ser uma alegria para nós, vai tornar a nossa audiência pública ainda melhor.

Ouvir um pouco do que vocês estão falando é uma espécie de aula sobre liberalismo prático. No final das contas, nós criamos tanta burocracia – e, por "nós", estou falando de nós, os agentes públicos – que inviabilizamos a própria existência da cidade. Isso é um dificultador.

Eu devo admitir, fazendo uma confissão pública, que às vezes me sinto meio que um João Batista pregando no deserto, porque a mentalidade nossa, do brasileiro, é uma mentalidade estatizante, e nós precisamos mudar isso, sob pena de haver cidades e estados completamente disfuncionais que não atendem as pessoas que moram lá.

Obrigado.

Concedo a palavra à Eliana Klarmann, do Codese-DF.

ELIANA KLARMANN – Obrigada. Boa tarde a todos. Cumprimento todos, na pessoa do presidente da mesa, o nosso deputado Thiago Manzoni, que está promovendo esta comissão geral.

Quero parabenizar a iniciativa dos deputados presentes, porque se trata de um tema de relevante interesse para toda a sociedade e para todos os moradores que aqui vivem. Esse é um tema que já vem se desenvolvendo há muitos anos.

Estou aqui, hoje, representando o Codese-DF, que é o Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal, uma entidade sem fins lucrativos que trabalha justamente nessas questões que envolvem a cidade e o bem-estar da sua população.

Quero deixar registrada a importância de existir o nosso plano diretor de desenvolvimento da área de preservação. Todas as colocações feitas aqui me deixam muito satisfeita, por ver esta questão do plano de preservação caminhar com a legislação de normas, pois acho que Brasília tem tudo a ver com isso.

Brasília tem um tombamento muito específico; não existe, no mundo, outro igual. Nós somos um parâmetro para outros que porventura venham, mas igual ao de Brasília nós não temos. Brasília foi tombada muito cedo. Até mesmo na comissão geral passada, isso foi dito pelo nosso superintendente do Iphan no Distrito Federal. Brasília tinha 27 anos quando foi tombada. A cidade não estava completa, muito menos as suas normas. O que se percebe é que não se trata de um tombamento de cidade que já está pronta e construída, como acontece, algumas vezes, em determinados sítios em que temos mais prática com isso.

Ele vem dentro de outro conceito que é justamente voltado para a questão urbanística das cidades, o seu plano e o que ele representa. Nesse viés, percebemos que tem tudo a ver a história da cidade com a sua formação e o seu desenvolvimento. O próprio Lúcio Costa, em Brasília Revisitada, já questionava como se ia conter o ímpeto do desenvolvimento e coadunar isso com as questões que temos que preservar, com toda certeza. Então, temos que ter um medidor que nos dê esse balanceamento de maneira bem clara.

É importante que tenhamos – como o senhor mesmo falou, e quero reforçar isso, como já foi reforçado por outros colegas – as normas todas já garantidas em uma documentação. Isso é uma segurança jurídica muito grande. Isso impede que – como até pouco tempo, a respeito das questões colocadas e, muitas vezes, as perguntas direcionadas para a equipe técnica – haja alguma dúvida com relação ao julgamento de determinada pessoa sobre aquilo.

Nós temos, claro, toda a prática e todo o conhecimento das equipes técnicas para chegarmos a determinadas conclusões, mas é preciso ver que a questão pessoal, muitas vezes, pode induzir a não refletir toda a complexidade de analisar as normas. Muitas vezes, elas não são completas; algumas vezes, elas não existem para um determinado lote; outras vezes elas são muito antigas, até mesmo em

PRs, que são as antigas normas, as plantas, que muitas vezes estão apagadas, rasgadas e tudo o mais.

Tudo isso traz uma segurança muito grande não só para quem trabalha no dia a dia com a questão técnica, que é a análise da cidade, mas também para todas as pessoas que utilizam essas normas. Eu não vou dizer que essa utilização seja feita só por arquitetos ou engenheiros, mas pelas pessoas que vivem na cidade, para entenderem o que é o tombamento.

É muito importante que essa questão da preservação venha dentro desse bojo.

O Codese se coloca à disposição. Trago as palavras do nosso presidente, Leonardo de Ávila, de modo a colocar o Codese à disposição. O nosso presidente tem tido muito carinho por essa questão do tombamento.

O Codese faz parte do Conplan, por meio da arquiteta Ivelise Longui, que representa o Codese no Conplan.

Quero dizer que, realmente, ele está bastante maduro. Além de todo o tempo gasto, todas as audiências públicas, todas as comissões temáticas pelas quais esse assunto passou, nós temos, agora, a oportunidade de discuti-lo nesta casa. Deixa-nos muito tranquilos ver a maneira como esta casa está recebendo essa responsabilidade.

Eu agradeço-lhes.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, doutora. Nós que lhe agradecemos. Peço que a senhora transmita o nosso abraço ao presidente Leonardo.

Eu não sei se eu já registrei a presença do presidente Erivan Araújo, do Sincofarma-DF.

O senhor está inscrito para falar também – não é, presidente? Daqui a pouquinho, eu passo a palavra ao senhor.

Deputada Paula Belmonte, a senhora quer falar agora ou prefere falar depois?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Está bem.

S.Exa. quer escutar.

Eu tinha até anotado uma observação sobre a questão da transparência, já que a doutora Eliana a mencionou novamente. O Botelho falou, anteriormente, que algumas pessoas tocam muito no assunto de uma suposta falta de transparência.

Uma informação eu já aprendi aqui. Eu não considero que eu tenha mais dificuldade para aprender, não. Eu até aprendo rápido – não é, deputado Pastor Daniel de Castro? Nós aprendemos rápido. Quando eu não gosto de algo, eu falo que não há transparência. Funciona mais ou menos assim: houve 15 mil audiências públicas, mas eu não gostei de algo; então, o processo não foi transparente.

O processo tem sido transparente desde o início, e o nosso presidente, deputado Wellington Luiz, pediu a nós esse cuidado. Eu já mencionei, mas vou ressaltar que esse é um cuidado do presidente, e eu reputo que isso é valioso para a condução de todo o processo. Ele nos pediu, a todos os deputados – em especial aos presidentes de comissão, como o é a deputada Paula Belmonte, que fez a primeira audiência pública sobre isso –, que todos nós fizéssemos esse chamamento da população para debater o PPCUB a fim de que haja a maior transparência possível durante todo o processo legislativo.

Concedo a palavra ao Helvídio Nunes de Barros Neto, prefeito da Superquadra Sul 302.

HELVÍDIO NUNES DE BARROS NETO – Quero cumprimentar toda a mesa, todos os presentes. Eu quero me posicionar totalmente favorável ao plano do PPCUB, pois consideramos que não há risco de perder o tombamento com a aprovação do plano. Há o risco de Brasília perder o estado de patrimônio mundial se não o aprovarmos.

Há um dado do próprio *site* da Unesco. Aliás, a ONU é um órgão cada vez menos relevante internacionalmente pelo triunfo do politicamente correto da agenda *woke*, mas não vou entrar nessa seara da polêmica. Segundo o *site* da Unesco, dos 1.157 sítios do patrimônio mundial localizados em 167 países ao redor do globo, 55 sítios são classificados pela Unesco como patrimônio mundial em perigo, com base na subdivisão de regiões dela. São 21 sítios em perigo que estão localizados nos estados árabes, sendo 6 sítios localizados na Síria e 5 localizados na Líbia, países em guerra; 15 sítios na África, sendo 5 sítios na República Democrática do Congo, país em guerra civil; 6 sítios na Ásia e no

Pacífico; 7 na Europa e América do Norte e apenas 6 localizados na América Latina. Nenhum é no Brasil. Então, Brasília não está correndo esse risco.

Com relação ao problema dos moradores de rua, eu venho fazer um repúdio ao grande causador dessa celeuma, o provimento da ADPF proposto pela Rede Sustentabilidade, pelo PSOL e pelo MTST, que impede a retirada dos moradores de rua em todo o Brasil de invasão de áreas públicas. Já dizia Rui Barbosa que a pior ditadura é a ditadura do Judiciário, pois contra ela não há a quem recorrer. O STF censurar e perseguir inocentes do lado oposto político é algo deplorável, questionável e inquisitório.

Eu também vim fazer uma moção de repúdio pela prisão preventiva de mais de 1 ano do nobre coronel Naime, acometido de um cárcere injusto, assim como a quase totalidade dos presos do dia 8 de janeiro. Eu passo a falar especificamente para defender a iniciativa privada que é agraciada pelo PPCUB, porque os empresários são heróis da produção de riqueza e geração de emprego e renda. Eles são os empreendedores brasileiros. Eu prefiro atacadistas próximos à Esplanada dos Ministérios que barracas imundas que eu vejo ali todo dia, próximas à minha casa na 302 Sul, perto do Pátio Brasil Shopping, onde todo mundo está com medo. Há gente vagabundeando, furtando e – perdoem-me a palavra – defecando, também assediando os moradores, de modo a não edificar nada próximo ao Pátio Brasil Shopping, por toda a Asa Sul, a Asa Norte, Taguatinga e todo o Plano Piloto.

Na comissão passada, eu fiquei estarelecido com o nobre Parquet que a representante do Ministério Público defendia. Ela defendia que o Pier 21 fechasse. Isso é um absurdo. Temos que regulamentar e regularizar todos os empreendimentos que estejam estabelecidos em Brasília e dar um jeito nisso. Não só a realidade tem que se adequar à legislação como também a legislação que tem que se adequar à realidade, ainda mais em prol de quem produz. Temos que formalizar o bem. Nós não podemos consolidar o mal, que é a desordem, a vagabundagem que estão disseminadas em Brasília. Eu faço ronda praticamente todo dia entre a 302 Sul e a 308 Sul. Eu gostaria de estendê-la para a Asa Sul inteira, pois eu vejo postes desligados, fiações soltas – uma desordem completa! Eu não quero fazer caça às bruxas nem eleger culpados. Isso é um atraso histórico. O Plano Piloto está abandonado. Não quero falar que a culpa é desse governo ou que é do governo anterior, apenas que temos que nos preocupar muito mais com o desenvolvimento econômico, com estimular o empresário, com polícia não pegar mercadoria de camelô que sermos subservientes, coniventes com moradores de rua, com quem não produz nada, com quem não produz riqueza.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado pela participação, Helvídio. Você toca em pontos sensíveis também da nossa realidade de Brasília.

Concedo a palavra à senhora Giselle Moll Mascarenhas, conselheira do Codese-DF.

GISELLE MOLL MASCARENHAS – Boa tarde a todos. Cumprimento o deputado Thiago Manzoni. Cumprimento o secretário Marcelo e meu amigo subsecretário Ricardo.

Acho que muito já foi falado. Não vou me delongar muito, apesar de ter escrito muito aqui. Apenas quero pontuar que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília que foi apresentado a esta casa é resultado de um trabalho exaustivo de uma equipe extremamente especializada e competente, que trabalhou durante mais de 15 anos nesse projeto.

Não há uma linha, não há um centímetro do Plano Piloto que não tenha sido estudado de maneira a conciliar, primeiro, essas milhares de normas técnicas que há. Há normas, no Distrito Federal, por lotes, lote a lote. Até hoje, há lotes sobre os quais não há normas, inclusive.

Então, uma das questões que o PPCUB vem resolver é essa. Por exemplo, sobre o edifício do extinto Touring Club, não havia norma depois de 63 anos de idade. Nós conseguimos, felizmente – com apoio da Câmara Legislativa, inclusive –, aprovar a primeira norma para o Touring Club, para que hoje houvesse aquela maravilha que é o museu Sesi Lab – um ponto turístico e cultural maravilhoso, que só dignifica a nossa cidade.

Existem outros lotes e outros edifícios que já estão construídos, mas sobre os quais, até hoje, não existem normas. O PPCUB vem cumprir essa lacuna. Mas, mais que isso, o PPCUB vem conciliar esse desenvolvimento de uma cidade capital, de uma cidade viva, de uma cidade rica culturalmente e financeiramente, inclusive – por que não? –, com a preservação desse espaço.

A cidade é muito mais que apenas os edifícios. A cidade foi feita por todas essas pessoas que, nesses 64 anos, a construíram. Então, a preservação dessa memória é extremamente importante. Ninguém deseja arrasar com Brasília. Ninguém deseja modificar a escala gregária, que é a escala das

áreas centrais; ninguém deseja modificar a escala residencial, que é uma das maiores riquezas que temos: as nossas superquadras. Trata-se de um conceito que foi, inclusive, copiado em outras cidades do mundo. Abu Dhabi tem escala residencial, tem as superquadras dela. Outras cidades do mundo também a têm. Porém, ninguém vive tão bem quanto um morador de uma superquadra no Distrito Federal.

Essa conciliação do desenvolvimento com a preservação foi o grande desafio a que a equipe, ao longo desses 15 anos, conseguiu fazer frente.

Sou arquiteta urbanista. Sou conselheira do Codese-DF. Por isso, estou falando desse modo. Desculpem-me por só agora me apresentar. Entendo que o que está apresentado foi o melhor que pôde ser feito dentro dessa concertação, desse acordo.

A função de um governo, qualquer que seja ele, é fazer acordos entre a técnica, entre a sociedade, entre os diversos interesses que existem em uma cidade. A cidade é o palco de todos esses interesses.

Venho aqui só manifestar a minha alegria pelo fato de o PPCUB estar, finalmente, novamente, nesta Câmara Legislativa. Peço aos senhores deputados que, por favor, vejam esse projeto com muito carinho e o aprovem.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, Giselle. Os aplausos à senhora não são por acaso. (Risos.)

Obrigado pela sua participação.

Anotei algumas informações que a senhora falou. Se eu não anotá-las, depois não conseguirei falar.

Eu quero mencionar o Sesi Lab. Ele não é apenas um ponto turístico maravilhoso. A quem não o conheceu recomendo que vá conhecê-lo e leve os filhos. É muito legal o que acontece lá.

Por meio do projeto Adote uma Praça, da nossa Secretaria de Estado de Projetos Especiais, eles, do Sesi Lab, adotaram a região que fica em frente a eles, onde fizeram um estacionamento. Não sei se vocês se lembram de como era o lugar antes. Ele estava largado. Eles adotaram o local e fazem a manutenção da região. Acho muito legal essa iniciativa do Adote uma Praça.

Quero também, Marcelo, na sua pessoa, como secretário da Seduh-DF, parabenizar todas as equipes que passaram por lá e fizeram parte desse trabalho que foi desenvolvido – como a Giselle bem falou, trata-se de um trabalho de concertação, é o melhor que há.

Tenho certeza de que, se perguntássemos para nós, individualmente, se isso é o melhor, eu diria: “Não. Teria que melhorar isso, teria que melhorar aquilo, teria que melhorar não sei o quê.” Mas é o melhor que se pode no momento, é aonde foi possível chegar. É possível que, eventualmente, uma ou outra emenda parlamentar seja acolhida para que avancemos um pouco nas expectativas que a população cria em torno do PPCUB, mas sempre será o melhor que se pode, o melhor a que se consegue chegar.

Concedo a palavra ao Erivan de Souza Araújo, presidente do Sincofarma-DF.

ERIVAN DE SOUZA ARAÚJO – Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar o deputado Thiago Manzoni. Cumprimento todos os deputados presentes e as demais pessoas.

Sou o vice-presidente da Fecomércio-DF e sou o presidente do Sincofarma-DF, sindicato que representa as farmácias e drogarias do Distrito Federal.

Vemos com muita alegria este momento. Parabenizamos todos os deputados que estão envolvidos no projeto. Acreditamos que esta legislatura ficará marcada por este momento de aprovar um projeto que rolou para lá e rolou para cá durante 15 anos. Isso é muito tempo.

Os empresários, há muito tempo, pedem por esse PPCUB – e o plano vem em uma hora em que já estávamos esgotados de todas as expectativas. Ele é muito importante por isso. Se eu fosse falar todos os assuntos que gostaríamos de abordar, eu precisaria de um tempo enorme, e o discurso ficaria chato.

Há uns pontos que são fundamentais, pois temos de aprender o seguinte: tombar uma cidade, uma região, não significa abandoná-la. A realidade é que o tombamento do Distrito Federal, em muitas regiões, está significando um abandono completo.

Nós todos falamos sempre do Setor Comercial Sul, porque é aquele que está mais exposto. Trata-se de uma área nobre da cidade, um ponto que seria turístico para a cidade, mas, infelizmente, não se consegue andar naquele setor, a depender do horário. O nosso sindicato está no edifício Embaixador há 54 anos, e vimos toda essa degradação do Setor Comercial acontecer. Hoje nós fazemos reuniões do sindicato, e se tivermos de sair após as 17 horas, corremos o risco de haver algum problema.

Então, a iniciativa privada está preparada e anseia por esse momento, por essa aprovação do PPCUB, para que tenhamos a segurança jurídica ao abrir os nossos negócios. O Setor Comercial precisa disso. Os empresários precisam disso. Já houve a mudança de destinação, colocando várias CNAEs que podem ser abertas lá, e os empresários estão só esperando a aprovação desse PPCUB para investir naquela região; bem como para investir, também, em outras regiões do Distrito Federal.

Se for permitido, a Fecomércio vai contribuir com várias sugestões. Nós temos muitas sugestões a dar, nós estamos preparados para isso e acreditamos que esta legislatura vai ficar marcada na história do Distrito Federal por aprovar esse PPCUB.

Isso não é o que queríamos. O empresariado queria mais, mas isso é o que é possível. A negociação é a que foi possível, e precisamos que o plano seja aprovado.

Vou só finalizar meu discurso, senhores deputados, dando um exemplo do absurdo que está hoje: na Vila Telebrasilândia, há 1 drogaria. Funciona 1 drogaria lá. Essa drogaria está para ser fechada. O DF Legal já bateu lá e já a notificou de que vai ser fechada. Por quê? Lá não pode haver drogaria, pois não está previsto na legislação. É um absurdo isso.

Há um grupo de pessoas que vai ficar sem drogaria se a lei for cumprida do jeito que está. E a nossa esperança é o PPCUB. Se ele for aprovado, esse problema da Vila Telebrasilândia acaba.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Nós que lhe agradecemos, Erivan.

Eu vou lhe fazer um pedido, o mesmo que fiz ao doutor Accioly: depois, se o senhor puder, procure a nossa equipe do gabinete, porque queremos ouvir essas sugestões, queremos trabalhar em conjunto com vocês durante a tramitação do projeto. Assim, se houver algo em que possamos colaborar para melhorar a proposição, vamos fazê-lo. Em que pese respeitemos todo o esforço do governo e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, se houver alguma questão que possamos melhorar e em que haja consenso na casa, nós o faremos com toda certeza.

Na sequência, concedo a palavra ao senhor João Carlos Bertolucci.

JOÃO CARLOS BERTOLUCCI – Deputado, boa tarde. Eu queria pedir gentilmente, primeiro, por ser cavalheiro e, segundo, pela minha colega Maria Eugênia, que está representando a associação dos empresários Beira Lago e tem compromisso: V.Exa. poderia passar a palavra a ela agora, e eu falaria depois? Isso seria possível?

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – É claro que sim, com um gesto de cavalheirismo como esse, tão escasso nos dias atuais. Por favor, doutora Maria Eugênia, concedo a palavra à senhora.

MARIA EUGÊNIA BRASIL – Boa tarde a todos. Muito obrigada pela oportunidade. É um grande prazer estar aqui com vocês, escutando e vendo a sensibilidade de todos os presentes com um assunto tão importante.

Eu sou secretária da Associação Empresarial do Centro de Lazer Beira Lago, muito conhecida como Orla JK, e sou vice-presidente do Conselho de Sustentabilidade da ACDF.

As pessoas, quando falam sobre sustentabilidade, referem-se simplesmente a uma questão de meio ambiente, mas sustentabilidade passa, principalmente, pela economia, que é a base dela. Quando falamos sobre economia, falamos sobre tudo isso aqui, sobre essas dores que estamos vivenciando.

Então, na Associação Beira Lago, a nossa NGB é de 1991. Por 14 anos foi criado um segmento para atuação dentro da área, e sabemos que aconteceram muitas mudanças no varejo, novas economias.

O que acontece hoje? O que vivenciamos lá? Além, novamente, da insegurança, da falta de possibilidades do setor, existem também empresas que querem estar ali – porque nós somos um cartão-postal. Ali já houve tanto campeonato brasileiro quanto campeonato sul-americano de *wakesurf*, e sempre há atividades à beira lago, mas a condição lá poderia ser muito melhor, até pelo fato de não

haver banheiros; quando se realiza qualquer evento lá, usamos banheiros químicos. Há muito descaso.

Na época da pandemia, nós que estávamos lá víamos capivaras – animal que todos conhecem – mortas, que viraram churrasco para alimentar pessoas em situação de rua. É muito triste isso, e eu não estou colocando aqui a situação nem da capivara nem da pessoa em situação de rua. Eu estou falando novamente de sustentabilidade; eu estou falando de políticas públicas para mudarmos isso.

Eu venho solicitar que os senhores olhem também para esse aspecto do Beira Lago. Há empresários que estão ali. O momento em que os nossos funcionários têm de atravessar a rua – aquela que dá acesso à ponte JK – para pegar um ônibus, porque não passam ônibus por dentro, não há ponto de ônibus para atender os nossos funcionários, é muito complicado. Isso acontece todo santo dia.

Apenas para finalizar meu discurso, eu estou aqui também apoiando a causa, e estamos juntos nisso. O projeto do Bertolucci é um projeto que conversa com a entidade. Eu gostaria muito de pedir o apoio de todos.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, doutora Maria Eugênia. Obrigado pela participação e pela presença.

Presidente Bertolucci, antes de passar a palavra ao senhor, a doutora Maria Eugênia falou de novas economias. Enquanto vocês falavam, eu conversava com o secretário Marcelo que o nosso mundo mudou muito. O SIG é o Setor de Indústrias Gráficas. Eu falei para ele que, daqui a 10 anos, não existirá mais indústria gráfica. O mundo mudou, e vamos nos adaptando. Os seres humanos vão se adaptando às novas realidades, e é natural que seja assim.

Então, precisamos abraçar as novas economias. E quanto antes nós abraçarmos essas novas economias, mais prosperaremos. Quanto antes nos abirmos para esse novo mundo, mais prosperidade nós teremos em Brasília.

João Carlos Bertolucci, presidente da Associação Náutica Esportiva e do Turismo de Brasília, concedo a palavra ao senhor, que vai ter a honra de falar no microfone 22 – número muito importante.

JOÃO CARLOS BERTOLUCCI – Muito obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Eu gostaria de cumprimentar toda a mesa na pessoa da deputada Paula Belmonte. Estive na audiência pública provocada por ela há 2 semanas. Fiz um pequeno discurso da tribuna, no momento especial da entrega do título de cidadão honorário de Brasília, outorgado pelo deputado Pastor Daniel de Castro. Foi nessa ocasião que nós nos conhecemos. De lá para cá, houve uma troca de figurinhas sobre o lago.

Agradeço à Maria Eugênia, minha colega de muitos e muitos anos, pela força que está dando aos projetos que a Asbranaut vem criando há alguns anos.

Sintetizando tudo, eu gostaria de agradecer ao deputado Pastor Daniel de Castro por ter me recebido no gabinete e tentado entender, de forma pluralista e mais ampla, o que significa a Asbranaut em seu conceito de associação náutica. S.Exa. espelhou na alma todo o conjunto de ações que tentamos, há muito tempo, com a Seduh, implementar.

O Ricardo está aqui e sabe o quanto eu já o incomodei. A doutora Janaína está presente e sabe o quanto eu já a incomodei. Uma vez incomodei a Patrícia Veiga Fleury, por telefone. Esse pessoal já sabe quem é o Bertolucci da Asbranaut e do mundo náutico. Ricardo, estou mentindo? Isso é verdade. (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Bertolucci, ele falou que sabe, mas que o senhor não é nem nunca será um incômodo.

JOÃO CARLOS BERTOLUCCI – Agradeço. (Risos.)

Eu gostaria até de fazer menção à sua frase. Hoje citei-a, entre aspas. Os 24 deputados desta casa têm a obrigação de defender a tese daquilo que a população anseia, deseja e de que precisa. Isso não é um favor que os parlamentares fazem. Trata-se de uma obrigação!

Lá fora, nós cidadãos, quando apertamos o número de qualquer um dos senhores, quando apertamos o número de qualquer um de vocês, nós apertamos porque sabemos que vocês vão entrar aqui dentro. Nós, no plural, porque eu estou falando em nome da população. Lógico que 3 milhões não me deram esse direito, mas eu estou falando porque nós sabemos que vocês vão sentar nessa cadeira de vocês e vão fazer um trabalho em benefício da sociedade em que vocês vivem.

Na Itália, há um ditado que diz o seguinte: “Se o rei mora no topo da montanha, ele tem que preservar o pé da montanha, e não o topo da montanha”. Porque é através do pé da montanha que ele passa. Então, se no pé da montanha ele cria a pobreza, ele não desce da montanha. O que vocês têm que fazer? Proteger a casa, que é o parlamento, através de uma sociedade saudável. E para essa sociedade ser saudável, como vocês acabaram de falar, é preciso retirar os vulneráveis da rua, dando dignidade a eles, dentro de um ambiente de vida onde todo mundo possa viver bem. Só isso.

Falamos hoje de um PPCUB que tem um *Masterplan* que foi feito com muita prudência, com muita inteligência, com muita sapiência pela Seduh. Agora que a Seduh faz um PPCUB modelando-o de uma forma mais inteligente, mais saudável, deputado, nós temos que dar celeridade do ponto de vista dos interesses do governo? Temos, mas só que tem que ser feito de forma saudável, de forma cuidadosa, como eu falei para a deputada, com lupas. Não foi isso, deputada? Então, existe um PPCUB.

O Marcelo Vaz, que é hoje o secretário, está aí presente e sua presença muito nos honra. Ver a Asbranaut falar diretamente com o senhor sentado aí na mesa, secretário, é importante, porque vocês, técnicos, fazem um trabalho dignificante, só que vocês têm que pensar que muitas vezes determinadas ações não podem beneficiar grupos. O parlamento, seja ele local ou federal, tem que zelar pelos anseios da pluralidade e não pelos interesses de determinados segmentos.

A Asbranaut pede, com muita tranquilidade, que os deputados se debrucem no PPCUB e deem uma olhada nesse tópico que discute a questão do desenvolvimento na orla do lago. Nós não temos atracadouro público e nós temos a ponte mais bonita do mundo na cabeceira dos restaurantes mais *tops* que existem. Quer dizer, é um lugar jogado às traças. É como a Torre de Televisão no passado, que tinha aquelas barracas embaixo, coisa mais horrorosa do mundo e hoje eles estão vivendo com aquele monte de ambulantes nos estacionamentos, desvalorizando um empreendimento que foi feito com suor e que custou rios de dinheiro. A Seduh já fez alguns projetos lá para dentro, mas eles não saem do papel.

Então, para que haja o desenvolvimento náutico... Como o deputado Pastor Daniel de Castro falou, são milhões e milhões de dólares que deixam de enriquecer o turismo receptivo do Distrito Federal. Ah, existe o São Paulo Boat Show, o Rio Boat Show, vai acontecer o Brasília Boat Show, o evento de pesca mundial que, como o deputado falou, reunirá 100 mil pessoas – eu duvido. São 3 milhões de pessoas aqui e nós temos mais de 20% de pescadores. Estamos falando de 600 mil pessoas pescando.

Peço, com muita humildade, deputados e deputada, que, por favor, analisem o desenvolvimento do turismo náutico como um elo agregador ao fortalecimento da economia do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, presidente Bertolucci. Aproveito a sua fala para agradecer à deputada Paula Belmonte pela presença. Ela já realizou, há 2 semanas, audiência pública da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle e, hoje, comparece ao plenário para prestigiar mais uma audiência pública relacionada ao PPCUB. Eu lhe agradeço, deputada, por ter aceitado o convite para compor a mesa.

Concedo a palavra à senhora porque não há mais inscritos. Vamos para as considerações finais dos integrantes da mesa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente deputado Thiago Manzoni, para mim é uma alegria estar presente. Quero dar uma satisfação por não estar presente desde o início. Minha programação era estar aqui, mas você conhece a nossa agenda – ela é extensa. Eu estava em uma região administrativa distante daqui e, logo que pude, vim acompanhar a reunião, mas havia pessoas do meu gabinete aqui.

Quero cumprimentar todos da mesa: o secretário Marcelo; o Ricardo Noronha; a Niki, que vem fazendo um trabalho muito importante, como foi dito, no Setor Comercial Sul, um setor que tem tudo em volta para que seja o centro de Brasília e hoje, infelizmente, está parecendo uma cidade fantasma. Quem vai lá, como foi dito, às 5 horas da tarde – não precisa ser nesse horário –, ou ao meio-dia, vai encontrar, infelizmente, seres humanos que estão usando *crack*, em uma situação de indignidade humana.

Parabenizo o senhor, que vem fazendo este trabalho sério na CCJ. Sinto-me muito honrada de ter vindo da Câmara dos Deputados participar desta legislatura na Câmara Legislativa com deputados tão comprometidos como o senhor, que tem feito um trabalho sério, e o deputado Pastor Daniel de

Castro também. Vejo que esta legislatura tem a marca da responsabilidade, como foi dito pelo João Bertolucci.

Sempre falo isto quando tenho a oportunidade de estar na tribuna: cada um de nós é a representação da esperança de uma parcela da população porque cada um de nós recebe votos e precisa satisfazer o eleitor e a população que ama Brasília há muitos anos. Essa responsabilidade do PPCUB é fundamental.

Na audiência que fizemos há 2 semanas, no começo da discussão do PPCUB, estavam presentes o superintendente Thiago, que trouxe uma fala muito importante para todos nós. Representantes da sociedade civil, prefeitos e pessoas da sociedade civil ainda não conseguiram entender o PPCUB. O Ricardo Noronha estava presente. Reclamei que o secretário não estava presente, o Marcelo, mas depois nos entendemos.

Quero registrar que o nosso gabinete participou de praticamente 98% do trabalho do PDOT. Eu elogiei àquele momento e quero elogiar na sua presença o trabalho que a secretaria tem feito no PDOT, é um trabalho de muita significância – estou vendo a Janaína aqui. Esse trabalho é fundamental para o Distrito Federal. Esta legislatura terá a responsabilidade de discutir o PPCUB e o PDOT, que também trata do desenvolvimento econômico de Brasília.

Eu vejo a responsabilidade de estarmos conversando sobre o PPCUB. Como foi falado aqui, há 15 anos estamos estudando o PPCUB. Para vocês verem a complexidade e a responsabilidade disso. É importante que esta casa legislativa – eu tenho sentido isto, principalmente por parte do presidente Wellington Luiz, que, dentro de uma reunião de líderes, trouxe esse cronograma para ser discutido e pediu isto – não tenha pressa.

Não significa que não devemos ter pressa em votar, mas eu também vejo que a pressa faz com que deixemos de contribuir em um momento em que estamos fazendo uma atualização. Hoje, por exemplo, está sendo lançado um telefone que não vai precisar de cabo; um telefone que não vai precisar de operadora. Vai revolucionar a nossa comunidade. Isso está acontecendo.

É importante que a Câmara Legislativa se debruce sobre as questões, como foi dito aqui, da orla do Paranoá. Existe uma proposta de colocarmos residência na orla do Paranoá. O presidente do Iphan falou: “Eu não vejo problema nenhum, vamos ter que habitar”.

Eu aproveito esta oportunidade para cumprimentar o Sinduscon e também a Ademi, presentes. Eu estive no Sinduscon para entender o que podemos melhorar no desenvolvimento econômico da nossa cidade, para que não façamos do tombamento um engessamento. E me foi colocado com muita propriedade que a nossa estrutura, do Distrito Federal, é uma estrutura muito cara. É real isso, o metro quadrado de construção de viadutos é muito caro. Então, a cidade tem que ser utilizada, mas precisamos ter o cuidado para que possamos pensar um pouquinho mais à frente. Por isso temos essa responsabilidade econômica, do desenvolvimento econômico também.

Eu vejo, deputado Thiago Manzoni, a responsabilidade de nós analisarmos a constitucionalidade dessa proposta – é uma proposta extensa, que conta com 158 anexos, não é? São 158 anexos?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Artigos, mas há os anexos também. Quantos anexos são? (Pausa.) São 12 mais 1. Então, é um projeto extenso, com muito detalhe. É importante nos debruçarmos sobre isso, conversarmos a respeito disso para que a população também tenha a informação porque, na audiência, foi constatado que muitos da sociedade ainda não conhecem o projeto. E essa informação beneficia a todos nós.

A responsabilidade que esta casa legislativa tem... No ano passado, nós tivemos uma situação que foi a do Fundo Constitucional. Hoje, nós temos um Fundo Constitucional bilionário, o Distrito Federal possui um orçamento de 60 bilhões de reais – muito maior que o de muitos estados brasileiros. Há responsabilidades. Agora houve uma fragilidade no Fundo Constitucional. A nossa responsabilidade como cidadãos e, principalmente, como representantes da população é pensarmos um projeto que seja, sim, um vetor de autonomia financeira para o Distrito Federal.

Por isso, mais uma vez, eu os parabeno por essa discussão. É importante, sim, a participação popular; são importantes, sim, as sugestões sobre o projeto para que nós possamos nos debruçar sobre ele e discuti-lo. Eu penso que nenhum parlamentar aqui tenha especialidade nesse assunto. Então, é importante tomarmos ciência dessa realidade que vocês trazem da orla do Paranoá, do Setor Comercial, essa realidade de quem vive lá, para que nós possamos representá-los da melhor forma

possível.

Uma frase unânime aqui, de uma ponta a outra da mesa composta semana passada, foi: tombamento não é engessamento. Deputado, nós temos que ter cuidado, porque também há a interpretação das pessoas. Eu estive em uma escola na 107 Sul – ela faz parte do quadradinho 308, 107, 108, que é tombado –, é uma escola integral, em um quadradinho muito pequeno. Vale a pena a conhecermos e investirmos recursos nela. Muitas pessoas pensam que as escolas do Plano Piloto estão bem, mas, na realidade, são as que menos recebem recursos públicos. Há escolas no Plano Piloto que não têm água potável. Conversei com as crianças e lhes perguntei o que elas queriam, e elas querem a construção de uma quadra coberta. O diretor falou assim: “Deputada, não pode, por conta do tombamento”. Essa é uma interpretação de uma camada de uma sociedade, porque eu conversei com outras pessoas, com arquitetos, e todos falaram: “Não, não há nada disso”. Por isso, é importante discutirmos para que realmente possamos entender o que é tombamento, o que é engessamento, qual a interpretação do agente público.

Cito como exemplo a questão do Setor Comercial. No Setor Comercial, há a estrutura mais cara do Distrito Federal. Estamos falando de um hospital, da rodoviária, do centro de Brasília – é a interlocução do Distrito Federal inteiro, e está abandonada. Por que está abandonada? Por conta do engessamento. Deputado, esse é o ponto fundamental sobre o qual temos que nos debruçar, mas é necessário haver cautela, porque essa é uma grande oportunidade que esta casa tem de deixar um legado para o Distrito Federal.

Não precisamos ter pressa, não precisamos agir com vagarosidade, mas é preciso haver responsabilidade para que tenhamos eficiência. Esse é o nosso compromisso, eu tenho certeza de que esse é o compromisso de vários parlamentares que estiveram aqui, tanto da esquerda como da direita. Esta casa está imbuída de disposição para estudar sobre isso.

Eu falo aqui para que as pessoas escutem e transmitam isso: a participação popular é fundamental. Se houver casos específicos abordados, para os quais virmos que não há interesse público, vamos nos posicionar, porque o interesse público não é individual, o interesse público é coletivo e esta casa precisa preservá-lo. Por isso, coloco-me à disposição.

Muito grata! Que Deus abençoe a todos!

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Amém.

Deputada Paula Belmonte, obrigado pela sua participação, pela sua presença e pelas palavras no início do seu breve discurso em relação a mim e ao deputado Pastor Daniel de Castro. Tenho certeza de que falo em meu nome e no nome dele: obrigado pelas palavras elogiosas, e nós nos sentimos muito honrados de participar desta legislatura ao seu lado. Eu tenho certeza de que a Câmara Legislativa ganhou muito com a sua vinda do Congresso Nacional para cá; nós todos ganhamos muito com as suas palavras ponderadas, com as suas participações e com a forma como V.Exa. se conduz aqui dentro.

Antes de passar a palavra ao nosso secretário, para suas considerações finais, lembrei que acabei esquecendo de falar de um ponto em que o Bertolucci tocou, que para mim é muito importante e acho que, no dia em que o brasileiro entender isso, pode ser um ponto de inflexão na nossa nação. O político – deputado, senador, seja qual for o cargo que ocupa – é um funcionário do povo. Não é o povo que precisa do político, não é o político que está em uma posição de ascendência sobre a população, é o contrário disso; o povo é superior ao político, o cidadão comum é superior ao político.

A política deve ser um instrumento para a população, não para o político. O grande problema do Brasil, na minha opinião, talvez o maior deles, é que a política virou um instrumento para o político. Ele trabalha para se perpetuar no poder e para se manter naquela esfera de interferência e de possibilidade que tem de mandar na vida dos outros, o que é uma tragédia para o Brasil. Na verdade, na maioria dos casos – existem exceções, talvez 3 delas estejam aqui hoje –, o político utiliza a política como um instrumento para ele mesmo, e o seu objetivo é se reeleger indefinidamente. Quanto mais tempo ele puder ficar vivendo às custas de quem produz, melhor para ele. Esse é o pensamento dominante da classe política brasileira – e quem está falando isso é um político. Então, eu acho que hoje tenho legitimidade para falar isso. Nós precisamos alterar essa lógica, porque, se a política não serve para promover os interesses da população, não serve para nada.

Eu me entristeço ao perceber que grande parte da população brasileira olha para a política e para os políticos e pensa: “Eles não servem para nada”. Isso é triste para uma nação. Nós precisamos de mais políticos com esse desejo sincero de servir ao povo. Nós vamos acertar, nós vamos errar – isso é natural de qualquer atividade que se queira fazer –, mas temos de ter dentro de nós um

sentimento sincero no sentido de servir a população. Na minha opinião, servir a população é fazer com que o Estado diminua e que o indivíduo, o cidadão, tenha mais poder para viver a sua vida como bem entender.

Peço perdão ao secretário Marcelo, porque me estendi um pouquinho mais do que eu imaginei.

Concedo a palavra ao Marcelo Vaz Meira da Silva, para fazer suas considerações finais.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA – Obrigado, deputado. Parabéns pelas palavras.

Deputada Paula Belmonte, eu fiz umas considerações no início da audiência e faço questão de repeti-las. Primeiro, quero pedir desculpas por não ter participado, há 2 semanas, da audiência que foi promovida por V.Exa. Foi exatamente por isto que eu coloquei: fui convocado no Buriti e, infelizmente, não havia como fazer diferente. Mas a Seduh e o Executivo estavam muito melhor representados com o Ricardo e a nossa equipe técnica do que comigo mesmo.

Podem ter certeza de que onde estiver um de nós, estaremos falando a mesma língua sobre a importância desse projeto, onde quer que ele esteja sendo discutido. Então, mais uma vez, meu pedido de desculpas. Continuo à disposição para o que for necessário.

Eu pincelei alguns pontos que acho importante colocar. Por uma questão de justiça, a Giselle Moll e a Eliana Klarmann fizeram uso da palavra e elogiaram bastante o projeto. Eu não posso deixar de elogiá-lo também, principalmente quando o deputado cita o nome dos servidores que participaram disso. Eu não sei se todos sabem, mas a Giselle foi a nossa secretária-adjunta da secretaria, e a Eliana foi subsecretária do conjunto urbanístico de Brasília. Elas hoje estão no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Sustentável defendendo o projeto. São pessoas que saíram de lá e sabem a seriedade com a qual esse projeto foi conduzido.

Parabenizo a participação de vocês. Agradeço, porque, sem dúvida nenhuma, se conseguimos chegar aqui, tivemos muita contribuição de vocês e de outras pessoas que participaram do projeto. Não vou deixar de citar nominalmente a Patrícia e a Sila, que estão presentes nos acompanhando e fizeram parte dessa equipe técnica que conduziu esse trabalho. Realmente elas merecem uma salva de palmas por estarem conseguindo atingir o objetivo. (Palmas.)

Vou citar alguns pontos. O presidente da Ademi, Roberto Botelho, citou de forma muito brilhante a questão das críticas à participação popular. Nós colocamos sempre, nas apresentações, que a Seduh realizou 8 audiências públicas sob o rito legal. Se eu for perguntar para o Ricardo a quantidade de reuniões públicas e privadas que fizemos a pedido das pessoas para construir esse PPCUB, ele não vai conseguir me dizer o número. Só nesses últimos 5 anos que estamos na secretaria – o Ricardo está há um pouco mais –, na última gestão de 2019 para cá, realizamos diversas conversas com todos os setores. Todos os setores da sociedade foram ouvidos.

De fato, abrimos uma possibilidade de discussão muito ampla não só com o setor produtivo, mas com todos: Vila Planalto, Vila Telebrasil... Todos os ramos da sociedade foram ouvidos para que chegassemos até aqui.

Naturalmente, a crítica vai acontecer. Além das audiências, Beto – desculpa por chamá-lo de Beto, é o nosso contato de sempre –, o Conplan também foi um ponto muito especial de discussão. Deputado, no Conplan, há 34 representantes: 17 da sociedade civil e 17 do poder público. O Conplan realizou 30 reuniões, e o João Accioly participou de todas elas. Foram 29 reuniões para discutir artigo por artigo, anexo por anexo, por um grupo formado por representantes da sociedade civil e pelo poder público, mais a reunião final de deliberação e aprovação, que contou, inclusive, com a participação da Giselle já como representante do CAU nessa deliberação.

Então, tivemos uma pluralidade muito grande no debate. Isso, realmente, não pode ser colocado contra esse projeto que está aqui. Sabemos que a norma urbanística é dinâmica. Do ponto que encaminhamos para cá, em janeiro, até hoje, tenho certeza absoluta de que novas demandas já aconteceram. Com certeza, chegarão demandas à Câmara Legislativa dizendo que o PPCUB não contempla isso ou não contempla aquilo. Nunca teremos uma norma perfeita, e a lei nunca será perfeita, porque ela não vai agradar a todo mundo, mas nós temos hoje o melhor que podíamos fazer. Tudo aquilo que ouvimos da sociedade e que era possível ser feito está aqui dentro.

O deputado Chico Vigilante – pena ele não estar mais aqui – citou que o PPCUB só não foi aprovado em 2012 por causa de alguns pontos polêmicos que travaram o projeto. Todos esses pontos polêmicos foram retirados do projeto, porque nós precisávamos de uma norma inicial. Temos o PPCUB hoje e, a partir de agora, nós vamos aperfeiçoá-lo, como qualquer norma urbanística precisa ser aperfeiçoada.

Todos os pontos polêmicos estão dispostos nos planos, programas e projetos para que discutamos com a sociedade e consigamos chegar ao melhor resultado para apresentar novamente à Câmara Legislativa os pontos específicos de discussão. Isso realmente não é mais motivo para travar o projeto. Esse projeto precisa sair. Nós precisamos de uma norma que garanta a segurança jurídica. E, a partir daí, nós vamos discutir o desenvolvimento de forma mais ordenada, para que consigamos, de fato, preservar a cidade, mas jamais a engessando, deputado.

Nós precisamos garantir o desenvolvimento econômico. Eu disse aqui, no início, que o desenvolvimento econômico e a preservação do conjunto urbanístico só vão acontecer na medida em que conseguirmos garantir a segurança jurídica, e aquilo que precisa ser feito na cidade vai ser feito de forma ordenada. Se não dermos esses meios para as pessoas, com certeza, vai haver uma ocupação irregular, e vamos ter que correr atrás para resolver esses problemas.

Eu acho que eram esses pontos que precisavam ser ditos. Continuo colocando a secretaria à disposição para tirar dúvidas, não só a minha pessoa, mas todos os técnicos que participaram desse estudo. De fato, temos a certeza de que hoje temos um projeto maduro, sem polêmica e pronto para ser aprovado pelos parlamentares.

Obrigado pela participação de todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, secretário, pelas considerações finais.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro para as suas considerações finais.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mais uma vez, presidente, muito obrigado.

Quando cheguei aqui, eu me dispus a fazer isso, justamente com essa visão. É bom quando viemos da iniciativa privada e ocupamos um cargo de gestão pública, seja no Executivo ou no Legislativo, como é o caso hoje. No meu caso, eu já fui administrador de Taguatinga, de Vicente Pires e secretário do Entorno do Distrito Federal, e tenho essa visão. Eu venho do mundo privado, tal como V.Exa. e o Marcelo, mas eu gosto disso, porque temos outra visão. Trazemos o privado para dentro do público e vemos o engessamento, mas temos a habilidade e a capacidade técnica de quebrar esse engessamento.

Eu tenho acompanhado muito o trabalho da Seduh, desde 2019, com a gestão do Mateus e, agora, com a gestão do Marcelo. Participei de várias audiências públicas do PDOT.

Eu me predispus a abraçar o PPCUB, estive com a deputada Paula Belmonte e estou com V.Exa. agora. Eu quero estar em todas quantas forem as audiências nesta casa, justamente por este princípio de que nós representamos a população. Não é ela que vota. O técnico, lá na secretaria, fez um trabalho brilhante ao ouvir as audiências públicas, mas ainda há demandas que não fazem parte do PPCUB. Por isso o trâmite e o regramento vão dizer que a palavra final vai estar nesta casa, porque ela representa o espectro total da comunidade.

Olhem a responsabilidade que nós temos. V.Exa. e a deputada Paula Belmonte publicizaram esta comissão geral de uma forma extraordinária. E lamento, pois eu imaginava que esta casa estaria cheia da própria comunidade que viria aqui trazer as demandas. Eu me preocupo muito. Passei a tarde toda analisando, deputado Thiago Manzoni e deputada Paula Belmonte, porque há, estatisticamente falando, 15 metrópoles e nós somos a terceira. Caso não me falhe a memória, somos a terceira maior metrópole. Nós fomos concebidos para termos 500 mil habitantes e passamos de 3 milhões de habitantes.

Esta cidade foi tombada há décadas. Então, há um engessamento. Quem quebra esse engessamento? O poder público, tendo uma visão privada de ouvir a comunidade, os representantes da comunidade, as associações, as instituições, com responsabilidade. Por isso a palavra final será da Câmara Legislativa, que tem a responsabilidade de fazer e precisa fazer.

Naturalmente, querido secretário, sei que há uma urgência nessa matéria e isso é necessário. Eu sei que tudo aqui foi feito com brilhantismo, mas ainda há alguma coisa em que precisamos contribuir e é isso que precisamos fazer. Posto isso, depois de aprovado, claro que outras demandas irão chegar e estaremos aqui para atender e fazer as devidas correções necessárias para o futuro. Mas o que precisamos fazer? Graças a Deus, deputado Thiago Manzoni, V.Exa. é advogado, presidente da CCJ e desta sessão. O que precisamos fazer é dar segurança jurídica.

Há um mundo privado falando: "Eu quero investir. Quero fazer, quero trazer recurso, quero mudar, quero transformar. Vou gerar emprego, renda, vou dar dinamismo". É dinamismo.

Isso aqui é o coração de Brasília e, cá para nós, é o coração do Brasil; aliás, do mundo. As embaixadas de tudo quanto é lugar do mundo estão aqui, nesse setor, olhando para cá. Nós temos que ter essa visão comercial, privada, e observar esse limite jurídico. Nós temos competência para isso. Seguramente, seremos céleres, com responsabilidade, e quebraremos esse engessamento que há no Distrito Federal hoje, principalmente quanto ao tombamento desse conjunto urbanístico de Brasília. Precisamos ver isso.

Finalizo, presidente, dizendo que Deus deu uma oportunidade enorme para todos nós desta legislatura. Há 24 deputados distritais nesta casa, deputados e deputadas, e Deus nos deu – só não vê isso quem não quer – a enorme oportunidade de sermos a voz do povo e de ficarmos marcados para todas as gerações no que fizermos para quebrar esse engessamento do Distrito Federal, trazer progresso, gerar renda e emprego para o Distrito Federal.

Obrigado. Parabéns a V.Exa.

Assim como agi com a deputada Paula Belmonte, fiz questão de estar aqui do começo até o fim e o farei tantas vezes V.Exas. me convidarem.

Muito obrigado. Deus abençoe a todos os presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu só queria dizer ao deputado Pastor Daniel de Castro que a nossa audiência pegou um tempo do horário dele e, na realidade, isso foi muito importante porque ele foi quem abriu o debate. Nós passamos das 19 horas por conta dele. Faço publicamente esse agradecimento a V.Exa., pela importância de estarmos fazendo esse debate aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, deputada.

Deputado Pastor Daniel de Castro, eu agradeço a sua presença aqui, desde o início. Só tenho uma reclamação a fazer: V.Exa. não aceitou o convite para compor a mesa e ficou aí como nos tempos da CPI.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Aqui é bom porque você vira um espectador e um ouvinte mais profícuo perto de todo mundo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado.

Eu agradeço a presença de todos vocês.

Brevemente, neste final, eu gostaria de mencionar o respeito que nós temos que ter por quem produz riqueza numa nação. No final das contas, quem produz riqueza é quem empreende, é quem trabalha. Por empreender e trabalhar, eu não estou fazendo aqui uma dissociação, porque não acredito que ela exista entre quem gera emprego e quem tem emprego. Para mim, todos os trabalhadores são...

Pois não, Bertolucci.

JOÃO CARLOS BERTOLUCCI – Senhor presidente, eu gostaria só de fazer uma consideração. Na semana passada, o deputado Pastor Daniel de Castro deu uma sugestão. Acho que os senhores – desculpe-me a intimidade –, que V.Exas. têm um compromisso, como ele mesmo falou, de deixar esse legado. Hoje, a discussão do PPCUB pode abrir uma brecha para se criar uma frente parlamentar do segmento náutico. Ele sugeriu isso – a complexidade do lago é muito grande.

Se se reunir o mínimo para formar essa comissão, eu gostaria que a senhora deputada Paula Belmonte, o senhor deputado Thiago Manzoni e o deputado Pastor Daniel de Castro fizessem parte desse segmento. Acho que até a Secretaria de Turismo, que cuida do turismo do Distrito Federal, poderia também ouvir os parlamentares e – como uma sugestão – criar dentro da estrutura daquela secretaria, deputado, uma gerência náutica, para que um *expert* que conhece e sabe o que é água, que sabe o que é navegação, que sabe o que é esporte náutico, pudesse sugerir, de dentro de uma gerência, que o turismo náutico fosse realmente plural no Distrito Federal.

Nós não podemos ter 86 quilômetros de circunferência de lago Paranoá sendo discutidos por quem não entende de navegação.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Eu tenho certeza de que o deputado Pastor Daniel de Castro vai propor a criação dessa frente parlamentar e de que vai haver um bom grupo de

trabalho lá para isso.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, na gestão anterior do querido deputado Roosevelt, chegou-se a criar o estatuto dessa frente, mas ela não foi adiante. Desde cedo, estamos com a nossa equipe reavaliando, pegando muita coisa boa que foi escrita, e vamos propor a criação dessa frente. Convido V.Exa. e a deputada Paula Belmonte para subscrevermos juntos essa proposição.

Quero dizer que a ideia do Bertolucci já está mais do que aceita. Eu já sugeri à nossa vice-governadora a criação não de uma gerência, e, sim, de uma subsecretaria dentro da Secretaria do Meio Ambiente, que é uma pasta ligada à vice-governadora. De bom grado, naturalmente, ela vai levar esse caso ao governador, porque entendo a importância dessa questão.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Obrigado, deputado.

Nós devemos de respeitar quem gera riqueza no Brasil. Eu penso muito que parametrizar, entregar segurança jurídica, permitir que os senhores empreendam e desenvolvam as próprias vidas faz parte desse respeito que nós devemos a quem efetivamente produz no Brasil.

Eu fico muito preocupado, mas muito preocupado mesmo, quando quem produz em uma nação precisa pedir permissão para quem não produz. O Brasil vive isto: quem efetivamente produz no país tem que pedir permissão e licença a quem não produz. Ao passo que nós ainda estamos distantes de mudar isso, pelo menos nesta casa eu gostaria que vocês soubessem que há deputados que respeitam aqueles que produzem riqueza e que mantêm o Brasil vivo e respirando.

Obrigado pelo trabalho e pela presença de vocês. Para a Câmara Legislativa do Distrito Federal foi uma honra recebê-los. Obrigado, secretário Marcelo; obrigado, deputada Paula Belmonte; obrigado, Niki; obrigado, subsecretário Noronha. Deus abençoe todos vocês! Agradeço também à equipe técnica que nos auxiliou aqui.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem.

(Levanta-se a sessão às 17h48min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACDF – Associação Comercial do Distrito Federal
Ademi-DF – Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
APA – Área de Proteção Ambiental
Asbranaut – Associação Náutica, Esportiva e do Turismo de Brasília
Caps – Centro de Atenção Psicossocial
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
Centro POP – Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua
CNAE – Classificação Nacional das Atividades Econômica
Codese-DF – Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal
Conplan – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal
DF Legal – Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal
Fecombustíveis – Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes
Fecomércio-DF – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal
GDF – Governo do Distrito Federal
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
Luos – Lei de Uso e Ocupação do Solo
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NGB – Normas de Edificação, Uso e Gabarito
ONU – Organização das Nações Unidas
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse

PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
PR – Planta Registrada
Proem – Escola do Parque da Cidade
Purp – Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação
Scub – Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília
Seduh – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal.
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Sesi – Serviço Social da Indústria
SIG – Setor de Indústrias Gráficas
Sincofarma-DF – Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal
Sinduscon-DF – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal
STF – Supremo Tribunal Federal
Unesco – em português, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 18/04/2024, às 14:22, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1629697** Código CRC: **51FAF2C2**.

O Diário da Câmara Legislativa do DF
está regulamentado pelos seguintes
instrumentos legais:

Resolução nº 279

publicada no DCL nº 35 de 25 de fevereiro de 2016.

Págs: 2 a 7

Ato da Mesa Diretora nº 69

publicado no DCL nº 109 de 27 de maio de 2022.

Págs: 20 a 23

Ato da Mesa Diretora nº 27

publicado no DCL nº 62 de 3 de abril de 2007.

Págs: 13 a 16

Ato do Vice-presidente nº 8

publicado no DCL nº 214 de 14 de outubro de 2019.

Págs: 31 a 48

Se você envia documentos para publicação no
DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

Use o SEI

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

Envie os originais

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

Use os modelos

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

Veja esse resumo

Tahoma 12

4

5

Cuidado com as tabelas

770 pixels ou 100%

clique e saiba mais...

Trabalhando juntos podemos oferecer
um serviço de qualidade para a população do DF.



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL